BRUNO VALENTIM BARBOSA

**JULGAMENTOS PARCIAIS DE MÉRITO
NO PROCESSO CIVIL INDIVIDUAL BRASILEIRO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO – 2013**

BRUNO VALENTIM BARBOSA

**JULGAMENTOS PARCIAIS DE MÉRITO
NO PROCESSO CIVIL INDIVIDUAL BRASILEIRO**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA COMO EXIGÊNCIA
PARCIAL À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE
EM DIREITO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA FACULDADE DE
DIREITO DO LARGO DE SÃO FRANCISCO.

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR PAULO
HENRIQUE DOS SANTOS LUCON.

AUTOR: BRUNO VALENTIM BARBOSA, NÚMERO
USP 4944571.

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO – 2013**

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

À memória de meus avós Clarice Ferracioli Calobrezi, Ernesto Calobrezi e Olavio Valentim Barbosa.

À minha avó Izaura Gaffardi Barbosa.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Aos meus pais, Liana Calobrezi Barbosa e Oswaldo Aparecido Valentim Barbosa, e ao meu irmão, Guilherme Valentim Barbosa.

À minha noiva, Ana Carina Carrieri.

Aos professores Paulo Henrique dos Santos Lucon, Heitor Vitor de Mendonça Sica, Marcelo José Magalhães Bonício e Gustavo Ferraz de Campos Monaco.

À minha melhor amiga, Lia Carolina Batista.

Aos amigos Carlos Eduardo Stefen Elias, Guilherme Cardoso Sanchez, Mateus Aimoré Carreiro, Ricardo de Carvalho Aprigliano e Vilson Bertelli.

“Em condições normais, a inspiração só ocorre após esforço profundo” (Max Weber, *Ciência e política: duas vocações*).

“Os homens, em geral, gostam muito de igualar tudo o que lhes é superior; fazem-se, então, filósofos. Só começam a odiar esta palavra no momento em que percebem que seus inferiores usam os mesmos princípios” (Emmanuel Joseph Sieyès, *O que é o Terceiro Estado?*).

RESUMO

Trata-se o presente estudo de monografia de conclusão do curso de mestrado em Direito Processual Civil, no âmbito da pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), sob a orientação do Professor Doutor Paulo Henrique dos Santos Lucon, depositada no mês de janeiro do ano de 2013. Esta dissertação de mestrado trata dos julgamentos parciais de mérito no processo civil individual brasileiro, por meio do estudo da utilização da técnica da sentença parcial, que embora sem previsão expressa e literal no ordenamento jurídico brasileiro (diferentemente do que ocorre em alguns sistemas estrangeiros), pode ser utilizada, com cautela, a fim de concretizar princípios constitucionais, como a celeridade, a efetividade e a isonomia, além de contribuir para que se faça justiça no caso concreto. No primeiro capítulo, explica-se a pertinência do tema escolhido como objeto de estudo e faz-se uma breve introdução. No segundo, são explicados, em breve síntese, os temas mais importantes relacionados ao objeto em análise, como o conceito de mérito e a teoria dos capítulos de sentença. O terceiro capítulo é destinado ao delineamento dos julgamentos parciais já existentes no sistema, a respeito dos quais não se insurge a doutrina. O quarto destina-se a analisar e enfrentar as críticas à possibilidade de julgamentos parciais de mérito no ordenamento jurídico brasileiro. No quinto capítulo, são apresentadas e discutidas questões técnicas decorrentes da cisão do julgamento. O sexto capítulo trata sobre as sentenças parciais no âmbito da arbitragem. No sétimo, são analisadas as perspectivas dos julgamentos parciais em face do projeto de novo CPC e de seu substitutivo. Por fim, foram elaborados alguns parágrafos à guisa de conclusão e listados os livros e artigos utilizados como base para a realização do presente estudo.

Palavras-chave: 1. Processo civil; 2. Julgamentos de mérito; 3. Sentença parcial; 4. Decisão interlocutória de mérito; 5. Projeto do novo Código de Processo Civil.

ABSTRACT

This study is a monograph of Master's degree in Civil Procedure, under graduate of the Law Faculty of the University of São Paulo (FDUSP), under the guidance of Professor Paulo Henrique dos Santos Lucon, deposited in the month of January, 2013. This dissertation addresses the partial judgments on the merits in Brazilian civil procedure, through the study of the use of the technique of partial award, that although no express provision in the literal Brazilian legal system (unlike what happens in some foreign systems) can be used with caution in order to achieve constitutional principles, such as speed, effectiveness and equality, as well as contributing to make justice in each case. In the first chapter, the paper explains the relevance of the topic chosen as an object of study and makes a brief introduction. In the second, explains, in brief summary, the most important issues related to the object in question, as the concept of merits and chapters sentence theory. The third chapter is directed to the partial judgments that already exist in the system, without protest from the doctrine. The fourth intends to analyze and address the criticisms of the possibility of partial judgment in the Brazilian legal system. In the fifth chapter, the study presents and discusses technical issues concerning the theme. The sixth chapter deals with the partial awards under arbitration. In the seventh, it analyzes the prospects of partial judgments on the new CPC project and its replacement. Finally, the paper ends with a few paragraphs drawn as a conclusion and a list of the books and articles used as the basis for the realization of this study.

Keywords: 1. Civil procedure; 2. Judgement on the merits; 3. Partial award; 4. Interlocutory; 5. Brazilian new Code of Civil Procedure

SUMÁRIO

I. Introdução	11
1.1. Delimitação do tema	11
1.2. Justificativa da escolha e importância do tema	11
1.3. Objetivos	18
1.4. Metodologia e ponderações relacionadas	19
II. Julgamentos parciais: conceitos fundamentais	22
2.1. Mérito	22
2.2. Capítulos da sentença	25
2.3. Cumulação de demandas	28
III. Julgamentos parciais expressamente previstos no ordenamento positivo brasileiro	33
3.1. Sentença genérica, liquidação de sentença e execução	33
3.2. Procedimentos especiais de prestação de contas; divisão e demarcação de terras particulares; e consignação em pagamento	45
3.2.1. Prestação de contas	46
3.2.2. Divisão e demarcação de terras	48
3.2.2. Consignação em pagamento	50
3.3. Tutela de evidência	51
3.3.1. Abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, II, do CPC)	54
3.3.2. Julgamento dos pontos incontroversos (art. 273, § 6º, do CPC)	55
IV. Ampliação dos julgamentos parciais: possibilidade	61
4.1. Considerações iniciais e breves notas sobre o direito estrangeiro	61
4.2. Lei 11.232/2005 e a intenção do legislador reformador	67
4.3. Princípio da unicidade sentencial	69
4.4. Princípio da congruência	73
4.5. Princípio da adaptabilidade e devido processo legal	76

4.6. Tumulto processual	79
4.7. Benefícios advindos da utilização de técnica	80
V. Questões técnicas e decorrências da cisão do julgamento	82
5.1. Natureza do pronunciamento judicial	82
5.2. Recurso cabível	90
5.3. Art. 267 do CPC	100
5.4. Coisa julgada parcial e efeito devolutivo dos recursos	107
5.4.1. Conceito de efeito devolutivo	108
5.4.2. Princípios relacionados ao efeito devolutivo que guardam pertinência com o objeto de estudo	112
5.4.3. Conclusão parcial	114
5.5. Prazo para a ação rescisória	120
5.6. Efetivação da parcela da demanda julgada e procedimento dos recursos repetitivos	123
VI. Sentença parcial arbitral	125
VII. Perspectivas ante o projeto de novo Código de Processo Civil	129
VIII. Conclusões	136
IX. Bibliografia	143

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.1. Delimitação do tema

No estudo a ser desenvolvido, pretende-se tratar de forma detalhada acerca dos **julgamentos parciais de mérito no processo civil individual brasileiro** (ou da resolução fracionada de mérito, caso se queira adotar a nomenclatura vigente no art. 269 do CPC, após a reforma perpetrada pela Lei 11.232/2005, em homenagem àqueles que restringiam o termo julgamento, apenas, ao inciso I de mencionado dispositivo legal).¹ A análise a ser feita pode ser dividida em duas grandes partes para fins de delimitação: de um lado, tratar-se-á sobre os dispositivos do ordenamento jurídico pátrio e entendimentos doutrinários que já permitem concluir pela possibilidade de prolação de uma sentença parcial no processo brasileiro; de outro, analisar-se-ão as principais consequências de caráter técnico que adviriam caso seja prolatada uma sentença parcial, i. e., o recurso cabível, a possibilidade de formação da chamada “coisa julgada parcial”, o termo *a quo* do prazo para a propositura de ação rescisória, dentre outras.

1.2. Justificativa da escolha e importância do tema

(I) Não há uniformidade doutrinária acerca do conceito de “processo”. Há quem o enxergue como um binômio (procedimento e relação jurídica processual), alguns defendem tratar-se apenas de um procedimento em contraditório; há, também, aqueles que o veem como o instrumento da jurisdição, dentre outras possibilidades de conceituação que não necessitam de ser elencadas no exato momento. No tocante à sua

¹ "Quanto ao assunto, temos para nós que a modificação era desnecessária, porque à tese de que nas hipóteses dos incisos II a V o juiz não realizava julgamentos de mérito, o que tornaria justificada a mudança terminológica; respondemos que o magistrado, a partir de agora, também não realizará resolução de mérito nestes mesmos casos, porque resolver nada mais significa que dar solução, deliberar, decidir, exatamente o que o magistrado não faz quando se defronta com reconhecimento jurídico do pedido, transação das partes, decadência, prescrição ou renúncia (incisos II a V)" (Cf. COSTA MACHADO, Antonio Cláudio da, *Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo: leis processuais civis extravagantes anotadas*, p. 555).

finalidade, também não há consenso, sendo comum se apresentar como escopo do processo as seguintes ideias: resolução da lide, fim do conflito, pacificação social, dentre outras.

O estudo que se pretende desenvolver não tem por objetivo analisar o conceito de processo, tampouco sua finalidade. Mas se faz necessário notar, para se entender o porquê da dissertação de mestrado em elaboração, que a palavra **Justiça** não tem feito parte das mais recorrentes explicações quando se busca determinar o que é processo ou a que ele se presta.

Tratar processo como mero instrumento destinado a atuar as regras de direito material parece um conceito insuficiente dentro de um quadro no qual já se percebeu não ser simplesmente a letra da lei suficiente para resolver conflitos. E defendê-lo como instrumento de pacificação social pode levar à falsa ideia de que o processo deve ser realizado no interesse das partes, quando, em verdade, há de ser valorizado como meio de defesa do interesse público na realização da Justiça, ainda que a decisão prolatada não ‘pacifique’ os envolvidos, desagradando o interesse de ambas as partes (o que é bastante frequente, e. g., em casos de parcial procedência).

Entende-se que o processo deve ser encarado como um instrumento para a realização de Justiça²⁻³, cabendo ao Estado “dar a cada um o que é seu”.⁴ Se não for direcionado a esse objetivo, corre o risco de se tornar estéril burocracia, que acaba por estimular os cidadãos à busca pela autotutela (por isso, e. g., a necessidade de se aplicar com grande cautela ideias como a da bagatela - também chamada de princípio da

² “O significado do valor justiça para o Direito não é idêntico para os juristas-filósofos em geral. O de formação idealista tende a situar a justiça como a causa final do Direito... A noção de justiça traz em si o princípio da alteridade, pois ser justo consiste em praticar a conduta devida em face de alguém” (NADER, Paulo, *Filosofia do Direito*, p. 67).

³ O conceito de processo delineado por Paulo Lucon atende ao desejado: “Partindo de uma perspectiva voltada para a efetividade do processo, tem-se que o processo é um método de solução de conflitos permeado pelas garantias e princípios constitucionais, por isso constitui um instrumento, permeado pela técnica, que tem como objetivo a justa composição do litígio com a correta atuação da vontade da lei” (Cf. *Novas tendências na estrutura fundamental do processo civil*, p. 15).

⁴ Expressão que busca simplificar a complexa ideia de Justiça, extraída, dentre outras referências (como os famosos brocardos de origem romana: viver honestamente, dar a cada um o que é seu e não prejudicar ninguém), ao longo da obra *A República*, de Platão.

insignificância -, pois o encerramento de um processo, com base em tal fundamento, pode ser mais pernóstico do que sua continuidade).⁵

Em síntese, o operador do Direito não pode se esquecer da busca pela concretização do justo, ainda que nem todo processo estatal seja direcionado para a realização de justiça, a exemplo dos procedimentos de jurisdição voluntária, que não serão alvo do presente estudo.

(II) Não há novidade na afirmativa de que com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o ordenamento jurídico pátrio sofreu profundas transformações, nas mais diversas áreas: aumento no rol de direitos sociais e garantias individuais, maior atenção para com a defesa da ordem econômica e dos direitos do consumidor, melhor tratamento para com crianças, jovens e minorias, entre tantas outras mudanças advindas com a Lei Maior e suas Emendas, que foram acompanhadas pela legislação material infraconstitucional.⁶

O processo civil, área de interesse da dissertação de mestrado a ser apresentada, não ficou de fora das grandes mudanças⁷, sendo possível a utilização da expressão **novo processo civil brasileiro**, para descrever disciplina, atualmente, tão permeada por valores constitucionais e que tem sua atenção voltada para idéias como efetividade, economia processual, fungibilidade, instrumentalidade e celeridade (incluída no texto constitucional por meio da expressão duração razoável do processo, trazida pela Emenda n. 45, de 30 de dezembro de 2004, ao inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição).

⁵ Confira-se, a respeito, interessante discussão no âmbito do Supremo Tribunal Federal, cristalizada no AgRg no RE 582.439-0, rel. Min. Carlos Ayres Britto, j. 28.10.2008, presente no voto divergente do Min. Marco Aurélio.

⁶ Exemplos: Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990); Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990); Lei Antitruste (Lei 8.884, de 11 de junho de 1994); Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003); Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas (Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005)

⁷ Exemplos: Leis sobre os Juizados Especiais (Leis 9.099, de 26 de setembro de 1995, 10.259, de 12 de julho de 2001 e 12.153, de 22 de dezembro de 2009); Lei de Arbitragem (Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996); nova Lei do Mandado de Segurança (Lei 12.016, de 7 de agosto de 2009); além das inúmeras reformas que atingiram o Código de Processo vigente (como as introduzidas pelas Leis 8.952, de 13 de dezembro de 1994, 10.444, de 7 de maio de 2002, 11.232, de 22 de dezembro de 2005 e 11.382, de 6 de dezembro de 2006).

Acredita-se que, ultimamente, tem ganhado destaque o último dos valores apresentados – **celeridade** – seja pela forte atuação do Conselho Nacional de Justiça (e. g., por meio das metas que estipula), seja pelo grande destaque que os meios de comunicação têm dado à morosidade do Poder Judiciário, seja pela maior atenção que tem se dado aos tratados de direito internacional, pois muitos deles exigem o encerramento de um processo em um prazo razoável.⁸

(III) Justiça e celeridade não são valores antagônicos, tanto que há muito se disse, com propriedade, que justiça tardia não é justiça.⁹ As preocupações com economia processual, máximo aproveitamento de atos e duração razoável do processo, embora geralmente relacionadas aos gastos e incertezas gerados por um processo moroso, também devem manter contato com a idéia de processo como instrumento para a concretização da justiça. A conclusão de não ser justo esperar por dez anos até se conseguir àquilo que se tem direito é óbvia, mas muitas vezes esquecida.

Dentro de um sistema processual fortemente alterado em razão de uma nova Constituição (no sentido de ser a Lei Maior posterior ao Código processual vigente, promulgado em 1973) e de uma grande produção legislativa, faz-se mister a busca por novas ferramentas, instrumentos¹⁰, que possam concretizar a vontade do constituinte, expressão máxima do Poder titularizado pelo povo.¹¹

⁸ Exemplos: “Qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada, equitativa e publicamente, num prazo razoável...” (Art. 6º, I, da Convenção Europeia para a proteção dos Direitos e Garantias do Homem e das Liberdades Fundamentais, subscrita em Roma, em 4 de novembro de 1950); “Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal...” (Art. 8º, I, da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, também chamada de Pacto de San José da Costa Rica). O ponto foi bem percebido por AMORIM, José Roberto Neves, *Coisa julgada parcial*, pp. 173-174.

⁹ “Mas justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilação ilegal nas mãos do julgador contraria o direito escrito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade. Os juizes tardinhos são culpados, que a lassidão comum vai tolerando. Mas sua culpa tresdobra com a terrível agravante de que o lesado não tem meio de reagir contra o delinqüente poderoso, em cujas mãos jaz a sorte do litígio pendente” (BARBOSA, Rui, *Oração aos moços*, p. 74). Para um raciocínio semelhante v., também, FUX, Luiz, *Tutela de segurança e tutela de evidência*, p. 321.

¹⁰ Para evitar dúvidas, alguns doutrinadores têm utilizado a expressão “Código Buzaid”, quando desejam se referir ao CPC como promulgado, antes das reformas iniciadas, em especial, a partir de 1994.

¹¹ O ponto foi bem observado por Luiz Fux: “o processo hodiernamente se encontra sob o crivo da ‘efetividade’ dos direitos, que reclama realizabilidade prática, satisfatividade plena e celeridade. Essa dissintonia entre o processo e as novas exigências revela uma ‘crise’, capaz de ser solucionada com ‘novos instrumentos’, diante desse fenômeno dos ‘novos direitos’ ou ‘novos anseios’. Assim, como nos primórdios da civilização o anseio era da justiça institucionalizada contra a justiça privada, hoje a aspiração social é a da

Algumas técnicas processuais vão ao encontro do quadro acima delineado, e, g., a concessão de tutela antecipada, a improcedência *prima facie* (art. 285-A do CPC), o julgamento antecipado da lide e o cumprimento da sentença independentemente de nova citação do devedor. Isto porque, ao utilizar tais possibilidades, o magistrado condutor do processo resolve com maior celeridade os obstáculos existentes para a resolução do conflito, conferindo, assim, tutela mais rápida àquele que realmente tem razão na demanda.

Sobre as técnicas acima mencionadas, no entanto, já são inúmeros os trabalhos acadêmicos desenvolvidos.

Mas ainda dentro desse contexto, tem ganhado destaque, mesmo que de forma incipiente e com pequena produção acadêmica nacional em termos de dissertações de mestrado e teses de doutorado, uma técnica ora intitulada de **resolução parcial do mérito**, facilmente formulada nos seguintes termos: se autor e réu possuem um conflito que pode ser decomposto em mais de um fragmento, e em relação a um deles já se tem segurança para se decidir, resolve-se o que já está pronto para tal, prolatando-se uma decisão (sentença parcial) que decide parcela do conflito, com o prosseguimento do processo apenas em relação ao que ainda não se há convicção. Em outras palavras, colhe-se o que já está maduro.¹²

A possibilidade apresentada colabora para uma maior celeridade no processo, permitindo que aquele que tem direito à determinada providência não precise aguardar até o final da fase de instrução para obter pronunciamento favorável.¹³

‘justiça urgente’ em confronto com a ‘justiça ordinária e ritual’” (Cf. *Tutela de segurança e tutela de evidência*, p. 308).

¹² “Uma fruta já madura não precisa esperar o amadurecimento de uma outra, ainda verde, para ser colhida” (DIDIER JÚNIOR., Fredie, *Inovações na antecipação dos efeitos da tutela e a resolução parcial do mérito*, p. 232). Em outras palavras: “imagine que fosse um balão onde existem três instrumentos pesados que dificultam o alcance da altitude ideal. Por que não se permitir que se retire do balão o peso que não será mais necessário, deixando apenas a bordo aqueles que ainda serão utilizados?” (ARAÚJO, José Henrique Mouta, *Tutela antecipada do pedido incontroverso: estamos preparados para a nova sistemática recursal?*, p. 213).

¹³ “Obrigado o autor a esperar a instrução necessária para a definição de um dos seus pedidos, quando o outro já foi evidenciado, é impor à parte, de forma irracional, o ônus do tempo do processo e agravar o ‘dano marginal’ que é acarretado a todo autor que tem razão” (MARINONI, Luiz Guilherme, *Tutela antecipatória*

Observe-se que a demora nem sempre é ruim, como pode parecer em uma apressada reflexão. Na existência de dúvida sobre a existência do direito, poderá haver necessidade de se percorrer todo o longo arco do procedimento comum, com a realização de instrução probatória, inúmeras manifestações das partes em contraditório, a fim de que se chegue a uma decisão justa com respeito às garantias das partes: trata-se de uma demora necessária.¹⁴

No entanto, em muitas situações (por exemplo, na ausência de contestação a parcela do pedido), não se faz razoável aguardar todo o desenvolvimento do procedimento para se conferir tutela a quem tem razão. Em tais situações, a fim de evitar uma demora verdadeiramente desnecessária, tem lugar a técnica de julgamentos parciais de mérito.

Diz-se que o processo se prolonga em prejuízo daquele que tem razão, seja ele o autor, por ainda não ter consigo o bem ao qual tem direito, seja o réu, pela incerteza acerca de sua situação enquanto perdurar a demanda judicial. A partir do momento em que se diminui o lapso para se chegar à resposta jurisdicional definitiva (ainda que esta se dê, apenas, em relação à parcela do que é discutido em Juízo), **concretiza-se com maior celeridade o que é justo no caso concreto**, aproxima-se, com mais intensidade, do ideal de **acesso à justiça**.

Na obra de referência sobre o tema, CAPPELLETTI e GARTH¹⁵ buscam demonstrar a necessidade de superação do paradigma de que o chamado princípio

e julgamento antecipado: parte incontroversa da demanda, p. 145). Também bem observou o ponto: OLIVEIRA, Bruno Silveira de, *Um novo conceito de sentença?*, p. 12.

¹⁴ O ponto foi muito bem observado por RODRIGUES, Ruy Fernando Zoch, *Antecipação de tutela sem o requisito da urgência em ações repetitivas*, p. 75.

¹⁵ “O conceito de acesso à justiça tem sofrido uma transformação importante, correspondente a uma mudança equivalente no estudo e ensino do processo civil. Nos estados liberais ‘burgueses’ dos séculos dezoito e dezenove, os procedimentos adotados para solução dos litígios civis refletiam a filosofia essencialmente individualista dos direitos, então vigorante. Direito ao acesso à proteção judicial significava essencialmente o direito formal do indivíduo agravado de propor ou contestar uma ação. A teoria era a de que, embora o acesso à justiça pudesse ser um ‘direito natural’, os direitos naturais não necessitavam de uma ação do Estado para sua proteção. Esses direitos eram considerados anteriores ao Estado, sua preservação exigia apenas que o Estado não permitisse que eles fossem infringidos por outros. O Estado, portanto, permanecia passivo, com

do ‘acesso à justiça’ representa um simples direito do cidadão de invocar a atuação do Poder Judiciário, uma mera garantia formal de provocação do magistrado, rompendo seu estado de inércia jurisdicional.

Faz-se necessário um sistema efetivo que possibilite à população um acesso adequado à justiça¹⁶ ou, como outros preferem, um acesso à ordem jurídica justa¹⁷, que resulte em uma prestação de qualidade fornecida pelo Estado ao cidadão, com o real intuito de consagrar, repita-se, a justiça. Entende-se que a técnica ora apresentada pode contribuir para com a concretização do desejado pela sociedade, dos valores positivados na Constituição Federal.

Mas é possível o julgamento parcial de uma demanda? Em outras palavras, as sentenças parciais (ou decisões interlocutórias de mérito, a depender da corrente adotada) são autorizadas pelo ordenamento jurídico pátrio? Eis a hipótese do presente estudo, a questão que representa o mote da dissertação de mestrado em elaboração, razão pela qual são escritas todas as linhas a seguir, que também se destinarão

relação a problemas tais como a aptidão de uma pessoa para reconhecer seus direitos e defendê-los adequadamente, na prática” (CAPPELLETTI, Mauro e GARTH Bryant, *Acesso à justiça*, p. 9).

¹⁶ Nesse sentido, dentre outros: “a moderna doutrina chegou ao consenso de que o direito de ação não se reduz ao direito de mero acesso ao processo. Em termos correlatos, o acesso ao processo, por sua vez, não se satisfaz com a simples obtenção da sentença de mérito. A dimensão do acesso à Justiça é muito maior do que se imagina. A garantia constitucional impõe aos poderes públicos o compromisso com o fornecimento de uma tutela jurisdicional de qualidade, capaz de solucionar o conflito de modo adequado e correspondente com os valores essenciais do Estado Democrático de Direito. A tarefa do legislador infraconstitucional está jugulada ao direito de acesso adequado à Justiça” (MELO, Gustavo de Medeiros, *O acesso adequado à justiça na perspectiva do justo processo*, p. 690)

¹⁷ Também em relação a esse princípio constitucional: “Há que se explicar, porém, o que entendemos por ‘acesso à justiça’, para que se torne clara a nossa visão do devido processo legal. Tal acesso, frise-se antes de mais nada, não pode ser tido como uma garantia formal, em que se afirmasse de forma hipócrita que todos podem propor ação, provocando a atividade do Judiciário, bastando para tal que se contrate um advogado e que se adiante as custas do processo. Tal garantia seria inútil, ineficaz, e consequentemente uma falsa garantia. Deve-se entender a garantia do acesso à justiça como uma garantia de ‘acesso à ordem jurídica justa’, na feliz e irretocável expressão do professor Kazuo Watanabe. A denominação proposta pelo ilustre jurista de São Paulo é, sem dúvida, mais abrangente do que a tradicionalmente empregada ‘acesso à justiça’. Isso porque não se pode ver neste acesso mera garantia formal de que todos possam propor ação, levando a juízo suas pretensões. Essa garantia meramente formal seria totalmente ineficaz, sendo certo que obstáculos econômicos (principalmente), sociais e de outras naturezas impediriam que todas as alegações de lesão ou ameaça a direitos pudessem chegar ao Judiciário. A garantia do acesso à justiça (ou, como preferimos, do acesso à ordem jurídica justa) deve ser uma garantia substancial, assegurando-se assim a todos aqueles que se encontrem como titulares de uma posição jurídica de vantagem e que possam obter uma verdadeira e efetiva tutela jurídica a ser prestada pelo Judiciário” (CÂMARA, Alexandre Freitas, *Lições de Direito Processual Civil*, v. I, 13ª ed., Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2005, p. 34).

a discutir as consequências advindas da utilização de tal expediente, caso aceito no ordenamento jurídico pátrio.

Destarte, parece justificada a escolha do tema, e a importância do assunto julgamentos parciais de mérito no processo civil individual brasileiro.

1.3. Objetivos

O primeiro objetivo da dissertação de mestrado que se desenvolve é, após contextualizar o tema dentro do atual sistema processual nacional (o que se buscou fazer durante do item ‘1.2’ do capítulo inaugural), discorrer sobre os pontos que constituem os principais conceitos relacionados com o tema julgamentos parciais de mérito, quais sejam: mérito; cumulação de demandas e teoria dos capítulos da sentença.

Delineado esse quadro conceitual, passa-se ao segundo objetivo do trabalho, demonstrar que já existem no ordenamento processual pátrio institutos que são verdadeiros julgamentos parciais e são amplamente aceitos pela doutrina e jurisprudência. Para isso, são analisados: a sentença genérica, no contexto da liquidação de sentença e da execução; os procedimentos especiais de prestação de contas, divisão e demarcação de terras particulares, e consignação em pagamento; e a tutela de evidência (em especial, no tocante ao art. 273, § 6º, do CPC).

Configurada a existência de julgamentos parciais já previstos no ordenamento e tranquilamente aceitos pela doutrina, busca-se, no capítulo seguinte da dissertação, demonstrar que a utilização da técnica não se destina apenas a situações especiais, mas é possível da mesma forma que o julgamento antecipado da lide (art. 330, do CPC), bastando apenas a configuração de situação que autorize sua utilização, sem necessidade de alteração legislativa para tal.

No mesmo tópico, são analisados os argumentos contrários à resolução parcial de mérito (“princípio” da unicidade sentencial; “princípio” da congruência; tumulto

processual; dentre outros) e listados os benefícios que seriam gerados com a aplicação da técnica no processo civil brasileiro (por exemplo, aumento da efetividade e celeridade).

Não parece bastar, no entanto, a descrição do fenômeno e de sua possibilidade. Por isso, o capítulo subsequente do presente estudo tem por objetivo tratar das questões mais técnicas e das consequências da adoção dos julgamentos parciais no ordenamento, quais sejam: natureza do pronunciamento judicial que fraciona o mérito; recurso cabível contra tal decisão; possibilidade de formação de coisa julgada parcial; início da fluência do prazo para a ação rescisória; forma de efetivação da condenação presente na sentença parcial etc.

Destina-se, ainda, um capítulo para discussão do tema no anteprojeto de novo Código de Processo Civil elaborado por Comissão de Juristas formada pelo Senado Federal (que nesta Casa Legislativa foi transformado no PLS 166/2010), no substitutivo apresentado pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e na versão mais recente do projeto, tratado na Câmara dos Deputados como PL 8.046/2010.

Ao final, apresenta-se capítulo a título de conclusão, seguido da indicação da bibliografia consultada.

1.4. Metodologia e ponderações relacionadas

Por se tratar de uma dissertação de ciência do Direito, utilizar-se-á no estudo, fundamentalmente, o método dialético, i. e., colocar-se-ão em análise posições antagônicas, que serão comparadas e discutidas. Também se lançará mão do método histórico e do método comparativo. Acerca do tema em análise, serão feitas referências e comparações, tanto com leis mais antigas do ordenamento nacional, ora revogadas, quanto com dispositivos de ordenamentos estrangeiros. E, ainda, recorrer-se-á à coleta de decisões judiciais, pois em se tratando de uma dissertação ligada à área do processo civil, não se pode deixar de analisar alguns temas sob a ótica dos Tribunais pátrios.

No presente momento, também são cabíveis alguns alertas a respeito da forma desta singela dissertação de mestrado.

Em primeiro lugar, o presente texto busca, em obediência às linhas traçadas pelo i. orientador deste estudo, Prof. Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon, seguir uma tendência mais recente vista nas dissertações elaboradas na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, qual seja, a inexistência de capítulos próprios e autônomos para o desenvolvimento histórico, os ordenamentos estrangeiros e os princípios processuais relacionados ao tema em análise. Os comentários pertinentes serão feitos ao longo de todo o texto, por meio de notas de rodapé, a fim de que se possa realizar, efetivamente, um estudo de comparação.

Seguindo, da mesma forma, as linhas mestras de orientação, também se buscou evitar, ao máximo, as citações no corpo do texto, a não ser quando sua inserção em nota de rodapé em muito prejudicasse a compreensão das ideias em exposição.

E, em terceiro lugar, buscou-se, sempre, adentrar-se na análise pertinente, sem a necessidade de longas explicações a respeito do instituto em discussão, priorizando-se sua efetiva relação com o tema ‘julgamentos parciais de mérito’. Por exemplo, ao se tratar sobre sentença parcial arbitral, não se descreveu o que é arbitragem. Buscou-se ir, sempre, direto ao ponto, a não ser quando uma maior digressão tenha sido sugerida expressamente pelo i. orientador, ou pelos demais integrantes da Banca de qualificação.¹⁸

Nota-se, assim, que o tema julgamentos parciais de mérito é tratado desde a primeira linha deste estudo, evitando-se recorrente acontecimento visto em dissertações de mestrado pátrias: o principal objeto de estudo acaba por ser iniciado após muitas laudas escritas, nas quais, muitas vezes, apenas foram repetidos conceitos e ideias há muito tempo presentes e desenvolvidas na doutrina nacional. Existe, em verdade, apenas um capítulo verdadeiramente introdutório de discussões conceituais, o segundo, que

¹⁸ A exemplo do prof. Marcelo José Magalhães Bonício, que durante a Banca de qualificação do presente trabalho, recomendou um tratamento especial à temática do efeito devolutivo dos recursos, em cotejo com os julgamentos parciais, por acreditar tratar-se do ponto mais interessante de toda a dissertação.

teve seu desenvolvimento em muito influenciado pelos i. membros da Banca de qualificação.¹⁹

Como consequência óbvia de tal postura, chega-se a uma dissertação de mestrado curta, com um número de laudas inferior ao que comumente se vê no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* nacional. Acredita-se, no entanto, que as escolhas acima explicadas, em grande parte sugestões do i. orientador, colaboram para a fluidez do texto e para evitar repetições desnecessárias acerca de temas já muito explorados pela doutrina nacional, a respeito dos quais este singelo estudo não poderia trazer grandes inovações. Oxalá o tamanho reduzido não tenha resultado em superficialidade de conteúdo.

Por fim, cabe o esclarecimento de que a formatação da dissertação de mestrado obedecerá expressamente ao disposto na Resolução FD/PÓS n. 01/2002. E quanto às referências bibliográficas, o estudo em desenvolvimento respeita o estilo lecionado na própria Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na disciplina Metodologia para preparação de monografia jurídica.

¹⁹ O Prof. Dr. Heitor Sica, por exemplo, sugeriu expressamente um maior aprofundamento nas explicações elaboradas a respeito do conceito de mérito, o que foi prontamente acolhido em item autônomo do capítulo 2. Por outro lado, sua sugestão de um melhor desenvolvimento a respeito dos institutos da sentença e da decisão interlocutória, embora integralmente acolhida, não foi alvo de item próprio, tendo sido adotada no desenvolvimento do item 5.1. do presente trabalho, intitulado “natureza do pronunciamento judicial”, até por se partir da premissa de que o presente estudo não é uma dissertação sobre sentença ou decisões interlocutórias, mas sim, sobre o julgamento parcial do mérito de uma demanda, entenda-se ser tal técnica apresentada em formato de decisão interlocutória de mérito ou sentença parcial. Da mesma forma, a dicotomia entre apelação e agravo foi aprofundada no item 5.2., relativo ao recurso cabível contra a decisão que julga parcialmente o mérito.

CAPÍTULO II – JULGAMENTOS PARCIAIS: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

No presente capítulo, buscar-se-á explicar, de forma sintética, conceitos cuja compreensão faz-se necessária para o entendimento da técnica de julgamentos parciais de mérito. A fixação de tais premissas também é importante para evitar dúvidas que poderiam surgir ao longo do texto, caso não fossem explicadas as significações que o autor do presente estudo atribui a alguns institutos.

2.1. Mérito

Em seu texto *O conceito de mérito no processo civil*, DINAMARCO fixou as bases adotadas pela maior parte da doutrina nacional quando do estudo do tema.²⁰

Mencionado autor explica existirem três posições fundamentais acerca do conceito de mérito: (i) a primeira corrente identifica-o com as questões tratadas em determinada demanda; (ii) a segunda iguala-o à própria demanda ou situações externas ao processo por ela trazidas; e (iii) a terceira é fundamentada no Código de Processo Civil vigente, para qual o mérito é igual à lide²¹, conclusão extraída de sua exposição de motivos e da nomenclatura atribuída a alguns institutos, a exemplo do julgamento antecipado da lide, presente no art. 330 do CPC.²²

²⁰ Dentre outros: WATANABE, Kazuo, *Cognição no processo civil*, pp. 105-107.

²¹ Da mesma forma como DINAMARCO, FABIO MILMAN (dentre outros) atribuiu ao CPC a identificação dos conceitos mérito e lide: “a Lei nº 10.352/01 acrescentou o § 3º ao art. 515 do CPC, com a seguinte redação: ‘Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, (...)’.” Portanto, o próprio Código de Processo Civil, com a vigência do acima parcialmente reproduzido dispositivo, passou a estampar conceito de mérito, qual seja, lide, na medida em que chegando a tribunal processo sentenciado sem solução do mérito, a corte recursal poderá, presentes os requisitos para tanto, resolver o mérito, eliminando a lide até então intocada pela sentença puramente extintiva” (MILMAN, Fabio, *O novo conceito legal de sentença e suas repercussões recursais: primeiras experiências com a apelação por instrumento*, p. 3).

²² Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel, *O conceito de mérito no processo civil*, pp. 299 e 306.

DINAMARCO, no entanto, acaba por não adotar integralmente nenhuma das três ‘posições fundamentais’.

Em relação à primeira teoria, busca deixar muito claro que as questões, i. e., os pontos controvertidos pelas partes, as dúvidas existentes em torno dos fatos e direitos discutidos na demanda, devem ser solucionadas pelo juiz a fim de que possa chegar ao mérito da demanda, constituindo-se no “suporte lógico do ato imperativo que será a decisão”²³ de mérito. Mas com este não se confundem, tanto que as questões são resolvidas na fundamentação da sentença (*incidenter tantum*) e não são, no sistema vigente, alcançadas pela coisa julgada. Já o mérito, é solucionado no dispositivo, que transita em julgado.

A segunda corrente também é rechaçada por DINAMARCO. A demanda não é o mérito da causa, mas apenas o veículo que traz ao juiz a pretensão da parte. É na demanda inicial que se situam os fatos e elementos a respeito dos quais o magistrado irá se manifestar, tanto que é comum na doutrina a afirmação de que a petição inicial seria um “projeto de sentença” ou um “projeto de provimento”, mas isso não significa que tal pressuposto de formação do processo seja o mérito em si. Ela apenas “carrega o mérito” ao Poder Judiciário.

Por fim, a terceira tese também é rejeitada, pois DINAMARCO não vislumbra uma total identidade entre o conflito de interesses (*lide*) e a ideia de mérito, não só por reconhecer, seguindo lição de LIEBMAN, que o conflito de interesses não se faz presente no processo da mesma forma que aconteceu na vida real, mas também porque embora inexista conflito manifestado em todos os processos – a exemplo da revelia e do reconhecimento do pedido pelo réu –, o mérito sempre se fará presente.

Sendo assim, de forma singela, DINAMARCO acaba por afirmar que o *meritum causae* é a **pretensão** deduzida, a exigência apresentada ao juiz, o conteúdo socialmente relevante da demanda que deu ensejo à propositura da demanda²⁴, embora não

²³ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel, *O conceito de mérito no processo civil*, p. 311.

²⁴ “O *meritum causae*, ou seja, a pretensão deduzida, é o conteúdo e a razão de ser da demanda e do processo. É sobre ele que se desenvolverão todas as atividades dos sujeitos do processo como tais. Todo processo se

exclusivamente, eis que também será de mérito, e. g., a discussão a respeito de custas e honorários advocatícios, pois embora não se refira ao chamado “mérito principal” retratado no início deste parágrafo, também corresponde a uma pretensão das partes que repercute em sua vida patrimonial.²⁵

No entanto, deve-se esclarecer desde logo que a noção de mérito não precisa, necessariamente, guardar relação apenas com o conflito de direito material discutido no processo de conhecimento, como pode transparecer inicialmente. DINAMARCO²⁶ e LUCON²⁷, e. g., defendem de maneira forte a existência de mérito, também, na execução.

Cumprе ressaltar que a palavra mérito também pode ser utilizada para indicar o que é tratado de forma central em determinado incidente ou fase processual, isto é, seu objeto.²⁸ Por exemplo: a discussão a respeito de pressupostos processuais não envolve o mérito de uma demanda, no entanto, caso o magistrado, em seu ‘despacho saneador’, entenda por rejeitar a alegação de coisa julgada e determinada parte interponha agravo de instrumento contra tal decisão, ter-se-á um recurso cujo objeto será a análise de um pressuposto processual.²⁹

faz porque existem pretensões insatisfeitas e para que sobre elas algo venha a ser disposto pelo juiz... Julgar o mérito é conceder ou negar a tutela jurisdicional postulada pelo autor – no segundo caso, concedendo-a ao réu. Quer se acolha ou rejeite a demanda do autor, julgar o mérito é sempre dispor sobre a pretensão deduzida... Mérito é a pretensão apresentada ao juiz com pedido de sua satisfação” (Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel, *Capítulos de sentença*, pp. 51 e 60). No mesmo sentido, o mesmo autor, em seu *O conceito de mérito no processo civil*, pp. 322-323.

²⁵ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel, *Capítulos de sentença*, p. 63.

²⁶ “Vem de um preconceito irracional o pensamento de que o mérito fosse ideia inerente e exclusiva ao processo de conhecimento, não guardando pertinência com a execução... Há o mérito representado pela pretensão executiva deduzida mediante a demanda inicial nas execuções por título extrajudicial (CPC, arts. 614 ss.) ou mediante pedido de prosseguimento do processo em caso de título judicial (CPC, art. 475-J)” (Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel, *O conceito de mérito no processo civil*, pp. 329 e 331).

²⁷ “A impugnação ao mérito atinge o cerne do *meritum causae*, pois, tendo sido afirmada pelo exequente a existência de um crédito e formulado o pedido de sua satisfação no requerimento, por meio da impugnação o executado vai em busca da declaração negativa, i. e., de que o crédito inexistente ou que tem outros limites, diversos daqueles pretendidos pelo exequente” (Cf. LUCON, Paulo Henrique dos Santos, *Nova execução de títulos judiciais e sua impugnação*, p. 459).

²⁸ Conforme pensamento recorrente de José Roberto dos Santos Bedaque, em suas aulas na graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

²⁹ Eis a lição de DINAMARCO nesse sentido: “O vocábulo mérito, de uso corrente e empregado muitas vezes no Código de Processo Civil, expressa o próprio objeto do processo. A pretensão ajuizada, que em relação ao processo é seu objeto, constitui o mérito das diversas espécies de processos. O mérito do processo

A definição do conceito de mérito que se pretendeu realizar de forma sintética tem razão por um simples motivo, a técnica de realização de julgamentos parciais possui maior relevância quando se está a discutir o mérito de determinada demanda. E, em relação a este ponto, não há dúvida na doutrina: quem admite a técnica dos julgamentos parciais, via de regra, a relaciona à uma cisão do julgamento de mérito.

2.2. Capítulos da sentença

A variedade inerente ao processo civil permite que se possa imaginar inúmeras situações em que se faça presente a resolução parcial do mérito na fase de conhecimento. O exemplo mais comum que se tem visto na doutrina parte do pressuposto de que exista cumulação de pedidos na petição inicial. Nessa hipótese, o pedido maduro para julgamento poderia ser resolvido antes dos demais, que necessitariam de dilação probatória, por exemplo.³⁰

Imagine-se a comum hipótese de demandas que discutam contratos de empréstimo bancários. Insatisfeito com os valores que lhe são cobrados mês a mês para poder quitar sua dívida, o cliente decide provocar o Judiciário buscando o reconhecimento da abusividade de algumas das cláusulas presentes no contrato celebrado. Nessa situação, de cumulação de pedidos, a técnica poderia ser usada para reconhecer, desde logo, a improcedência do pleito em relação à cláusula acerca da correção monetária, prosseguindo-

de conhecimento é a pretensão trazida com pedido de julgamento que a reconheça e, portanto, a acolha. *O mérito do processo de execução é a pretensão a receber a coisa pleiteada – e não uma sentença.* O do processo monitório é o mesmo, porque a tutela final que ele pode conceder é a natureza executiva (entrega da coisa móvel ou do dinheiro: art. 1.102-c)... Também o processo cautelar e os recursos têm o seu mérito, ou seja, o seu objeto. Lá o mérito é a pretensão do demandante à medida urgente; cá a pretensão a obter nova decisão, apresentada pela parte vencida ao tribunal... A pretensão trazida ao tribunal nas razões de recurso pode ser a mesma deduzida na demanda inicial ou alguma outra, referente à vida do processo; o mérito dos recursos nem sempre coincide com o *meritum causae*, ou seja, com a pretensão oriunda da vida comum e trazida a exame no processo. Os recursos têm por objeto, ou mérito, o pedido de procedência da demanda quando o juiz a julgou improcedente, ou o pedido de realização de uma prova indeferida pelo juiz, ou a reiteração de uma exceção de incompetência rejeitada em primeiro grau etc. No exame de qualquer um dos pedidos, o tribunal está julgando o mérito do recurso; não porém quando deixa de conhecê-lo (recurso inadmissível por intempestividade etc.)” (Cf. *Instituições de direito processual civil*, v. II, pp. 182-183)

³⁰ Em outras palavras: “a prestação jurisdicional global será assim prestada em segmentos diferenciados de cronologia procedimental” (ARMELIN, Donaldo, *Notas sobre sentença parcial e arbitragem*, p. 278).

se o processo para discussão dos juros, cuja análise poderá necessitar de prova pericial contábil a respeito de sua forma de composição, para que o Juízo possa proferir decisão segura.

Embora o tema da resolução fracionada do mérito possa gerar alguma dificuldade em sua compreensão, pensa-se que a forma mais fácil de entendê-lo seja relacioná-lo à idéia de capítulos da sentença. Capítulos seriam unidades autônomas do decisório da sentença.³¹ Não são necessariamente independentes, i. e., não precisam ter, por si só, aptidão para ser objeto de demanda própria, mas definem a solução de determinada questão, como o julgamento do pedido principal ou a condenação ao pagamento de despesas processuais.³² E existirão “tantos capítulos quanto forem os pedidos postos diante do juiz à espera de julgamento”.³³

Da mesma forma que uma única sentença pode ser considerada dividida em um capítulo para cada pedido decidido, o procedimento pode ter várias decisões ao longo de seu curso, na qual cada uma soluciona um dos pedidos da inicial.

Concede-se outro exemplo, a frequente demanda em que se pleiteia indenização por danos morais e materiais. Da mesma forma que se pode ter uma sentença que tenha um capítulo para decidir o pedido de danos materiais e outro capítulo para decidir o de danos morais, é possível haver uma primeira decisão, em que o juiz fixe desde logo a inexistência de abalo à moral da vítima, dando-se prosseguimento ao procedimento para instrução a respeito do suposto dano material alegado, culminando na sentença que encerrará a fase de conhecimento e decidirá a respeito do pedido de danos materiais. A primeira decisão, que decidiu acerca da inexistência de danos morais, tratará sobre o

³¹ DINAMARCO, seguindo a teoria de LIEBMAN, e opondo-se à CARNELUTTI (para quem os capítulos estariam na solução de questões e não no julgamento da lide), adota a ideia de que a técnica de divisão de capítulos restringe-se ao decisório (Cf. *Capítulos de sentença*, passim). Da mesma forma: “Conceituam-se os capítulos de sentença como as unidades resultantes da divisão ideológica do conteúdo substancial do dispositivo da sentença” (OLIANI, José Alexandre Manzano, *Capítulos de sentença, apelação parcial e sentença juridicamente inexistente – breves considerações*, p. 736).

³² Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel, *Capítulos de sentença*, passim.

³³ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel, *Capítulos de sentença*, p. 42.

mérito de forma parcial, representando verdadeira sentença parcial (ou decisão interlocutória de mérito, a depender da corrente adotada).

Importante mencionar que o sistema legal já admite os capítulos de sentença, o que se extrai de diversos artigos do Código de Processo Civil³⁴, por exemplo: 475-I, § 2º, 475-O, § 1º, 498 e 505.³⁵ Da mesma forma a jurisprudência,³⁶ mesmo havendo a clara certeza de que a admissão de tal técnica traz à luz problemas, como a possibilidade de coisa julgada parcial e o termo *a quo* do prazo para a propositura de ação rescisória.³⁷

E o sistema admite a técnica dos capítulos de sentença, mesmo com seus inconvenientes, pois caso os diversos pedidos de um autor não sejam cumulados em uma mesma demanda e não possam ser julgados em uma mesma sentença, o cidadão precisaria se socorrer ao Poder Judiciário, por meio de petições iniciais autônomas, tantas vezes quantos fossem seus pedidos. Lembre-se o exemplo inicialmente concedido no presente item: é muito comum, em casos envolvendo o questionamento de contratos bancários, que vários sejam os pontos impugnados pelo autor, como a correção monetária, os juros, a cobrança de multas etc. Imagine-se o absurdo que seria caso o cidadão precisasse distribuir, para um mesmo contrato, dez demandas diferentes contra o mesmo réu, eis que, em sua opinião, o pacto celebrado com determinada instituição financeira possui dez incongruências.

³⁴ O que é bem observado por OLIANI, José Alexandre Manzano, *Capítulos de sentença, apelação parcial e sentença juridicamente inexistente – breves considerações*, p. 736.

³⁵ **CPC. Art. 475-I, § 2º** Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta. **Art. 475-O.** A execução provisória da sentença far-se-á, no que couber, do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas:... **II** – fica sem efeito, sobrevivendo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidados eventuais prejuízos nos mesmos autos, por arbitramento; **§ 1º** No caso do inciso II do caput deste artigo, se a sentença provisória for modificada ou anulada apenas em parte, somente nesta ficará sem efeito a execução. **Art. 498.** Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos. **Art. 505.** A sentença pode ser impugnada no todo ou em parte.

³⁶ Por todos: “A ação rescisória pode objetivar a anulação de apenas parte da sentença ou acórdão. A possibilidade de rescisão parcial decorre do fato de a sentença de mérito poder ser complexa, isto é, composta de vários capítulos, cada um contendo solução para questão autônoma frente às demais” (STJ, 3ª Turma, REsp 863.890, rel. Min. Nacy Andrichi, j. 17.02.2011).

³⁷ Tema já sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, em seu enunciado de n. 401, *in verbis*: O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial.

2.3. Cumulação de demandas

A técnica de cumulação de demandas em um mesmo processo (que em sentença resultará em diversos capítulos de sentença) é interessante ao Estado, por razões de economia, e ao cidadão, que terá a segurança de ter seus diversos pedidos sendo analisados por um mesmo magistrado, o que evitará decisões conflitantes em relação a, por exemplo, um mesmo contrato. Além disso, colabora para que se extraia o máximo aproveitamento dos atos processuais.

A cumulação, aliás, pode ser tanto de demandas em face de uma mesma parte (cumulação objetiva, conforme todos os exemplos anteriormente concedidos), como de demandas em razão da existência de diferentes pessoas em mais de um polo (cumulação subjetiva, vista nos casos de litisconsórcio, exceto quando tratar-s de unitário³⁸).

No tocante à **cumulação objetiva**, a principal classificação divide-a em própria e imprópria, cada uma com duas subdivisões.

A cumulação própria faz-se presente quando o autor formula vários pedidos, pretendendo o acolhimento simultâneo de todos eles. Na modalidade simples, as pretensões não possuem relação de precedência entre si, podendo ser analisadas de forma independente; na modalidade sucessiva, o pedido posterior só poderá ser acolhido se assim tiver sido o anterior, a exemplo da declaratória de inexistência de débito, cumulada com a repetição do que se considera ter pago indevidamente.³⁹

³⁸ Nesse sentido: “Havendo pluralidade de autores ou de réus na relação jurídica processual haverá o litisconsórcio e, conseqüentemente, haverá o cúmulo subjetivo de demandas, exceção feita ao litisconsórcio unitário, onde não ocorre referida cumulação. No litisconsórcio unitário, inobstante haja a necessária pluralidade de partes em um dos polos da relação processual... haverá uma única demanda, incindível, que atinge a todos uniformemente” (Cf. SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de, *Sentenças parciais no processo civil brasileiro: conseqüências no âmbito recursal*, p. 71). Da mesma forma, DINAMARCO, ao tratar sobre o litisconsórcio unitário, afirma que como a decisão é nua, não haveria de se falar em diferentes capítulos para cada litisconsorte, o que vai de encontro à ponderação ora analisada (Cf. *Capítulos de sentença*, passim)

³⁹ Cf. DIDIER JÚNIOR, Fredie, *Curso de direito processual civil*, v. I, pp. 425-426.

A cumulação imprópria representa fenômeno oposto. Não está o autor na busca de que várias pretensões sejam acolhidas, mas apenas de uma das que foram aglutinadas na mesma petição inicial. Na modalidade subsidiária, há a manifestação do princípio da eventualidade, na qual o autor formula uma ordem de preferência em relação a seus pedidos: deseja que lhe seja concedido A; se A não for possível, B; se B não for possível C etc. Já a modalidade alternativa, apresenta-se mais de uma pretensão, para que apenas uma seja escolhida, sem que o autor apresente ordem de preferência.⁴⁰

A doutrina ora exclui apenas a cumulação imprópria alternativa⁴¹, ora exclui toda a cumulação imprópria⁴², da possibilidade de resolução fracionada do mérito. Entende-se que a discussão não deve partir do vocábulo ‘possibilidade’, mas sim de ‘utilidade’. Os julgamentos parciais poderão ser muito úteis, em especial, na cumulação própria de pedidos, em sua modalidade simples, já que demandas autônomas podem necessitar de diferentes provas, e com isso, permitirão a definição acerca de determinados pedidos de forma segmentada no tempo. Agora, em termos meramente abstratos, não se enxerga óbice a que o juiz rejeite um dos pedidos inclusive na cumulação imprópria alternativa, quando note, por exemplo, que a entrega do bem comprado seja impossível, restando apenas a análise quanto ao direito de devolução do preço e seus termos.⁴³

Por fim, de acordo com parcela da doutrina, ainda haverá cumulação objetiva de demandas quando houver mais de uma causa de pedir apresentada na petição inicial, mesmo que para um único pedido, a exemplo de uma ação de despejo que tenha por

⁴⁰ Cf. DIDIER JÚNIOR, Fredie, *Curso de direito processual civil*, v. I, pp. 426-429.

⁴¹ Cf. SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de, *Sentenças parciais no processo civil brasileiro: consequências no âmbito recursal*, pp. 93-102.

⁴² Cf. CARNEIRO da Cunha, Leonardo José, *O § 6º do art. 273 do CPC: tutela antecipada parcial ou julgamento antecipado parcial da lide?*, p. 112.

⁴³ Imaginando-se situação em que o réu defende que a entrega do objeto, ora perecido, não se realizou por culpa exclusiva do autor, sendo injusto que o demandado arque com todo o prejuízo decorrente apenas da mora do credor em aceitar o objeto. **Art. 400 do CC.** A mora do credor subtrai o devedor isento de dolo à responsabilidade pela conservação da coisa, obriga o credor a ressarcir as despesas empregadas em conservá-la, e sujeita-o a recebê-la pela estimação mais favorável ao devedor, se o seu valor oscilar entre o dia estabelecido para o pagamento e o da sua efetivação.

fundamentos ausência de pagamento do aluguel e desvio na destinação do imóvel por parte do locatário-demandado.⁴⁴

Contudo, entende-se que em casos como tais não há situação de julgamento parcial, pois o máximo que o magistrado poderá fazer, na existência de um único pedido não decomponível (não existe ‘meio despejo’), será declarar, antes da sentença final, que uma causa de pedir não tem razão de ser. Ora, em tal caso, não se está a julgar o mérito, a pretensão do autor, mas apenas um dos fundamentos de seu pedido. Não haverá procedência ou improcedência sequer em relação à parcela do pedido. Inexistirá, inclusive, configuração clara de interesse recursal para o demandante, pois seu pedido ainda poderá vir a ser julgado procedente com base na outra causa de pedir.

Sendo assim, ainda que tal escolha possa contribuir para a celeridade da instrução probatória, pois esta ficaria limitada a apenas um dos fundamentos do pedido, entende-se não ser o caso de resolução fracionada do mérito, por conta do conceito ora adotado, conforme formulação de DINAMARCO⁴⁵ apresentada supra (item 2.1).⁴⁶

Já em relação à **cumulação subjetiva**, existem inúmeras situações de encerramento do conflito para apenas uma das partes, mas, via de regra, por questões processuais, já que para um dos integrantes da relação jurídica, pode se reconhecer a ilegitimidade, a ausência de interesse processual, a litispendência parcial, a coisa julgada, a desistência etc, situações em que não há resolução do mérito (art. 267 do CPC), prosseguindo o procedimento para as partes restantes.

No tocante ao julgamento de mérito (art. 269 do CPC), ainda que seja frequente solução diversa para as partes em um mesmo polo (imagine-se, por exemplo,

⁴⁴ O exemplo é de SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de, *Sentenças parciais no processo civil brasileiro: consequências no âmbito recursal*, p. 78. No mesmo sentido: CARNEIRO da Cunha, Leonardo José, *O § 6º do art. 273 do CPC: tutela antecipada parcial ou julgamento antecipado parcial da lide?*, p. 112.

⁴⁵ Lembre-se que “julgar o mérito é conceder ou negar a tutela jurisdicional postulada pelo autor” (Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel, *Capítulos de sentença*, p, 51)

⁴⁶ Em sentido contrário, defendendo a natureza de sentença parcial para decisão como a tal, SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de, *Sentenças parciais no processo civil brasileiro: consequências no âmbito recursal*, p. 96.

uma ação indenizatória contra vários médicos de um Hospital), não parece tão comum que isso possa ocorrer de forma segmentada, a não ser que sejam formulados pedidos diversos em face de cada réu, que demandem diferentes tipos de instrução probatória, ou que o único réu reconheça (ou não conteste) o pedido apenas em face de um dos autores aglutinados em situação de litisconsórcio ativo simples.⁴⁷

Desse modo, ao longo do trabalho, será dado maior destaque aos exemplos de cumulação objetiva de pedidos, já que retratam melhor a possibilidade da resolução fracionada de mérito, sem prejuízo de análise de situações de cumulação subjetiva quando se estiver tratando do art. 267 do CPC (item 5.3. do presente estudo).

Pois bem. Se o cidadão “colabora” com o Estado e veicula na mesma demanda temas que poderiam estar espalhados em diversos processos, por que este mesmo Estado prejudica esse cidadão, fazendo com que aguarde por anos até um único julgamento de todos os seus pedidos (unicidade da sentença), quando, em muitos casos, já se é possível resolver um dos pedidos após curto espaço de tempo? Com tal postura, o Estado-juiz acaba por desestimular, justamente, aquilo que deseja, a economia processual, sendo a técnica de fracionamento do julgamento de mérito uma saída para tal injustiça.

Em outras palavras, faz-se mister permitir não só a cumulação, mas também a descumulação de demandas.⁴⁸ Tem-se, então, que o julgamento parcial é uma

⁴⁷ Para melhor visualização: “Duas vítimas de uma enchente ingressam conjuntamente com uma ação de reparação de danos em face de uma concessionária de rodovia, alegando que algumas obras realizadas na rodovia ensejaram o desenfreado escoamento de água da chuva e causaram o alagamento de seus imóveis. Em relação à vítima A, a concessionária assume a responsabilidade e os prejuízos, porém, em relação à vítima B, não assume... requerendo... a realização de perícia” (Cf. SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de, *Sentenças parciais no processo civil brasileiro: consequências no âmbito recursal*, p. 75)

⁴⁸ No mesmo sentido, dentre outros: “se é permitido cumular pedidos, seja por apenas um postulante ou em razão de vários postulantes, por que não se permitir possam ser desacumulados nos respectivos julgamentos?” (ARMELIN, Donaldo, *Notas sobre sentença parcial e arbitragem*, p. 288); “não há sentido em estimular o cidadão a cumular pedidos, em homenagem ao princípio da economia processual, e não possibilitar que o pedido cumulado, que pode apresentar-se maduro para julgamento antes de outro, possa se definir de imediato” (MARINONI, Luiz Guilherme, *Tutela antecipatória e julgamento antecipado: parte incontroversa da demanda*, p. 141); “Caso se entenda pela impossibilidade de o autor obter, desde já, o julgamento antecipado parcial, então o sistema estaria desestimulando a economia processual e prejudicando o demandante, pois seria mais vantajoso ter ingressado com duas demandas diversas” (MARTINS, Renato Castro Teixeira, *Apelação por instrumento*, p. 843); “não faria sentido que as demandas fossem cumuladas por medida de economia, para que, a partir de então, jamais pudessem ser separadas, mesmo que isso importasse em amarrar o andamento de uma por conta das demais” (SICA, Heitor Vitor Mendonça, *Algumas implicações do novo conceito de sentença no processo civil, de acordo com a Lei 11.232/2005*, p. 193).

verdadeira necessidade do sistema, a fim de estimular a economia de gastos públicos, por ser indubitável que inúmeras demandas autônomas custarão muito mais ao Erário que um simples processo com vários pedidos cumulados.

Observe-se, por fim, que a resolução fracionada do mérito prescinde, para sua utilização, de cumulação de pedidos. Basta a existência de um pedido decomponível⁴⁹, para que a técnica possa ser útil a fim de conferir celeridade ao procedimento, evitando demoras desnecessárias, como explicado anteriormente.

⁴⁹ “O objeto do processo é decomponível quando a pretensão incide sobre bens sujeitos a alguma espécie de quantificação, seja por unidades (dinheiro, coisas fungíveis em geral), por peso, volume etc. A decomponibilidade do objeto do processo significa que o juiz pode conceder ao autor toda a quantidade que ele pediu, ou nada, ou parte dessa quantidade” (Cf. DINAMARCO, *A reforma da reforma*, p. 101)

CAPÍTULO III - JULGAMENTOS PARCIAIS EXPRESSAMENTE PREVISTOS NO ORDENAMENTO POSITIVO BRASILEIRO

Embora tratados, por muitos, como uma das novidades do processo civil brasileiro no século XXI, os julgamentos parciais há muito tempo se fazem presentes no sistema pátrio, ainda que grande parte da doutrina não trabalhe determinados institutos utilizando tais termos.

O fenômeno, no entanto, já se faz presente, de forma positivada, no sistema legal pátrio. É o que se passa a demonstrar, no presente capítulo.

3.1. Sentença genérica, liquidação de sentença e execução.

(I) Entende-se que a fase de liquidação não faz parte da execução.⁵⁰ A mudança topológica dos artigos a respeito do tema realizada pela Lei 11.232/2005 parece confirmar tal impressão. A liquidação guarda relação com a atividade cognitiva do magistrado e complementa a decisão anterior ao determinar o quanto é devido pela parte derrotada.⁵¹ Parte-se da premissa, portanto, que a decisão que julga a fase de liquidação tem conteúdo de mérito.

⁵⁰ Nesse sentido, dentre outros, José da Silva Pacheco, que compara a liquidação do CPC de 1973 com a do código de 1939: “ao contrário do sistema anterior, em que a liquidação era integrativa da execução, agora a liquidação é prévia para completar o título executivo. Só depois da liquidação é que se enseja a execução” (Cf. *Tratado das execuções: processo de execução*, p. 241). Da mesma forma: “A liquidação de sentença não mais constitui um incidente dentro da execução, como no sistema do código de 39” (Cf. LIEBMAN, Enrico Tullio, *Processo de Execução*, p. 121, nota de atualização, nos termos do CPC de 73, pelo professor Joaquim Munhoz de Mello).

⁵¹ Nesse sentido também aponta Humberto Theodoro Júnior em escritos a respeito das reformas de 2005 e 2006 do Código de Processo Civil nacional: “No caso de condenação ilíquida, a lide fica apenas parcialmente solucionada: assenta-se a certeza do direito do litigante, mas não se define, ainda, exatamente o seu quantum. Por isso, quando, no julgamento subsequente, chega-se à definição exata do objeto da condenação, o decisório ainda está versando sobre parte da lide, e, conseqüentemente, diz respeito ao mérito da causa” (Cf. *As novas reformas do código de processo civil*, pp. 198/199).

O enfoque da doutrina nacional tem sido discutir qual é a natureza jurídica deste provimento judicial que encerra a fase de liquidação. Três correntes podem ser identificadas: a que defende ter natureza de sentença⁵², a que defende ter natureza de decisão interlocutória⁵³, e, por fim, a que defende ter ora a natureza de decisão interlocutória, ora a de sentença, a depender da situação existente.⁵⁴

Todos esses posicionamentos, no entanto, parecem partir de um mesmo pressuposto, a existência de uma **sentença genérica anterior**, que encerra a fase de conhecimento do processo definindo o *an debeatur*, mas sem a fixação do *quantum debeatur*.

Cabe, então, a seguinte pergunta: como é possível falar em prolação de uma sentença total e definitiva, de encerramento da fase de conhecimento, se a atividade de definição do *quantum debeatur* é cognitiva, de acordo com entendimento unânime dentre todos os autores com os quais se teve contato?⁵⁵ Que fase de conhecimento é essa que é considerada extinta mesmo sem apreciar na totalidade os pedidos formulados pelo autor? Por que a doutrina nacional insiste em fórmulas como *encerrada a fase de conhecimento*, *deixa-se para a liquidação apenas a definição do quantum debeatur*, quando, em muitos

⁵² Nesse sentido: DINAMARCO, Cândido Rangel, *Instituições de direito processual civil*, v. IV, p. 727; SANTOS, Ernane Fidélis dos, *As reformas de 2005 do código de processo civil: execução dos títulos judiciais e agravo de instrumento*, p. 24; e WAMBIER, Luiz Rodrigues, WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, e MEDINA, José Miguel Garcia, *Breves comentários à nova sistemática processual civil*, II: Leis 11.187/2005, 11.232/2005, 11.276/2006, 11.277/2006 e 11.280/2006, p. 132.

⁵³ Nesse sentido: BONÍCIO, Marcelo José Magalhães, *Execução civil: novos perfis*; FUX, Luiz, *O novo processo de execução – o cumprimento da sentença e a execução extrajudicial*, p. 62; LUCON, Paulo Henrique dos Santos, *Sentença e liquidação no CPC (Lei n. 11.232/2005)*, p. 67; MOTA, Cláudio, *Execução por título judicial – aplicação da lei n. 11.232/2005*, p. 132; NERY JÚNIOR, Nelson, e NERY, Rosa Maria de Andrade, *Código de processo civil comentado e legislação extravagante*, p. 428; e THEODORO JR., Humberto, *Processo de execução e cumprimento de sentença*, p. 624, e *Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*, p. 245.

⁵⁴ ARAKEN DE ASSIS defende a existência de decisão interlocutória na liquidação por arbitramento, mas de sentença na liquidação por artigos em razão de seu conteúdo (Cf. *Manual da execução*, pp. 323 e 325); já Marcelo Abelha Rodrigues entende ser regra a decisão interlocutória, havendo, no entanto, possibilidade de sentença caso “o devedor antecipe defesa que faria apenas no momento da execução (art. 475-L) e o juiz acolha alguma matéria que tenha o condão de extinguir o processo sincrético, tal como a alegação de pagamento” (Cf. *Manual de execução civil*, p. 456).

⁵⁵ “Se o *quantum debeatur* é algo indissociável do mérito da causa, não importa se sua apreciação se dá formalmente em sentença ou decisão interlocutória; o julgado a seu respeito será sempre decisão de mérito” (THEODORO JR., Humberto, *As novas reformas do código de processo civil*, pp. 199/200).

casos, é justamente nesse ponto em que reside a maior divergência entre as partes e de onde surgirão as maiores dificuldades para a instrução e a resolução da lide?

É comum a lição doutrinária no sentido de que o processo de conhecimento visa a eliminar incertezas, por meio da aplicação do direito ao caso concreto, permitindo a resolução do conflito imediatamente (por uma sentença declaratória, por exemplo), ou o início dos atos materiais, a fim de dar o bem da vida desejado àquele que tem razão (fase de cumprimento de uma sentença condenatória).⁵⁶ A sentença genérica atinge tais objetivos?⁵⁷ Diante de tal questionamento e de todo o quadro acima delineado, será que é correto continuar a insistir na concepção de que a decisão que fixa o *an debeatur* é uma sentença final, pura e simplesmente? É o que se passa a discutir.

Heitor Vitor Mendonça Sica⁵⁸ defende a natureza declaratória da sentença genérica, e condenatória da sentença que julga procedente a liquidação por artigos, divergindo da quase unânime posição da doutrina nacional, a respeito do caráter condenatório da sentença genérica.⁵⁹

⁵⁶ Luiz Rodrigues Wambier define de forma precisa os escopos buscados pelo autor e pelo Judiciário no processo de conhecimento: “No processo de conhecimento, o autor vai a juízo expor sua pretensão e pedir a tutela estatal, com o fim de obter sentença de mérito, isto é, um pronunciamento definitivo que atenda seu pedido, aplicando a solução que tenha sido engendrada pelo ordenamento (ou pelo sistema) jurídico para aquela determinada parcela do conflito de interesses que foi veiculada pela demanda... Na sentença de mérito, o juiz, como qualificado servidor do Estado e seu exclusivo porta-voz na tarefa de dizer o direito (*jurisdictio*), após a análise dos fatos trazidos pelas partes e de todo o conjunto probatório produzido nos autos, e exatamente nos limites do que foi por elas trazido, aplica o direito ao caso concreto, dando uma resposta do poder jurisdicional do Estado, soberana e imperativa, no sentido de resolver a questão retratada na pretensão do autor, eliminando a parcela do conflito trazida ao Poder Judiciário pelo autor e promovendo, nesse microuniverso, a pacificação social” (Cf. *Liquidação da sentença civil: individual e coletiva*, pp. 29-35).

⁵⁷ Como bem observado por Paulo Lucon, a sentença genérica é incompleta (Cf. *Novas tendências na estrutura fundamental do processo civil*, p. 36).

⁵⁸ Cf. *A nova liquidação de sentença e suas velhas questões*, passim.

⁵⁹ As lições de José Frederico Marques parecem seguir a mesma linha de pensamento: “Tratando-se de procedimento destinado a completar a sentença condenatória, a liquidação não mais se cinge a incidente post-decisório (a abolida liquidação por cálculo do contador) do processo de conhecimento, configurando-se como processo condenatório complementar (processo de conhecimento, portanto), para que se forme o título executivo judicial (liquidação por arbitramento ou por artigos)... A sentença proferida no processo de liquidação é sentença condenatória e se destina a completar a anterior condenação, para fazê-la título executivo líquido e certo. Como sentença constitutiva, não pode ser ela caracterizada, uma vez que não produz estado jurídico novo ou que antes inexistia: o valor é declarado para que, especificado o que está na sentença anterior está indeterminado, genérico, encoberto, seja o réu condenado a pagar a importância individualizada. Na liquidação por artigos, há processo condenatório, e não declaratório, malgrado o entendimento em contrário de nossos processualistas. A sentença que fixa o *quantum debeatur* é condenatório porque torna concreta a *sanctio iuris* abstrata da lei e impõe ao devedor a obrigação de

A principal preocupação de SICA parece ser justificar a possibilidade de liquidações com resultado igual a zero no ordenamento pátrio, isto é, liquidação com ‘dano zero’, sem resultado positivo, sem fixação de *quantum debeatur*.⁶⁰ Se adotado o entendimento de que a sentença genérica não condenou o réu a reparar determinado dano, *mas* apenas fixou determinadas premissas para que a existência desse dano pudesse ser apurada em liquidação de sentença, com eventual condenação do réu em caso positivo, o resultado igual a zero deixaria de ser uma patologia.⁶¹ Também apresentam posição dissonante da maioria Marcelo Abelha Rodrigues⁶² e Marcelo José Magalhães Bonício.⁶³

Percebe-se que parcela da doutrina passa a desconstruir a ideia de sentença genérica como fenômeno que reconhece a existência de um dano e condena o réu ao pagamento de quantia, resolvendo dessa forma o processo de conhecimento. A sentença genérica de procedência, de acordo com os autores citados no último parágrafo, apenas

satisfazê-la. *La sentenza sul quantum costituirà Il titolo esecutivo* – diz SATTA. Logo, é tal sentença pronunciamento condenatório, que se acresce à condenação genérica para formar-se título executivo líquido e certo. O juiz, na condenação genérica, determina que o réu pague o que for apurado na liquidação. E, na sentença de liquidação, condena o réu a pagar o quantum apurado. As duas condenações se conjugam formando sentença condenatória objetivamente complexa” (Cf. *Instituições de direito processual civil*, v. V, pp. 70-74).

⁶⁰ Nas palavras de DINAMARCO: “Questão elegantíssima freqüentemente posta pela doutrina, embora na prática não se levante com freqüência, é a da liquidação onde se conclua que nada existe a ser pago... Em situações assim, o mais razoável e realista é autorizar o juiz a concluir pelo valor zero... A solução dessa elegante questão seria mais fácil e segura se contasse com aceitação geral a tese de que a sentença genérica não contém mais que a declaração da potencialidade danosa do fato, não a declaração da concreta existência de um dano” (Cf. *Instituições de direito processual civil*, v. IV, pp. 729-730).

⁶¹ “Essa situação teratológica (patológica) decorrer de que, provavelmente, na fase cognitiva inicial não foram investigadas a contento as circunstâncias de fato que supostamente alicerçavam o direito afirmado pelo credor. O suporte fático do *an debeatur* não estava completo. A sentença, portanto, que firma juízo condenatório em situações como esta mostra-se incerta, insuscetível de firmar um preceito, porque o direito por ela certificado não foi suficientemente investigado, o que a torna um ato jurídico nulo. Trata-se de uma anomalia juridicamente inadmissível em nosso sistema” (DIDIER JÚNIOR, Fredie, *et. al.*, *Curso de direito processual civil*, v. V, p. 139).

⁶² “Caso exista um incidente de liquidação improcedente – ‘porque não haveria valor apreciável’ – tendo por base uma sentença liquidanda na qual se diz ter reconhecido a existência do dano, pensamentos que aí existe uma mácula tautológica perpetrada na ‘primeira fase da demanda – que a despeito de ter dito o contrário’, não reconheceu a existência do dano, mas apenas a antijuridicidade da conduta. Se fosse verdade, realmente, de reconhecimento da existência do dano, seria ilógico um incidente liquidatório de apuração do valor que fosse julgado improcedente” (Cf. *Manual de execução civil*, pp. 449-450).

⁶³ Mencionado autor também parece acenar nesse sentido, ao afirmar que é possível a obtenção, em um primeiro momento (sentença genérica), apenas do reconhecimento da responsabilidade civil do réu, deixando-se para a liquidação a prova de fatos novos que permitam a estipulação de um valor condizente (Cf. *Execução civil: novos perfis*, p. 69)

reconheceria a ilicitude da conduta do réu, fixaria a probabilidade de um dano, deixando para a fase de liquidação a verdadeira solução da lide, posição que também é a de parte da doutrina italiana a respeito do fenômeno em seu processo civil.⁶⁴

Então por que não se pode dizer que tal ‘sentença genérica’ é, em verdade, uma **decisão interlocutória de mérito** ou uma **sentença parcial de mérito**, que resolve apenas alguns dos pontos fixados na petição inicial, deixando que o procedimento prossiga para a fase seguinte, a fim de que seja determinado o mais importante, isto é, o valor da condenação do réu em favor do autor, isso se algum valor vier a ser encontrado?

Acredita-se que a decisão anterior à liquidação pode sim reconhecer a existência de um dano e fixar determinada condenação em favor do réu, cabendo à fase de liquidação apenas a apuração do valor do dano (como sói acontecer na liquidação por arbitramento), mas também pode ter a sentença genérica apenas natureza de mera declaração da antijuridicidade da conduta, deixando-se para a fase posterior a realização de prova acerca da existência ou não de dano, com eventual condenação em quantia. Nas duas situações, não se vê a existência de sentença como concebida na redação originária do art. 162 do CPC (ato do juiz que põe fim ao processo), pois não há, sequer, encerramento da fase de conhecimento, tampouco da matéria de mérito a ser analisada em decorrência dos pedidos veiculados na petição inicial, sendo a sentença genérica verdadeira *sentença intermediária*.

SICA dá um exemplo esclarecedor.⁶⁵ Em uma reintegração de posse cumulada com pedido de ressarcimento pelos danos interiores do imóvel, pode haver uma primeira decisão apenas com ordem de desocupação, pelo reconhecimento da ilicitude da conduta do réu, e no momento da liquidação, a apuração a respeito da existência ou não de danos no interior do imóvel (ao qual não tinha acesso o autor quando da propositura da demanda, justamente por ter sido esbulhado), com condenação do réu caso tenha danificado o bem do autor de alguma forma.

⁶⁴ “La condanna generica al risarcimento del danno integra un accertamento di mera potenzialità del fatto a produrre un danno, non l’accertamento del danno effettivo, la cui prova è riservata alla fase successiva di liquidazione” (Cf. CAVALLINI, Cesare, *L’oggetto della sentenza di condanna generica*, p. 523)

⁶⁵ Cf. *A nova liquidação de sentença e suas velhas questões*, pp. 221-222.

Concede-se exemplo semelhante, ocorrido na 9ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, no ano de 2006. Após o término de um contrato de locação de uma aeronave, a autora exigia a devolução do bem que se encontrava no hangar da requerida. Quando da propositura da inicial, a empresa autora, dona do bem, não tinha conhecimento do estado da aeronave, mas requeria o pagamento de indenização pelos danos que a requerida pudesse ter causado no bem. Não houve qualquer óbice à prolação de primeira decisão, em que a juíza de direito reconheceu a ilicitude da conduta da requerida, determinando a disponibilização da aeronave em favor da requerente, e deixou para a fase de liquidação a apuração do estado do bem e a verificação de eventual necessidade em se condenar a ré pelos danos que poderiam existir na aeronave.

Como sustentar, em tais casos, que a primeira decisão é sentença total e definitiva, se o mérito da demanda ficou muito longe de ser analisado de forma completa? Se não houve com a sentença genérica definição do processo de conhecimento, em vez de se insistir com a fórmula tradicional, deve-se reconhecer a existência de uma sentença parcial (ou de uma decisão interlocutória de mérito, a depender da corrente adotada), que auxilia na definição da demanda, mas que posterga para momento posterior o exaurimento da cognição e o encerramento da fase de conhecimento, o que se dará posteriormente por meio da decisão que encerra a fase de liquidação.

Embora respeitável doutrina⁶⁶ afirme a existência de uma ação ou lide de conhecimento e outra de liquidação, cada qual a ser encerrada por sentença própria, entende-se que exista uma única fase de conhecimento decorrente de todos os pedidos formulados pelo autor em sua inicial. Em um primeiro momento, tem-se *resolução parcial do mérito* em que se reconhece a ilicitude da conduta do réu. Em uma segunda etapa, ter-se-á a apuração de danos e/ou a fixação de uma quantia a ser paga ou não pelo réu, momento no qual todos os pedidos do autor terão sido apreciados de forma completa e a fase de conhecimento poderá ser extinta por meio de **sentença** (a natureza da decisão será explicada adiante).

⁶⁶ WAMBIER, Luiz Rodrigues, *Liquidação da sentença: individual e coletiva*, passim e ARRUDA, Antonio Carlos Matteis de, *Liquidação de sentença (a lide de liquidação)*, passim.

Ao tratar do tema em discussão, Luiz Guilherme Marinoni afirma que o artigo 277 do CPC italiano⁶⁷ permite a imediata definição de pedidos que independem de ulterior instrução, visando a atenuar a demora patológica do processo de conhecimento: é a resolução fracionada de mérito. No entanto, no caso do art. 278 do mencionado diploma legal⁶⁸, que trata da *condanna generica*⁶⁹ (a chamada sentença genérica do direito brasileiro), para mencionado autor, o fenômeno não seria o mesmo. De acordo com MARINONI, uma coisa é a cumulação de diferentes pedidos (em que é possível o julgamento parcial da lide) e outra é um só direito cindível (como ocorre na liquidação).⁷⁰

Não se concorda com a posição apresentada no parágrafo anterior. Embora, realmente, em um caso haja o encerramento em relação a um pedido, e no outro não, em ambos há resolução de apenas parcela do objeto da demanda. Do ponto de vista da continuidade do procedimento, qual é a diferença entre julgar o pedido A e prosseguir para a realização de instrução em relação ao pedido B; e definir o *an debeatur*, prosseguindo-se para a realização de perícia a fim de se arbitrar o *quantum debeatur*? Diferenças que não dizem respeito à continuidade do procedimento podem ser vislumbradas. Na primeira hipótese, é defensável a possibilidade de efetivação do que já foi julgado, o que é de difícil

⁶⁷ **Art. 277.** (Pronuncia sul merito) Il collegio nel deliberare sul merito deve decidere tutte le domande proposte e le relative eccezioni, definendo il giudizio. Tuttavia il collegio, anche quando il giudice istruttore gli ha rimesso la causa a norma dell'articolo 187 primo comma, può limitare la decisione ad alcune domande, se riconosce che per esse soltanto non sia necessaria un'ulteriore istruzione, e se la loro sollecita definizione è di interesse apprezzabile per la parte che ne ha fatto istanza.

⁶⁸ **Art. 278.** (Condanna generica. Provvisoria) Quando è già accertata la sussistenza di un diritto, ma è ancora controversa la quantità della prestazione dovuta, il collegio, su istanza di parte, può limitarsi a pronunciare con sentenza la condanna generica alla prestazione, disponendo con ordinanza che il processo prosegua per la liquidazione. In tal caso il collegio, con la stessa sentenza e sempre su istanza di parte, può altresì condannare il debitore al pagamento di una provvisoria, nei limiti della quantità per cui ritiene già raggiunta la prova.

⁶⁹ A “sentença de condanna generica” é bem explicada de forma simples por COMOGLIO, FERRI e TARUFFO: “La condanna generica si limita ad accertare un elemento della situazione giuridica tra le parti, ponendo ad oggetto di accertamento La fonte dell’illecito. La scissione del medesimo giudizio in due fasi deve essere tuttavia richiesta dalla parte così da potersi avere una prima fase in cui la conclusione è appunto la condanna generica alla prestazione e una seconda che ha ad oggetto la cognizione circa l’entità della prestazione dovuta con la liquidazione del danno” (Cf. *Lezioni sul processo civile*, v. I, p. 583).

⁷⁰ Eis o principal excerto a respeito de seu pensamento: Certamente é possível dizer que a hipótese de condenação genérica não tem nada a ver com o caso de julgamento antecipado de um dos pedidos cumulados. O julgamento, nesta última hipótese, é da integralidade do mérito, que poderia, inclusive, ser posto em um outro processo, caso não houvesse a cumulação de pedidos (Cf. *Tutela antecipatória e julgamento antecipado: parte incontroversa da demanda*, p.147).

visualização na segunda, mas em ambas, parte do mérito da demanda já foi definido, prosseguindo-se o processo de conhecimento para o restante.

Além disso, em que pese a respeitável opinião do professor da Universidade Federal do Paraná, grande parte da doutrina italiana parece reconhecer na condenação genérica uma sentença parcial.⁷¹

Entende-se que a comumente chamada **sentença genérica** é, em verdade, decisão que resolve de forma parcial o mérito da demanda (também chamada de sentença parcial ou decisão interlocutória de mérito, a depender da corrente adotada). Ressalta-se que embora o tema tenha sido pouco explorado pela doutrina pátria, José Frederico Marques⁷², há muito tempo, já apontava para o fato de que a primeira decisão meritória em um processo de conhecimento que necessita de liquidação é verdadeiro julgamento parcial.

DINAMARCO⁷³ também embasa esse raciocínio. Mencionado autor sustenta a existência de dois capítulos distintos numa sentença em que se defina o *an debeatur* e o *quantum debeatur*. Lembre-se: a resolução fracionada de mérito representa, justamente, a cisão dos capítulos de uma única e hipotética sentença em decisões diferentes proferidas ao longo do procedimento, logo, a chamada sentença genérica que fixa o *an debeatur* pode ser encarada como uma decisão parcial a ser complementada pela decisão proferida em sede de liquidação, esta sim, sem qualquer dúvida, sentença, pois encerrará a fase cognitiva e permitirá a passagem para a fase de execução.

⁷¹ Para uma pesquisa aprofundada na doutrina italiana a respeito do tema, indicando que grande parte da doutrina aponta para a condenação genérica como decisão parcial, v. CAVALLINI, Cesare, *L'oggetto della sentenza di condanna genérica*, em especial, p. 540, nota n. 26.

⁷² Em seus comentários ao art. 468 do CPC, assim afirmava FREDEICO MARQUES: “Fala o texto em julgamento total ou parcial da lide, o que poderá parecer estranho, uma vez que o juiz não pode omitir-se na sentença, e deixar, assim, de decidir parte do pedido. Todavia, quando o julgamento só se refere à obrigação exigida pelo credor e deixa o *quantum debeatur* para a liquidação (art. 603), houve decisão parcial do litígio. Aliás, nos julgamentos escalonados em que a lide vai sendo resolvida *par étapes*, em cada julgamento há decisão parcial do litígio. É o que se dá, *verbi gratia*, na ação de prestação de contas, em que o juiz decide, primeiro, sobre a obrigação de prestar contas e, depois, julga estas últimas. E o mesmo se verifica nas ações divisórias” (Cf. *Manual de direito processual civil*, v. III, p. 237).

⁷³ Cf. *Capítulos de sentença*, p. 75.

Aliás, parece ser essa a solução adotada pelo sistema legal alemão conforme ensina a doutrina brasileira.⁷⁴ Nele, ter-se-iam duas etapas dentro do mesmo processo, na primeira, profere-se uma decisão interlocutória que fixa o *an debeatur*, preparando o processo para uma segunda etapa, na qual se fixa o *quantum debeatur*, encerrando-se o litígio com prolação de sentença.⁷⁵ Defende-se que o mesmo raciocínio pode ser aplicado ao sistema brasileiro, mesmo sem expressa disposição legal nesse sentido, por conta de um raciocínio bastante simples: a realidade das coisas não necessita de manifesto reconhecimento pelo legislador.⁷⁶

Poderia se objetar a tal entendimento válido argumento, baseado no novel art. 475-H do CPC, que assim dispõe: “Da decisão de liquidação caberá agravo de instrumento”. É possível defender a natureza de sentença da decisão que encerra a fase de liquidação, em se tratando de pronunciamento judicial impugnável via agravo de instrumento? Acredita-se que sim, a natureza de determinado provimento jurisdicional não é, tampouco deve ser, definida em razão do nome que se dá ao recurso que lhe ataca.⁷⁷⁻⁷⁸

⁷⁴ Cf. ARRUDA, Antonio Carlos Matteis de, *Liquidação de sentença (A lide de liquidação)*. No mesmo sentido: “No sistema germânico não há possibilidade de que se profira sentença genérica, de vez que o provimento definitivo só acontecerá depois que já se tiver fixado o quantum da obrigação... Na específica hipótese das ações de reparação de danos, a sentença definitiva somente é proferida pelo juiz depois de se resolver se efetivamente ocorreu um danos, se desse dano resultou prejuízo para a vítima e qual a extensão desse prejuízo, de modo que se prefere decisão tanto sobre o *an debeatur* quanto sobre o *quantum debeatur*. Esta é a regra geral que decorrer do § 300 da ZPO... O que pode ocorrer, com base no permissivo legal constante do § 304, I, da ZPO, é que o procedimento se desdobre em dois momentos consecutivos, um relativo à determinação do fundamento do pedido e outro concernente à fixação do seus aspecto quantitativo” (Cf. WAMBIER, Luiz Rodrigues, *Liquidação da sentença: individual e coletiva*, p. 58).

⁷⁵ Conforme tradução para o espanhol do Código de Processo Civil Alemão (ZPO): § 304. Sentencia incidental sobre La causa. 1) Em El caso de que uma pretensión sea controvertida em La causa y monto, entonces el tribunal puede decidir com antelación sobre la causa

⁷⁶ ARRUDA não concorda com o raciocínio de que a ‘sentença genérica’ poderia ser encarada como uma decisão parcial. O autor defende a existência de duas lides distintas, a primeira, de natureza condenatória, em que é fixado o *an debeatur*, e a segunda, de natureza constituto-integrativa, em que se fixa o *quantum debeatur* (Antonio Carlos Matteis de, *Liquidação de sentença (A lide de liquidação)*, p. 70). Para ele, o mérito seria exaurido na íntegra nas sentenças condenatórias genéricas (p. 73).

⁷⁷ Merece transcrição irretocável lição doutrinária: “pensamos que, quando o juiz julga a liquidação, profere decisão que tem conteúdo de sentença, já que resolve a lide, e não apenas uma questão incidente. Pode-se dizer que, de certo modo, havendo liquidação, o título executivo surge de forma fragmentada, formando-se por duas sentenças. Entendemos, assim, que a decisão que julga a liquidação, mesmo após a reforma ora examinada, encarta-se no art. 269, inc. I, do CPC, razão pela qual deve ser considerada sentença de mérito. Não é porque agora cabe agravo da decisão que põe fim à liquidação que se pode afirmar que esta se teria transmutado em decisão interlocutória. Pensamos, isso sim, que com a nova norma do art. 475-H ficou ainda mais comprometida a regra no sentido de que de sentença o recurso cabível é sempre o de apelação. Esta regra, em nosso entender, já não era absoluta, mesmo antes da alteração da norma que antes constava do art. 611 (e hoje consta do art. 475-H). Já eram (e são) agraváveis as decisões que indeferiam (e indeferem)

Por fim, outros dois argumentos ainda poderiam ser colocados em contrariedade ao que ora se defende. Primeiro, poder-se-ia dizer que o mesmo raciocínio utilizado para não se separar de forma estanque conhecimento e liquidação poderia ser utilizado para não se separar o conhecimento da execução, logo, considerando a idéia de processo sincrético, haveria apenas uma sentença no processo, a que encerra o procedimento pela satisfação do credor.

Pensa-se que tal argumento não interfere nas conclusões apresentadas, em razão de já no início do presente item ter se ressaltado o caráter eminentemente cognitivo da liquidação; logo, defende-se a possibilidade de existência de uma sentença que encerra a fase de conhecimento (incluída aqui a instrução a respeito da definição do *quantum debeatur*) e de outra que encerra a fase de execução, sem prejuízo da existência de uma terceira sentença, caso se entenda pela corrente das sentenças parciais de mérito, em detrimento da decisão interlocutória de mérito, com apoio no novo conceito legal de sentença (art. 162, §1º), cuja análise será aprofundada em momento oportuno.⁷⁹

A segunda contrariedade poderia advir da relação com a análise da sentença genérica no processo coletivo. Embora já se tenha ressalvado que o presente trabalho tenha por escopo analisar as dúvidas existentes apenas no chamado processo individual, faz-se mister tentar elaborar resposta.

A sentença genérica proferida em um processo coletivo poderá ser verdadeiramente sentença final caso enfrente na totalidade o pedido formulado pelo

liminarmente a reconvenção, a declaratória incidental, as que afastam do processo um litisconsorte por ilegitimidade e outras que, substancialmente, em nosso sentir, têm natureza jurídica de sentença, sob o ponto de vista substancial” (Cf. WAMBIER, Luiz Rodrigues, WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, e MEDINA, José Miguel Garcia, *Breves comentários à nova sistemática processual civil*, II: Leis 11.187/2005, 11.232/2005, 11.276/2006, 11.277/2006 e 11.280/2006, p. 132).

⁷⁸ No mesmo sentido: “pelo critério conceitual de sentença contido no art. 162, § 1º, do Código de Processo Civil, o ato portador de uma decisão de mérito (art. 269) é sempre uma sentença. Decidir o mérito é proferir sentença, ainda quando com essa decisão o processo não se extinga mas prossiga em outra fase. Por isso, participa desenganadamente do conceito de sentença o ato que julga a liquidação, ou seja, aquele que se pronuncia sobre o mérito desta... o fato de a lei dizer que contra determinado ato judicial cabe o recurso de agravo não significa que essa decisão seja necessariamente uma interlocutória” (Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, v. IV, p. 727).

⁷⁹ V., infra, item 5.1.

Ministério Público ou associação legitimada e encerre o processo, fazendo com que os cidadãos que se julgarem credores do réu derrotado em ação coletiva tenham de ingressar individualmente em juízo para buscar seu ressarcimento, momento em que se desenvolverá atividade comumente denominada pela doutrina pátria como liquidação imprópria, na qual o indivíduo tentará demonstrar que sua realidade se enquadra na descrita pela sentença genérica (situação comum quando a discussão envolve os chamados direitos individuais homogêneos).

No entanto, se em um único processo de caráter coletivo forem realizadas as atividades de conhecimento e liquidação (propriamente dita), mantém-se o posicionamento de que sentença final será o provimento jurisdicional que analisar o pedido do autor de forma completa, exaurindo o conteúdo meritório veiculado na petição inicial.

Ante o exposto, percebe-se já existir no sistema decisão que resolve parcela do mérito sem extinguir a fase de conhecimento.⁸⁰ O ponto é: a doutrina não tem atribuído à tal decisão, que fixa o *an debeatur*, o nome de sentença parcial ou decisão interlocutória de mérito, preocupando-se em discutir a natureza da decisão que encerra a fase de liquidação sem se preocupar com a natureza daquela que permitiu seu início, a sentença genérica.

(II) Embora o tema dos julgamentos parciais chame mais a atenção no tocante à ‘liquidação de sentença’, cabem alguns comentários a respeito do instituto relacionando-o à execução no processo civil.

Como já se viu, a expressão mérito pode ser utilizada para designar as questões discutidas em determinada fase ou incidente, não se relacionando, apenas, ao conteúdo da fase de conhecimento. Isto significa que parece possível que o magistrado, no curso da execução, profira mais de uma decisão acerca do mérito da fase de executiva, a fim de adiantar o expediente naquilo que for possível.

⁸⁰ O que também foi observado, e. g., por ARMELIN, Donaldo, *Notas sobre sentença parcial e arbitragem*, p. 282; e FLASCH, Daisson, *Comentários aos arts. 475-A a 475-H: liquidação de sentença*.

Como é sabido, a defesa do executado, após a reforma perpetrada pela Lei 11.232/2005, dá-se via impugnação na execução de título judicial (ressalva feita às execuções que envolvam a Fazenda Pública) e continua a ser feita por embargos à execução⁸¹, nas execuções aparelhadas por título extrajudicial.

Imagine-se uma execução fundada em duas notas promissórias. O executado, por meio de uma única peça de embargos à execução, alega prescrição do título com vencimento mais antigo e pagamento do mais recente. Existiria óbice para que o magistrado decidisse o mais rápido possível a respeito da prescrição, que em tese envolveria apenas a interpretação de dispositivos legais, e deixasse para momento posterior a análise a respeito do pagamento, tema que seria decidido apenas após realização de dilação probatória? Não parece haver, do ponto de vista teórico, qualquer problema. A natureza de ação dos embargos até facilita a construção, pois não se está rejeitando de forma parcial uma defesa, mas sim, julgando-se de forma parcial, demandas veiculadas pela petição inicial de embargos à execução.

Outro exemplo: em uma execução de título executivo extrajudicial fundada em alguns cheques que, supostamente, não foram pagos, o magistrado responsável pela causa pode reconhecer de ofício a prescrição em relação aos créditos constantes em alguns dos cheques e determinar a citação do executado para pagamento, apenas, dos títulos de crédito que ainda não tinham sido fulminados pela prescrição.

Nesse exemplo, poder-se-ia dizer que houve decisão de mérito, por conta do reconhecimento da prescrição, ou falta de um das condições da ação, pois o título sem exigibilidade (prescrito) não seria adequado a aparelhar uma execução, faltando ao exeqüente interesse processual. As duas posições são coerentes e poderiam ser adotadas, mas considerando que a doutrina tem enorme dificuldade em separar o mérito das condições da ação e que a inadequação do título (fenômeno processual) dá-se em razão da

⁸¹ Prefere-se a expressão embargos à execução, em vez da usual *embargos do devedor*, consoante ensinamentos da doutrina pátria de que não é possível afirmar, quando da existência de uma execução, que o ocupante do pólo passivo é de fato devedor. Sabe-se, apenas, que é executado.

falta de exigibilidade (direito material), é possível afirmar que a situação acima narrada representaria uma decisão de mérito.

Da mesma forma, na impugnação ao cumprimento de sentença, acredita-se que seria salutar a resolução parcial do mérito, principalmente caso a defesa do executado tenha tido o condão de suspender o cumprimento da sentença, pois dessa forma poderá se dar prosseguimento aos atos expropriatórios em relação à parte do suposto crédito que já tiver sido definida.

Por fim, uma transação parcial a respeito da pretensão executiva, fenômeno tranquilamente reconhecido pela jurisprudência⁸², também importa em decisão parcial de mérito, ainda que assim não dito expressamente pelos Tribunais.

3.2. Procedimentos especiais de prestação de contas; divisão e demarcação de terras particulares; e consignação em pagamento

No presente tópico, não se pretende tratar com detalhes sobre cada um dos procedimentos especiais mencionados no título, o que extrapolaria, em muito, os limites da presente dissertação. O objetivo é, apenas, demonstrar que o sistema processual já admite a prolação de mais de uma sentença em uma mesma fase de conhecimento em alguns dos procedimentos especiais previstos no Código de Processo Civil, desde sua redação original (1973).⁸³

⁸² Cf. STJ, 2ª Turma, REsp 1.218.040, rel. Min. Castro Meira, j. 12.04.2011; STJ, 6ª Turma, AgRg no Ag 1170553, rel. Min. Celso Limongi, j. 30.06.2010; STJ, 5ª Turma, AgRg no REsp 836.634, rel. Min. Laurita Vaz, j. 19.10.2006. Em todos esses julgados, nos quais o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a possibilidade de transação parcial em sede de execução, não aplicou o princípio da fungibilidade recursal, inadmitindo recursos de apelação, por considerar que sendo a decisão que homologa a transação parcial interlocutória (eis que há o prosseguimento da execução), a interposição de recurso que não o agravo constituir-se-ia erro grosseiro. A natureza do julgamento parcial, o recurso cabível contra ele cabível e o princípio da fungibilidade serão melhor explorados nos itens 5.1., 5.2 e 5.3., sendo de se antecipar que não se concorda, em absoluto, com tal posição do chamado Tribunal da Cidadania.

⁸³ Nesse exato sentido: “Julgamento parcial. A sentença pode decidir a lide parcialmente, nos casos em que a cisão seja lógica e autorizada por lei, como por exemplo, na hipótese de ação de prestação de contas, na qual primeiro o juiz decide se há ou não o dever de prestar contas para, depois, proceder-se à efetiva prestação de contas (CPC, art. 915, § 2º). Ou também no caso da cumulação das ações de demarcação e divisão, quando será julgada primeiro aquela, por sentença parcial, prosseguindo-se depois para proceder-se à divisão (CPC

3.2.1. Prestação de contas

Aponte-se, desde logo, que se pretende tratar, apenas, sobre o procedimento previsto no art. 915 do CPC, i. e., aquele iniciado pela parte que julga possuir o direito de receber a prestação de contas (“ação de exigir contas”). Isto porque, para a presente dissertação, não interessa a discussão do procedimento previsto no art. 916 do CPC, ou seja, a “ação de dar contas”.⁸⁴

O procedimento da ação de prestar contas é considerado **bifásico**.

(I) Na primeira fase, discute-se sobre a obrigação de prestar contas e o direito de exigí-las, controvérsia a ser resolvida por **julgamento de mérito**, tanto que o próprio legislador cita o art. 330 do CPC ao disciplinar tal procedimento especial (art. 915, § 2º).⁸⁵ Importante mencionar que essa ‘primeira sentença’ pode não vir a existir, caso o réu, em sua manifestação inicial, já preste as contas.⁸⁶

Não parece haver dúvidas na doutrina a respeito da natureza de tal julgamento. Trata-se de **sentença** a decisão que, ao definir sobre a existência ou não do dever de prestar contas, encerra a primeira fase do procedimento.⁸⁷ E, por ser sentença,

947)” (Cf. NERY JÚNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade, *Código de processo civil comentado e legislação extravagante*, comentários ao mencionado artigo 468 do CPC).

⁸⁴ Os termos em aspas são usados pela doutrina, a exemplo de MARCATO, Antonio Carlos, *Procedimentos especiais*, passim.

⁸⁵ **CPC. Art. 915.** Aquele que pretender exigir a prestação de contas requererá a citação do réu para, no prazo de 5 (cinco) dias, as apresentar ou contestar a ação. **§ 2º.** Se o réu não contestar a ação ou não negar a obrigação de prestar contas, observar-se-á o disposto no art. 330; a sentença, que julgar procedente a ação, condenará o réu a prestar as contas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar.

⁸⁶ Nesse sentido: MARCATO, Antonio Carlos, *Procedimentos especiais*, p. 129; MEDINA, José Miguel Garcia, ARAÚJO, Fábio Caldas de, e GAJARDONI, Fernando da Fonseca, *Procedimentos cautelares e especiais*, p. 255; e WAMBIER, Luiz Rodrigues, e TALAMINI, Eduardo, *Curso avançado de processo civil*, pp. 246-248.

⁸⁷ Cf. MARCATO, Antonio Carlos, *Procedimentos especiais*, p. 131; MEDINA, José Miguel Garcia, ARAÚJO, Fábio Caldas de, e GAJARDONI, Fernando da Fonseca, *Procedimentos cautelares e especiais*, p. 256; e WAMBIER, Luiz Rodrigues, e TALAMINI, Eduardo, *Curso avançado de processo civil*, p. 247.

deve veicular condenação em custas e honorários⁸⁸ e tem como meio de impugnação adequado o recurso de apelação⁸⁹, a ser recebido no duplo efeito⁹⁰.

(II) Caso se conclua pela existência do dever do réu de prestar contas, tem início a segunda fase, na qual o requerido terá o prazo de 48 horas para apresentar as contas, sob pena de não poder impugnar as que o autor levar a Juízo em razão de sua inércia (art. 915, § 2º, do CPC). Competirá ao magistrado julgar as contas apresentadas (art. 915, § 3º, do CPC), declarando eventual saldo credor existente em favor de qualquer das partes, valor que poderá ser executado no mesmo procedimento (art. 918 do CPC). A decisão que resolver tal fase também terá natureza de **sentença**.⁹¹

(III) Nota-se, aqui, uma lógica bastante semelhante à apresentada quando da discussão a respeito da liquidação de sentença. Não há satisfação da pretensão com a simples declaração do dever de prestar contas. Aliás, tampouco com a sua apresentação, caso contrário, o procedimento especial seria desnecessário, sendo suficiente a disciplina da exibição de documentos. Deseja-se, também, a análise das contas apresentadas e a declaração de eventual saldo credor.

O mérito, interpretado como pretensão e delimitado pelo pedido, envolve todas as questões mencionadas no parágrafo anterior. Sendo assim, conclui-se que a decisão da primeira fase da prestação de contas é, em verdade, um julgamento parcial.⁹²

⁸⁸ Sendo essa a orientação jurisprudencial prevalecente, de acordo com WAMBIER, Luiz Rodrigues, e TALAMINI, Eduardo, *Curso avançado de processo civil*, p. 247.

⁸⁹ Cf. MARCATO, Antonio Carlos, *Procedimentos especiais*, p. 131; MEDINA, José Miguel Garcia, ARAÚJO, Fábio Caldas de, e GAJARDONI, Fernando da Fonseca, *Procedimentos cautelares e especiais*, p. 257; e WAMBIER, Luiz Rodrigues, e TALAMINI, Eduardo, *Curso avançado de processo civil*, p. 249.

⁹⁰ Cf. MARCATO, Antonio Carlos, *Procedimentos especiais*, p. 132.

⁹¹ Cf. MARCATO, Antonio Carlos, *Procedimentos especiais*, p. 132; MEDINA, José Miguel Garcia, ARAÚJO, Fábio Caldas de, e GAJARDONI, Fernando da Fonseca, *Procedimentos cautelares e especiais*, p. 258; e WAMBIER, Luiz Rodrigues, e TALAMINI, Eduardo, *Curso avançado de processo civil*, p. 251.

⁹² “Sentença é o ato pelo qual o juiz ‘diz o direito’, pondo fim ao procedimento, ou pelo menos encerrando a controvérsia a respeito de uma das ações cumuladas (v. g., a primeira sentença na ação de prestação de contas), embora o procedimento continue para tratamento da porção da lide não apreciada pela sentença parcial” (SILVA, Ovídio Araújo Baptista da, *Decisões interlocutórias e sentenças liminares*, p. 17).

3.2.2. Divisão e demarcação de terras

De acordo com a doutrina, da mesma forma que na ação de prestação de contas, as ações divisórias exigem duas fases para o deslinde do procedimento, sendo que cada uma delas é encerrada por sentença.⁹³ Na primeira fase, decidir-se-á pela necessidade de demarcação ou divisão. Caso haja procedência, passa-se à conformação dos títulos dominiais, à divisão dos imóveis, o que indica a natureza **bifásica** do procedimento.⁹⁴

Observe-se que embora cumuláveis⁹⁵, demarcação e divisão são ações distintas, pelo que se passa a uma explicação dividida, mas sintética, dos procedimentos.

(I) A demarcação tem por finalidade fazer cessar a confusão de limites entre imóveis confinantes.⁹⁶ Na primeira fase do procedimento, haverá realização de perícia para que se chegue à linha de demarcação entre os imóveis confinantes e à planta da região analisada, acompanhadas de um memorial, no qual se descrevam as operações realizadas no campo. Apresentado o laudo pericial, haverá a primeira sentença, que em caso de procedência, determinará o traçado da linha demarcatória.⁹⁷

Com o trânsito em julgado da primeira sentença, realizar-se-á a demarcação em si, com a colocação de marcos nos terrenos e sua inspeção. A segunda sentença homologa esse trabalho.⁹⁸

⁹³ Cf. MEDINA, José Miguel Garcia, ARAÚJO, Fábio Caldas de, e GAJARDONI, Fernando da Fonseca, *Procedimentos cautelares e especiais*, p. 297.

⁹⁴ Cf. MEDINA, José Miguel Garcia, ARAÚJO, Fábio Caldas de, e GAJARDONI, Fernando da Fonseca, *Procedimentos cautelares e especiais*, p. 300.

⁹⁵ **CPC. Art. 947.** É lícita a cumulação destas ações; caso em que deverá processar-se primeiramente a demarcação total ou parcial da coisa comum, citando-se os confinantes e condôminos.

⁹⁶ **CC. Art. 1297.** O proprietário tem direito a cercar, murar, valar ou tapar de qualquer modo o seu prédio, urbano ou rural, e pode constranger o seu confinante a proceder com ele à demarcação entre os dois prédios, a aviventar rumos apagados e a renovar marcos destruídos ou arruinados, repartindo-se proporcionalmente entre os interessados as respectivas despesas.

⁹⁷ Cf. WAMBIER, Luiz Rodrigues, e TALAMINI, Eduardo, *Curso avançado de processo civil*, pp. 300-303.

⁹⁸ “Ainda que a lei aluda à sentença ‘homologatória’ da demarcação, não se trata de pronunciamento meramente homologatório, despido de conteúdo decisório próprio acerca do mérito. O juiz chancela o resultado do trabalho dos arbitradores e do agrimensor e o encampa como um dos subsídios, talvez o principal, para decidir. Mas é o pronunciamento do juiz que dá a solução para o mérito da causa. E a cognição desenvolvida pelo magistrado para chegar a tal pronunciamento é exauriente” (WAMBIER, Luiz Rodrigues, e TALAMINI, Eduardo, *Curso avançado de processo civil*, p. 303).

Ambas as decisões serão apeláveis, embora o recurso contra a segunda seja recebido apenas no efeito devolutivo (art. 520, I, do CPC).

(II) Na divisão, a finalidade é extinguir a comunhão existente, partilhando a coisa comum e tornando certo o quinhão que pertence a cada comunheiro.⁹⁹ Na primeira fase do procedimento, tem-se a análise acerca da admissibilidade da divisão do imóvel, que será concluída por meio de sentença precipuamente declaratória. A segunda fase tem sentença de natureza prevalentemente executiva, pois autoriza diretamente as providências concretas de divisão do imóvel. Da mesma forma que na demarcação, as decisões são apeláveis, embora o recurso contra a segunda seja recebido apenas no efeito devolutivo (art. 520, I, do CPC).¹⁰⁰

(III) MARCATO observa que “nos procedimentos divisório e demarcatório, poderão ser prolatadas duas sentenças, de naturezas distintas: uma declaratória (sentença intermediária) e outra constitutiva (sentença final)”.

Como apresentado no subitem anterior, a lógica é semelhante à da sentença que necessita de ulterior liquidação. Não se está a julgar 1 (um) de 2 (dois) pedidos, mas sim, decidindo-se parcela do mérito, que embora anterior ao pedido final, é imprescindível para que nele se possa chegar. Em um pedido genérico, antes que se conclua pela obrigação de A em pagar mil reais à B, faz-se mister que se reconheça previamente a responsabilidade de A.

Nos procedimentos aqui delineados, a situação é idêntica. Antes de se dividir, faz-se mister que se declare o direito, *in casu*, a necessidade de divisão. A primeira sentença no procedimento bifásico não resolve um dos pedidos, mas fixa as bases para que todos possam ser resolvidos ao final, pelo que se denota a felicidade de MARCATO ao

⁹⁹ CC. Art. 1.320. A todo tempo será lícito ao condômino exigir a divisão da coisa comum, respondendo o quinhão de cada um pela sua parte nas despesas da divisão.

¹⁰⁰ WAMBIER, Luiz Rodrigues, e TALAMINI, Eduardo, *Curso avançado de processo civil*, pp. 303-306. MARCATO, no entanto, defende a natureza desconstitutiva da segunda sentença, por colocar fim à indivisão, i. e., extingue o condomínio até então existente (Cf. *Procedimentos especiais*, p. 179).

utilizar a expressão **sentença intermediária**, termo que também poderia ser usado, perfeitamente, para as fases de conhecimento em que se faz necessária a liquidação.

3.2.3. Consignação em pagamento

Em sede de consignação em pagamento, o procedimento pode se desenvolver de várias formas, a depender da postura dos litigantes.

Caso não haja dúvida a respeito de quem é o credor – situação mais comum na praxe judicial – o procedimento irá se desenvolver entre autor e réu até o seu final, quando se chegará à conclusão acerca da existência ou não de válida recusa por parte do credor e da correção ou não do valor depositado pelo devedor. Tal procedimento não interessa ao presente trabalho.

Situação diversa ocorrerá no caso de haver dúvida a respeito do verdadeiro credor de determinada quantia, i. e., quando o devedor não souber quem possui legitimidade para receber a prestação¹⁰¹.

Inicialmente, o autor requererá o depósito e a citação dos que o disputam para provarem seu direito (art. 895 do CPC), havendo três consequências possíveis: **(i)** ninguém comparece, o que levará a conversão do depósito em arrecadação de bens de ausentes, com julgamento antecipado da lide e prolação de sentença extintiva da obrigação; **(ii)** apenas um dos supostos credores aparece, fazendo com que o procedimento continue apenas entre autor e um dos réus, hipótese geral da consignação em pagamento; **(iii)** mais de um réu comparece, afirmando ser titular do crédito discutido.

Pois bem. De acordo com a doutrina¹⁰², nessa última situação (iii), a consignação em pagamento apresentará natureza bifásica, nos termos da parte final do art. 898 do CPC¹⁰³.

¹⁰¹ **CC. Art. 335.** A consignação tem lugar: IV - se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento;

¹⁰² Cf. COSTA MACHADO, Antonio Cláudio da, *Código de processo civil interpretado*, p. 1353; LEONEL, Ricardo de Barros, *Tutela jurisdicional diferenciada*, p. 93; MARCATO, Antonio Carlos, *Procedimentos*

Primeiramente, o devedor (autor do procedimento especial) será liberado de sua obrigação, por meio de sentença (intermediária ou parcial). A partir daí, o procedimento continuará apenas entre os réus presentes na demanda (que serão autor e réu reciprocamente), a fim de que se possa concluir quem é o verdadeiro credor do montante depositado pelo autor, o que também será dito por sentença.

Sendo assim, demonstra-se, mais uma vez, a existência de procedimento em que se dá a prolação de mais de uma sentença de mérito em uma mesma fase de conhecimento. A primeira sentença não resolverá todo o litígio, mas declarará extinta a obrigação do devedor, tendo evidente conteúdo meritório, tanto que o autor original é excluído do procedimento.

3.3. Tutela de evidência

Quando Luiz Fux publicou, em 1996, sua obra *Tutela de Segurança e Tutela de Evidência*, maior referência da doutrina nacional a respeito do tema ora em análise, o art. 273 do CPC não tinha a configuração atual. O *caput* e seus incisos já existiam, mas muitos dos parágrafos, a exemplo do 6º, ainda não se encontravam positivados no sistema legal, o que só veio a ocorrer, em relação a este parágrafo, no ano de 2002, com a promulgação da Lei 10.444.

Em verdade, a maior parte da obra mencionada foi elaborada antes mesmo da introdução da tutela antecipada ‘genérica’ no sistema legal, pois o art. 273 na redação atual foi inserido no CPC apenas em 13 de dezembro de 1994, e o objetivo de Luiz Fux, com seu texto, era participar de concurso de professor titular da Universidade

especiais, p. 81, e *Código de processo civil interpretado*, p. 2367; REDONDO, Bruno Garcia, *Sentença parcial de mérito e apelação em autos suplementares*, p. 145; e WAMBIER, Luiz Rodrigues, e TALAMINI, Eduardo, *Curso avançado de processo civil*, pp. 211 e 212.

¹⁰³ **CPC. Art. 898.** Quando a consignação se fundar em dúvida sobre quem deva legitimamente receber, não comparecendo nenhum pretendente, converter-se-á o depósito em arrecadação de bens de ausentes; comparecendo apenas um, o juiz decidirá de plano; comparecendo mais de um, o juiz declarará efetuado o depósito e extinta a obrigação, continuando o processo a correr unicamente entre os credores; caso em que se observará o procedimento ordinário.

Estadual do Rio de Janeiro, certame aberto em fevereiro de 1994. Sua obra foi inclusive finalizada antes da entrada em vigor do, á época, novo texto legal.¹⁰⁴

É importante ter a questão cronológica em mente, pois considerado o maior defensor da tutela de evidência no país, FUX, ao escrever sobre o tema, não tinha como central preocupação ou premissa de análise o art. 273 do CPC, diferentemente da doutrina pátria nos dias de hoje. Tanto que mencionado autor, em mais de um momento, aproxima sua tutela de evidência, e as explicações do que seria direito evidente, ao direito líquido e certo visto na execução e no mandado de segurança.¹⁰⁵

Sendo assim, como ponto de partida, deve se entender que a tutela de evidência não é apenas um tema relacionado ao art. 273 do CPC, mas sim, a qualquer situação que permita uma cognição exauriente imediata, sem a necessidade de se empreender um moroso processo, eis que não se fazem necessárias as inúmeras “etapas de dissipação de incerteza quanto ao direito alegado”¹⁰⁶, que marcam, e. g., o procedimento comum, em seu rito ordinário.

Apenas ao final de seu texto, FUX trata sobre a tutela antecipada, explicando, com base no *caput* e nos dois incisos do art. 273 do CPC, que tal tutela exige, sempre: (i) prova inequívoca; (ii) convencimento do magistrado acerca da verossimilhança

¹⁰⁴ O que se extrai de explicação constante da nota preliminar à apresentação, assinada em 14 de dezembro de 1994 (Cf. FUX, Luiz, *Tutela de segurança e tutela de evidência*, pp. VII e VIII).

¹⁰⁵ “Direito evidente. A expressão vincula-se àquelas pretensões deduzidas em Juízo nas quais o direito da parte revela-se evidente, tal como o direito líquido e certo que autoriza a concessão do *mandamus* e o direito documentado do exequente”. “Distingue-se... do *mandamus*, porque não se trata de ato de autoridade, apenas”. “Poder-se-ia aplicar à evidência a doutrina da ‘liquidez e certeza’ que informa o mandado de segurança e a execução”. “No Brasil, a tutela de evidência guarda conexão com o direito líquido e certo, por isso que o mandado de segurança é o protótipo do procedimento estabelecido em consonância com o direito material objeto do Juízo” (Cf. FUX, Luiz, *Tutela de segurança e tutela de evidência*, pp. 305, 308, 312 e 326, respectivamente).

¹⁰⁶ Cf. FUX, Luiz, *Tutela de segurança e tutela de evidência*, p. 316. Em outro momento: “A tutela de evidência, através da sumarização formal, está encartada na garantia constitucional do acesso à justiça mediante tutela adequada e processo devido, mercê do deve de o juiz prestar uma rápida solução dos litígios, velando pela manutenção do interesse de prosseguir o processo na busca da verdade, dispensando esse prolongamento desnecessário à luz da efetividade, toda vez que verifique que o direito evidente reclama provimento imediato” (Cf. FUX, Luiz, *Tutela de segurança e tutela de evidência*, p. 333).

da alegação e (iii) fundado receio de dano OU ‘**direito evidente**’, caracterizado no inciso II do art. 273 como abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório.¹⁰⁷

Dessa forma, nota-se que quando da promulgação da Lei n. 8.952/1994, que inseriu a tutela antecipada ‘genérica’ no Código de Processo Civil, FUX enxergou sua tutela de evidência quando configurada uma defesa abusiva.¹⁰⁸

No ano de 2000, Luiz Fux publicou um novo texto, intitulado *A tutela dos direitos evidentes*, artigo no qual retomou alguns dos pontos já presentes em seu *Tutela de segurança e tutela de evidência*, sem que ainda tivesse havido alteração do quadro normativo então existente, eis que a Lei 10.444, que inseriu o § 6º no art. 273 do CPC, só veio à lume em 2002.

Não se pode negar, no entanto, que FUX já considerava o **fato incontroverso** como um direito evidente, mesmo antes da reforma legal que tutelou os ‘pedidos incontroversos’.¹⁰⁹ Sendo assim, com a mudança legislativa ocorrida em 2002, a tutela de evidência recebia reconhecimento pelo Poder Legislativo não apenas quando do abuso de direito de defesa e do manifesto propósito protelatório do réu, mas também, quando da ausência de controvérsia entre as partes.¹¹⁰⁻¹¹¹

¹⁰⁷ Cf. FUX, Luiz, *Tutela de segurança e tutela de evidência*, p. 346. Na página seguinte, na nota de rodapé n. 400, explica o autor que “o paradigma parece ter sido o moderno direito francês, no art. 808 do *Nouveau Code de Procédure Civile*, que autoriza a concessão das *ordonnance des référés* quando a oposição do denunciado não é *serieuse*”. A lembrança ao *référé* francês também é feita por MITIDIERO, Daniel Francisco, *Antecipação da tutela: da tutela cautelar à técnica antecipatória*, p. 133.

¹⁰⁸ Cf. FUX, Luiz, *Tutela de segurança e tutela de evidência*, p. 372. No mesmo sentido: CAMPOS, Diones Santos, *A natureza jurídica da decisão que concede a tutela antecipada de evidência e seu papel na entrega tempestiva da prestação jurisdicional*, p. 15.

¹⁰⁹ “é evidente o direito demonstrável *prima facie* através de prova documental que o consubstancie líquido e certo, como também o é o direito assentado em fatos incontroversos... **Os fatos incontroversos** também militam em prol da evidência do direito, porque sobre eles não houve “intenção” de debatê-los, para nos utilizarmos da expressão específica da ZPO alemã” (CF. FUX, Luiz, *A tutela dos direitos evidentes*, pp. 8-9).

¹¹⁰ “Incontroverso é o direito que se torna evidente no curso do processo, exigindo, em razão disso, imediata tutela” (Cf. AMORIM, José Roberto Neves, *Coisa julgada parcial*, p. 149). No mesmo sentido, não deixando dúvida para a constatação de que o art. 273, § 6º, representa uma tutela de evidência, v., dentre outros: CAMPOS, Diones Santos, *A natureza jurídica da decisão que concede a tutela antecipada de evidência e seu papel na entrega tempestiva da prestação jurisdicional*, p. 12; CATHARINA, Alexandre, *A tutela de evidência no direito processual civil brasileiro*, passim, CAVALCANI, Lucas Maciel Andersen, *Tutela antecipada com base na evidência*, p. 14; SAMPAIO JÚNIOR, José Herval, *Tutelas de urgência no anteprojeto do novo CPC*, pp. 259-260; e ZAVASCKI, Teori Albino, *Antecipação da tutela*, p. 108.

Destarte, tem-se que esse é o atual quadro sobre o tema. A tutela de evidência, no atual e ainda vigente ordenamento positivo, tem sido estudada por sua relação com o art. 273 do CPC, em seu inciso II e seu parágrafo sexto, que passam a ser discutidos.

3.3.1. Abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, II, do CPC)

Entende-se que a tutela antecipada concedida com base em tal dispositivo não diz respeito ao presente trabalho, simplesmente, por não representar um julgamento parcial de mérito, mas apenas uma antecipação provisória do provimento desejado.¹¹²

Não há dúvidas de que não se trata de tutela de urgência, mas sim de tutela de evidência, como anteriormente afirmado. Mas de tal constatação não decorre como conclusão automática tratar-se de julgamento parcial, fundado em cognição exauriente, que encerra o litígio em relação ao decidido.

Isto porque ainda poderá existir instrução probatória acerca do ponto cuja defesa considerou-se insubsistente, a demonstrar razão ao réu. O mundo dos fatos é extremamente vasto, e uma defesa que inicialmente aparentou-se como abusiva, protelatória, pode perfeitamente revelar-se verdadeira quando da fase de provas.¹¹³

A cognição realizada quando da concessão da tutela antecipada com fundamento no art. 273, inc. II (o que deverá ocorrer após a apresentação da contestação),

¹¹¹ RODRIGUES, tratando de forma um pouco mais detalhada a questão em relação à maioria da doutrina, acaba por inserir também o direito evidente dentro do § 6º do art. 273, mas alerta que inserir a evidência dentro da incontrovérsia é um alargamento no conceito da lei (Cf. RODRIGUES, *Ruy Fernando Zoch, Antecipação de tutela sem o requisito da urgência em ações repetitivas*, pp. 146, 147 e 160).

¹¹² Nesse sentido: NOTARIANO JÚNIOR, Antonio, e BRUSCHI, Gilberto Gomes, *O julgamento antecipado da lide e a antecipação da tutela em caso de pedidos incontroversos*, p. 126.

¹¹³ Observação semelhante foi feita por MITIDIERO, Daniel Francisco, *Antecipação da tutela: da tutela cautelar à técnica antecipatória*, p. 135.

não pode ser considerada exauriente. Sob pena do chamado ‘cerceamento de defesa’, há de ser dada chance ao réu para buscar demonstrar a veracidade de suas alegações, e sendo assim, não há como se considerar estar-se diante de julgamento parcial.

Em todo o levantamento bibliográfico realizado, notou-se que a doutrina pátria, ao discutir a temática das sentenças parciais, menciona o art. 273 apenas em seu § 6º, deixando de mencionar seu inciso II. Logo, continua-se para o mais importante, no tocante aos limites desta dissertação.

3.3.2. Julgamento dos pontos incontroversos (art. 273, § 6º, do CPC)

Situação completamente diversa é a do § 6º do art. 273 do CPC. Mencionado dispositivo legal fixa que “a tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso”.

É grande a discussão doutrinária acerca do conceito de **incontrovérsia**. Buscando apresentar o tema de forma sintética, entende-se que as diversas manifestações poderiam se condensadas em duas principais correntes doutrinárias.

Para a primeira, a incontrovérsia estaria ligada, sempre, à postura da parte contrária àquela que afirma determinado direito. Sendo assim, os casos mais evidentes de incontrovérsia seriam a ausência de contestação (parcial, pois a total representa revelia), o reconhecimento jurídico do pedido, a confissão, a renúncia e a transação¹¹⁴. Em síntese, não se prescinde de uma postura de conformação do réu perante o

¹¹⁴ Nesse sentido, v. ARAÚJO, José Henrique Mouta, *Decisão interlocutória de mérito no projeto do novo CPC: reflexões necessárias*, p. 221; CARNEIRO DA CUNHA, Leonardo José, *O § 6º do art. 273 do CPC: tutela antecipada parcial ou julgamento antecipado parcial da lide?*, p. 113; COSTA MACHADO, Antonio Cláudio da, *Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo: leis processuais civis extravagantes anotadas*, pp. 574-575; DINAMARCO, Cândido Rangel, *A reforma da reforma*, pp. 95 e 98; MITIDIERO, Daniel Francisco, *Direito fundamental ao julgamento definitivo da parcela incontroversa: uma proposta de compreensão do art. 273, § 6º, do CPC, na perspectiva do direito fundamental a um processo sem dilações indevidas (art. 5º, LXXVIII, da CF/1988)*, p. 106; e SOUZA, Wilson Alves de, *Tutela antecipada em caso de incontrovérsia parcial da demanda – breves comentários à proposta do Poder Executivo de alteração do § 1º do art. 273 do Código de Processo Civil*, p. 54.

pedido do autor¹¹⁵ para que se possa falar em pedido incontroverso, nos termos do art. 273, § 6º, do CPC.

Por outro lado, existem autores que ‘vão um pouco mais longe’, e acreditam que a incontrovérsia não se refere, apenas, à ausência de discordância pelo réu do quanto colocado pelo autor, mas também, à existência de direito provado nos autos que inadmita contestação¹¹⁶. Em outras palavras, mesmo que determinado ponto tenha sido controvertido expressamente pelo réu em sua defesa, é tido como indiscutível pelo magistrado responsável pela causa, ante as provas existentes. Tal interpretação, evidentemente, permitiria considerável alargamento na utilização do § 6º do artigo 273 do CPC.

Para fins do presente trabalho, com o intuito de evitar um aumento na insegurança que tanto paira sobre o ordenamento, adota-se a primeira corrente. Acredita-se que incontroverso deve ser tomado, apenas, como aquilo que não foi controvertido¹¹⁷, a fim de evitar surpresa ao réu, que mesmo oferecendo defesa, já teria contra si, caso adotada a segunda corrente, um posicionamento judicial no sentido de que sua resposta de nada adiantou (pelo menos em relação a determinado ponto).

¹¹⁵ Para Cássio Scarpinella Bueno, “não é propriamente o pedido que deve ficar incontroverso para incidência das consequências do § 6º do art. 273, mas os fatos a ele subjacentes, a chamada causa de pedir” (Cf. *Tutela antecipada*, p. 56).

¹¹⁶ “é totalmente consentâneo com o sistema processual civil brasileiro que um dos pedidos, ou parcela de um único, igualmente possa se tornar incontroverso não somente porque não houve contestação, confissão parcial, reconhecimento jurídico parcial do pedido, renúncia parcial ou transação parcial, mas porque já se encontra devidamente comprovado nos autos” (Cf. SANT’ANNA, Paulo Afonso de Souza, *Sentença parcial*, p. 156, grifos nossos). “A incontrovertibilidade do direito pode ser aferida *a priori* pela possibilidade de sua contestação séria. Recorde-se que o legislador brasileiro, ao categorizar o direito para fins de mandado de segurança, já o qualificou como “certo e incontestável”: isto é, uma incontestabilidade verificável antes mesmo do oferecimento de resposta” (Cf. FUX, Luiz, *A tutela dos direitos evidentes*, p. 10, nota de rodapé n. 19). Da mesma forma: NERY JÚNIOR, Nelson, e NERY, Rosa Maria de Andrade, *Código de processo civil comentado e legislação extravagante*, p. 530, e SILVA, Hailton Gonçalves da, *O julgamento antecipado parcial do mérito*, p. 211.

¹¹⁷ Não se desconhece que o léxico aponta em sentido contrário, a exemplo de Caldas Aulete, em seu dicionário: “(in.con.tro.ver.so) a. 1. Que não admite controvérsia; que não pode ser objeto de discussão ou dúvida; INCONCUSSO; INCONTROVERTIDO; INDISCUTÍVEL; INDUBITÁVEL; IRREFRAGÁVEL: Era um fato incontroverso. [antôn.: Antôn.: contestável, controverso.] [F.: in - + *controverso*. Ideia de: *contra* - e *ver(t/s)*-.]”.

Por fim, observe-se que o reconhecimento da incontrovérsia não depende apenas da postura do réu, mas também da inexistência de causas obstativas, como fatos que impeçam confissão ou ausência de instrumento público que a lei considere indispensável para o ato. Da mesma forma, o pedido do autor não pode ser descabido.¹¹⁸ A lembrança a ser feita é a mesma relativa à revelia: ausência de contestação não importa em procedência automática.

Pois bem. Respeitável corrente doutrinária vislumbra no art. 273, § 6º, do CPC, hipótese de verdadeiro julgamento parcial da lide¹¹⁹, em face da existência de pretensão parcialmente incontroversa que tem seu conteúdo julgado, independentemente da posição em que o instituto foi inserido no Código de Processo Civil, já que o critério topológico não deve ser usado para definir a natureza jurídica de um fenômeno.

A partir de tal premissa, em se tratando de julgamento pautado na ausência de contestação em relação à parcela da demanda (que por conta disso é fundado em cognição exauriente, pois não serão produzidas provas a respeito), é possível afirmar pela existência de aptidão para formação da coisa julgada, embora haja divergência a respeito da natureza de tal pronunciamento judicial: para alguns, decisão interlocutória de mérito¹²⁰, para outros, sentença parcial de mérito.¹²¹

¹¹⁸ Nesse sentido: LUCON, Paulo Henrique dos Santos, *Estabilização da tutela antecipada e julgamento parcial do mérito*, p. 16; RIBEIRO, Darci Guimarães, *A garantia constitucional do contraditório e as presunções contidas no § 6º do art. 273 do CPC*, p. 353; e ZAVASCKI, Teori Albino, *Antecipação da tutela*, p. 110.

¹¹⁹ Nesse sentido, dentre outros: MILMAN, Fabio, *O novo conceito legal de sentença e suas repercussões recursais: primeiras experiências com a apelação por instrumento*, pp. 5/6; TESHEINER, José Maria Rosa (coord.), *A nova sistemática processual civil*, p. 44.

¹²⁰ Decisão interlocutória de mérito: ARAÚJO, José Henrique Mouta, *Tutela antecipada do pedido incontroverso: estamos preparados para a nova sistemática processual?*, p. 212; AYOUB, Luiz Roberto, *A sentença parcial*, pp. 88-89; BUENO, Cássio Scarpinella, *Tutela antecipada*, p. 59; CARNEIRO DA CUNHA, Leonardo José, *O § 6º do art. 273 do CPC: tutela antecipada parcial ou julgamento antecipado parcial da lide?*, passim; CARREIRA ALVIM, Eduardo, *O perfil da decisão calcada no § 6º do art. 273 do CPC - hipóteses de julgamento antecipado parcial da lide*, p. 57; COSTA, Fábio Nogueira, *A sentença liminar no CPC*, pp. 41-42; DIDIER JÚNIOR, Fredie, *Inovações na antecipação dos efeitos da tutela e a resolução parcial do mérito*, p. 231; DIDIER JÚNIOR, Fredie, BRAGA, Paula Sarno, e OLIVEIRA, Rafael, *Curso de direito processual civil*, v. II, pp. 343, 524, 527; MARINONI, Luiz Guilherme, *Tutela antecipatória e julgamento antecipado: parte incontroversa da demanda*, pp. 136/137; MARTINS, Renato Castro Teixeira, *Apelação por instrumento*, p. 843; MARINONI, Luiz Guilherme, e MITIDIERO, Daniel Francisco, *Código de processo civil comentado artigo por artigo*, p. 277; NERY JÚNIOR, Nelson, e NERY, Rosa Maria de Andrade, *Código de processo civil comentado e legislação extravagante*, p. 531; e THEODORO JÚNIOR, Humberto, *Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*, p. 384.

Corrente diversa sustenta a ocorrência de simples decisão interlocutória, que não resolve parte do conflito, mas apenas dispõe sobre antecipação da tutela revogável¹²², sendo comum, dentro de tal linha de pensamento, forte pensamento que critica a timidez do legislador em não ter ido mais além, dispondo expressamente sobre o julgamento parcial em caso de incontrovérsia.¹²³¹²⁴

Acredita-se que em face de hipótese de pedido parcialmente incontroverso, o juiz deve julgar a lide de forma parcial, mas sequer necessitaria do art.

¹²¹ Sentença parcial de mérito: ARAÚJO, Luciano Vianna, *Sentenças parciais?*, p. 118; CAMPOS, Diones Santos, *A natureza jurídica da decisão que concede a tutela antecipada de evidência e seu papel na entrega tempestiva da prestação jurisdicional*, p. 22; CASSOL, Mariana Helena, *A superação do princípio da unidade da sentença e a nova modalidade de julgamento antecipado da lide*, passim; MITIDIERO, Daniel Francisco, *Direito fundamental ao julgamento definitivo da parcela incontroversa: uma proposta de compreensão do art. 273, § 6º, do CPC, na perspectiva do direito fundamental a um processo sem dilações indevidas (art. 5º, LXXVIII, da CF/1988)*, passim e *Sentenças parciais de mérito e resolução definitiva-fracionada da causa (lendo um ensaio de Fredie Didier Júnior)*, passim; SANT'ANNA, Paulo Afonso de Souza, *Sentença parcial*, p. 17; SILVA FILHO, Ricardo de Oliveira, *A sentença parcial de mérito e o processo civil moderno*, pp. 287-288; e SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de, *Sentenças parciais no processo civil: consequências no âmbito recursal*, p. 111.

¹²² Cf. NOTARIANO JÚNIOR, Antonio, e BRUSCHI, Gilberto Gomes, *O julgamento antecipado da lide e a antecipação da tutela em caso de pedidos incontroversos*, p. 130.

¹²³ Nesse sentido: “Para a imediata tutela da parte incontroversa do pedido, talvez a melhor solução tivesse sido a da cisão do julgamento, permitindo sentença parcial, mas definitiva, de mérito. Ter-se-ia, com essa solução, a possibilidade de outorgar, relativamente ao pedido incontroverso, a imediata, completa e definitiva tutela jurisdicional. Não foi essa, todavia, a opção do legislador, que preferiu o caminho da tutela antecipada provisória. Com isso, limitou-se o âmbito da antecipação aos efeitos executivos da tutela pretendida.” (ZAVASCKI, *Antecipação da tutela em face de pedido incontroverso*, p. 6, e *Antecipação da tutela*, p. 113); “Que pena! O legislador não quis ousar mais, a ponto de autorizar nesses casos um parcial julgamento antecipado do mérito” (DINAMARCO, *A reforma da reforma*, p. 96); “Se a tutela antecipada tivesse o condão de decidir definitivamente parte dos pedidos formulados pelo demandante, tornar-se-ia imutável com o julgamento do recurso de agravo contra ela interposto. A consequência imediata seria a vantajosa redução do *thema decidendum* na sentença; a consequência mediata seria a agilização da atividade nos órgãos jurisdicionais, pois não haveria a necessidade de nova apreciação acerca das questões atinentes à tutela antecipada. Isso significa, em síntese, assimilar a tutela antecipada ao pronunciamento de mérito... tal orientação, embora muito boa como solução em termos de dinâmica processual, depende de lei específica, já que a decisão que concede a tutela antecipada não tem o atributo da definitividade devendo ser confirmada, modificada ou revogada até o julgamento de mérito” (LUCON, *Eficácia das decisões e execução provisória*, p. 250.). Em texto mais recente, no entanto, LUCON parece apontar na direção contrária, reconhecendo o julgamento parcial no art. 273, §6º, do CPC (Cf. *Estabilização da tutela antecipada e julgamento parcial do mérito*, p. 17).

¹²⁴ Destaque-se, por fim, a posição intermediária de Darci Ribeiro Guimarães, que a depender da causa da incontrovérsia, ora defende a natureza de decisão interlocutória (situações de ausência de contestação, contestação evasiva ou genérica, confissão e aplicação da pena de confesso), ora de sentença (nos casos de reconhecimento jurídico do pedido e transação), cf. *A garantia constitucional do contraditório e as presunções contidas no § 6º do art. 273 do CPC*, p. 359.

273, § 6º, podendo fundamentar sua decisão nos arts. 162, § 1º (nova redação) e 468 do CPC, conforme será explorado no início do próximo capítulo.

Respeitadas as ressalvas da doutrina, não existem motivos para que o juiz conceda apenas a tutela antecipada. Ontologicamente, qual é a diferença entre a revelia e incontrovérsia? O fenômeno parece ser, no fundo, o mesmo, ausência de contrariedade diante de determinadas alegações. Se diante da revelia o juiz pode desde logo julgar a demanda em sua totalidade, por que não poderia resolvê-la quanto à parte incontroversa?¹²⁵

O medo de que eventual e futura instrução probatória em relação ao restante da demanda acabe por demonstrar que a parte não tinha razão não parece ser hábil a inviabilizar a decisão parcial de mérito. Como é sabido, as provas devem se destinar aos fatos controvertidos e o juiz, no saneamento do processo, deverá evitar que a instrução se designe a discutir aquilo em relação ao que não houve divergência.¹²⁶ Além disso, o mesmo risco também se faz presente caso venha a existir instrução na fase de execução, e, por óbvio, não são colocados óbices ao trânsito em julgado com o final da fase de conhecimento.

Sendo assim, à tutela antecipada do art. 273, § 6º, do CPC, não devem ser aplicados o § 2º, tampouco o § 4º do mesmo artigo, o que significa inexistir óbice a sua concessão caso haja perigo de irreversibilidade, tampouco risco de revogação a qualquer tempo.¹²⁷

Contudo, faz-se mister uma cautela. Se o magistrado entende pela possibilidade de julgamento parcial em tais situações, deveria apresentar sua convicção de

¹²⁵ Para uma visão mais aprofundada sobre a relação entre incontrovérsia e revelia, v. SOUZA, Wilson Alves de, *Tutela antecipada em caso de incontrovérsia parcial da demanda – breves comentários à proposta do Poder Executivo de alteração do § 1º do art. 273 do Código de Processo Civil*, pp. 54-55.

¹²⁶ Também observou o ponto: LUCON, Paulo Henrique dos Santos, *Estabilização da tutela antecipada e julgamento parcial do mérito*, p. 17.

¹²⁷ Por todos: “A não contestação de algum pedido, tornando-o incontroverso, afasta-o do litígio. O reconhecimento dessa exclusão, sem embargo de seu caráter antecipatório, representa julgamento definitivo de mérito, pelo que não se há de condicioná-lo à preservação da reversibilidade. Nesse passo, nada há de provisoriedade, ficando afastada, por isso mesmo, a regra limitativa do § 2º do art. 273” (Cf. THEODORO JÚNIOR, Humberto, *Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*, p. 383).

maneira expressa. Não deveria, em sua decisão, citar simplesmente o artigo 273, § 6º, do CPC, dando à parte a impressão de que profere uma simples decisão interlocutória de tutela antecipada - que pode ser modificada ou revogada a qualquer tempo, nos termos do art. 273, § 4º, do CPC -, para depois surpreendê-la com o entendimento de que a decisão acerca da antecipação da tutela tratava-se, em verdade, de julgamento do mérito com aptidão para a imutabilidade.¹²⁸

Em outras palavras, acredita-se que o art. 273, § 6º, do CPC, traduz um verdadeiro julgamento parcial de mérito, mas caso seja aplicado dessa forma, deve ser expressamente mencionado pelo magistrado como tal, não só por estar inserido dentro do artigo relativo à tutela antecipada, mas principalmente porque respeitável doutrina considera estar-se diante, apenas, de tutela antecipada revogável a qualquer momento.

Destarte, na presença de pedido incontroverso, a resolução parcial de mérito pode e deve acontecer, mas não por meio de simples decisão interlocutória que analisa o pedido de tutela antecipada, e sim via julgamento parcial (a ser adotado em decisão interlocutória de mérito ou sentença parcial de mérito, a depender da corrente adotada), aproximando-se do art. 330 do CPC.¹²⁹

¹²⁸ Como bem observado pela doutrina: “A tutela antecipada passaria a disciplinar definitivamente parte da situação existente entre as partes e teria como efeito natural a redução do *thema decidendum* na sentença de mérito. No entanto, tal orientação, embora muito boa como solução em termo de dinâmica processual, depende de lei específica, já que a decisão que concede a tutela antecipada não tem o atributo da definitividade, devendo ser confirmada, modificada ou revogada até o julgamento de mérito. A prática revela um inequívoco julgamento parcial de mérito, que deveria estar coberto pela coisa julgada material” (LUCON, Paulo Henrique dos Santos, *Estabilização da tutela antecipada e julgamento parcial do mérito*, p. 18).

¹²⁹ Parecia ser a posição de BEDAQUE, hoje abandonada, em edições mais antigas de sua obra sobre tutelas de urgência: “Na edição anterior deste trabalho critiquei a solução legal, por considerá-la tímida. Afirmar que, como a falta de impugnação específica gera consequências semelhantes às da revelia (CPC, art. 302), deveria haver permissão para que, em relação ao pedido incontroverso, houvesse verdadeiro julgamento antecipado, nos moldes do art. 330. Teríamos hipótese de decisão interlocutória de mérito, perfeitamente compatível com o sistema processual, que define os atos decisórios não pelo conteúdo, mas pelos efeitos gerados no processo (art. 262). Nenhum óbice existe, portanto, ao julgamento antecipado parcial, o que dotaria a decisão de definitividade, apta ao trânsito em julgado. O processo continuaria seu curso, apenas para exame e julgamento da parte controvertida. Reconheci, todavia, que a simples antecipação de efeitos não gera resultado definitivo, pois nada obsta que o juiz, durante a instrução, entenda inexistente o direito, embora incontroversa a afirmação do autor. É claro que a contestação parcial torna altamente possível o acolhimento da pretensão não atacada, mas não está afastada a possibilidade de improcedência do pedido, cujos efeitos foram antecipados por força do § 6º. Melhor refletindo a alternativa legal parece-me adequada, pois produz os efeitos práticos pretendidos, sem retirar do juiz a possibilidade de revogar a antecipação, por haver concluído, à luz dos elementos dos autos, pela inexistência do direito, mesmo em relação aos fatos incontroversos” (Cf. *Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias de urgência (tentativa de*

CAPÍTULO IV – AMPLIAÇÃO DOS JULGAMENTOS PARCIAIS: POSSIBILIDADE

4.1. Considerações iniciais e breves notas sobre o direito estrangeiro

É possível a resolução parcial de mérito no processo judicial? Isto é, utilizando expressão de CARMONA, é possível, no ordenamento pátrio, *fatiar*¹³⁰ o julgamento da lide em mais de um momento? Em caso positivo, qual seria o fundamento legal apto a dar sustentação a tal técnica?

Para o presente trabalho, julgamento parcial não é apenas aquele que resolve um dos pedidos trazidos com a petição inicial. Representa, também, o fenômeno em que parcela do mérito é solucionada, ainda que sem definir o resultado final de uma das demandas cumuladas (sentença intermediária).

No capítulo terceiro, foram apresentados institutos, aceitos pela doutrina e jurisprudência pátrias, que configuram verdadeiros julgamentos parciais para as duas hipóteses listadas no parágrafo supra, e. g., a tutela antecipada de um pedido incontroverso e a sentença genérica proferida anteriormente à fase de liquidação de sentença.

Sendo assim, não existem dúvidas, para o autor do presente trabalho, que a técnica pode ser utilizada pelo operador do Direito. O ponto, em verdade, é: além das hipóteses listadas no capítulo anterior, é possível adotar a técnica genericamente, ou seja, ampliá-la para situações não expressamente, literalmente, previstas na legislação processual civil brasileira?

Sem dúvida.

sistematização), p. 337). Também em sentido semelhante: OLIVEIRA, Bruno Silveira de, *Um novo conceito de sentença?*, passim, SILVA, Hailton Gonçalves da, *O julgamento antecipado parcial do mérito*, p. 207.

¹³⁰ Cf. CARMONA, Carlos Alberto, *Ensaio sobre a sentença arbitral parcial*, passim.

Na doutrina pátria (hoje majoritária) que defende a possibilidade de julgamentos parciais no processo civil brasileiro, formaram-se três correntes para analisar qual o fundamento legal que dá apoio à técnica. A depender da corrente adotada, opta-se, também, por uma orientação a respeito de quando o fracionamento do mérito tornou-se possível no sistema processual civil brasileiro.

As diferenças doutrinárias surgem, pois no Brasil não existe, como em muitos **ordenamentos estrangeiros**, autorização¹³¹ ou vedação¹³² expressa aos julgamentos parciais de mérito no processo civil.¹³³

Merecem destaque os influentes direito alemão e italiano, até por já terem sido mencionados quando da análise da sentença genérica (a que dá margem à ulterior liquidação) como sentença parcial.

Na **Alemanha**, não existem dúvidas acerca da possibilidade de julgamento parcial. O parágrafo 301 da lei processual germânica não só permite o

¹³¹ CHILE: **Código de Procedimiento Civil. Art. 172.** Cuando en un mismo juicio se ventilen dos o más cuestiones que puedan ser resueltas separada o parcialmente, sin que ello ofrezca dificultad para la marcha del proceso, y alguna o algunas de dichas cuestiones o parte de ellas, lleguen al estado de sentencia antes de que termine el procedimiento en las restantes, podrá el tribunal fallar desde luego las primeras. En este caso se formará cuaderno separado con compulsas de todas las piezas necesarias para dictar fallo y ejecutarlo, a costa del que solicite la separación.

ESTADOS UNIDOS: **Federal Rules of Civil Procedure. Regra 54(b).** Judgment on multiple Claims or Involving Multiple Parties. When an action presents more than one claim for relief – whether as claim, counterclaim, crossclaim or third-party claim – or when multiple parties are involved, the court may direct entry of a final judgment as to one or more, but fewer than all, claims or parties only if the court expressly determines that there is no just reason for delay. Otherwise, any order or other decision, however designated, that adjudicates fewer than all the claims or the rights and liabilities of fewer than all the parties does not end the action as to any of the claims or parties and may be revisited at any time before the entry of a judgment adjudicating all the claims and all the parties' rights and liabilities”

PORTUGAL: **Código de Processo Civil. Art. 510.** Despacho saneador. 1 - Findos os articulados, se não houver que proceder à convocação da audiência preliminar, o juiz profere, no prazo de 20 dias, despacho saneador destinado a: b) Conhecer imediatamente do mérito da causa, sempre que o estado do processo permitir, sem necessidade de mais provas, a apreciação, total ou parcial, do ou dos pedidos deduzidos ou de alguma exceção peremptória.

¹³² ESPANHA: **Lei de Enjuiciamiento Civil. Art. 71.** Efecto principal de la acumulación. Acumulación objetiva de acciones. Acumulación eventual. 1. La acumulación de acciones admitida producirá el efecto de discutirse todas en un mismo procedimiento y resolverse en una sola sentencia.

¹³³ A pesquisa desta dissertação foi em muito facilitada pelo constante em BERALDO, Maria Carolina Silveiro, *A técnica da cisão de julgamento de pedidos cumulados (julgamento parcial de mérito) à luz da instrumentalidade do processo, passim.*

julgamento parcial (por meio de sentença), como faculta ao condutor da demanda não utilizar a técnica, mesmo na existência de parcela já pronta para julgamento, caso não a considere adequada ao caso concreto.¹³⁴

Entende-se tratar-se de sistema ideal a respeito do assunto, pois além de conferir uma permissão para a resolução fracionada de mérito, ainda teve sensibilidade de conceder ao Tribunal a possibilidade de não utilizar a técnica, em clara manifestação do princípio da adaptabilidade (que será analisado no decorrer do presente capítulo).

Na **Itália**, também é prevista expressamente a possibilidade de julgamento parcial da demanda, cf. art. 277 do respectivo Código de Processo¹³⁵. Embora a doutrina destaque a presença do princípio da concentração da sentença (ou seja, em uma única sentença o juiz deverá se pronunciar sobre todos os pedidos formulados pelas partes, o que no Brasil ganhou a nomenclatura unicidade sentencial), excepcionalmente, poderá haver a resolução fracionada do mérito, quando em relação à parcela do *thema decidendum* não houver necessidade de instrução probatória e se considere haver interesse considerável de parte que tenha solicitado a adoção de tal medida.¹³⁶

Pois bem, retornando à análise do ordenamento nacional e das três correntes antes anunciadas, para a primeira, a técnica poderia ser utilizada desde a redação

¹³⁴ **ZPO. § 301.** Sentencia parcial. 1) Em caso de que solo uma de las pretensiones o parte de una se haya hecho valer en una demanda o en caso de interposición de una contrademanda, siendo que solo La demanda o La contrademanda se encuentran en condiciones de ser resueltas, El tribunal tiene entonces que pronuncias una sentencia definitiva (sentencia parcial). Sobre La parte de una pretensión que es controvertida em su causa y monto puede decidirse solo mediante sentencia parcial, cuando se pronuncie una sentencia com reserva de liquidación sobre la parte restante de la pretensión. 2) El pronunciamiento de una sentencia parcial puede ser dejado de lado cuando el tribunal, de acuerdo com lãs circunstancias de la causa, no lo considere adecuado. NOTA 19 DOS TRADUTORES: “El término sentencia parcial es la traducción literal de *Teilurteil*, que para algunos puede traducirse como ‘sentencia interlocutoria’. Corresponde mejor la traducción de ‘sentencia parcial’ y no de interlocutória (alternativa que Dan Becher, *Wörterbuch*, Múnich, Beck, 2004, y Garay y Chamizo-Rothe, *Diccionario jurídico español-alemán, alemán-español: Mit Erläuterungen, Darstellungen von Gesetzen, Verordnungen, Verträgen*, Múnich, Luchterhand, 2003, 2ª ed., ya que la sentencia interlocutória tiene por objeto solo decidir una cuestión procesal y no pone ni total ni parcialmente fin al proceso. Por outro lado, la traducción literal ‘sentencia parcial’ alude a uma espécie de sentencia que siendo definitiva, por poner fin al proceso, ló es solo en relación com determinada pretensión o parte de esta” (PRADILLO, Juan Carlos Ortiz e RAGONE, Álvaro J. Perez (trad.), *Código Procesal Civil Alemán (ZPO)*, p. 234)

¹³⁵ Já transcrito na nota n. 67, supra.

¹³⁶ Cf. NOVELLI, Giovanni, e PETITTI, Stefano, *Codice di procedura civile annotato com La giurisprudenza*, pp 1092-1094.

original do CPC, em 1973. Para a segunda, desde a Lei 10.444/2002, que inseriu o § 6º ao art. 273 da lei processual (tutela antecipada do pedido incontroverso). E para a terceira posição, somente com a Lei 11.232/2005, quando esta alterou o conceito de sentença, extirpando a concepção legal de que sentença é ato que põe fim ao processo.

(I) De acordo com a primeira corrente, bastante minoritária, o art. 468 do CPC, presente na redação originária do CPC73, ao definir que “a sentença que julgar total ou parcialmente a lide, tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas” já daria margem para o julgamento parcial.

Também colabora para tal entendimento a presença, desde a redação originária do CPC, de procedimentos especiais bifásicos, em que se dá a prolação de mais de uma sentença em grau de conhecimento, como é o caso das já mencionadas ações de prestação de contas, divisão e demarcação de terras, consignação em pagamento, além do quanto já colocado a respeito da liquidação de sentença. Embora não seja corrente tal percepção na doutrina, FREDERICO MARQUES¹³⁷, em 1974, já alertava que nas sentenças genéricas, nas quais há a fixação do *an debeatur*, deixando-se o *quantum* para a liquidação, haveria verdadeira decisão parcial do litígio, situação enquadrada no art. 468.

(II) Para a segunda corrente, os julgamentos parciais só se fizeram possíveis no ordenamento com a promulgação da Lei 10.444/2002¹³⁸, que embora tenha incluído dispositivo dentro do art. 273, trataria de verdadeiro julgamento antecipado parcial do mérito, ao quebrar a regra (tantas vezes chamada de princípio, conforme se verá adiante) chiovendiana da unicidade sentencial. Para tal linha de pensamento, a decisão pautada na incontrovérisa seria resultado de cognição exauriente sobre o mérito,

¹³⁷ Cf. *Manual de direito processual civil*, v. III, p. 237. Também considera o art. 468 um fundamento para a sentença parcial: SILVA FILHO, Ricardo de Oliveira, *A sentença parcial de mérito e o processo civil moderno*, p. 294.

¹³⁸ Dentre outros: CARNEIRO DA CUNHA, Leonardo José, *O § 6º do art. 273 do CPC: tutela antecipada parcial ou julgamento antecipado parcial da lide?*, p. 118; CASSOL, Mariana Helena, *A superação do princípio da unidade da sentença e a nova modalidade de julgamento antecipado da lide*, p. 2; COSTA, Fábio Nogueira, *A sentença liminar no CPC*, p. 38; MITIDIERO, Daniel Francisco, *Direito fundamental ao julgamento definitivo da parcela incontroversa: uma proposta de compreensão do art. 273, § 6º, do CPC, na perspectiva do direito fundamental a um processo sem dilações indevidas (art. 5º, LXXVIII, da CF/1988)*, p. 107; SANT’ANNA, Paulo Afonso de Souza, *Sentença parcial*, p. 174; e THEODORO JÚNIOR, Humberto, *Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*, p. 384.

representando o início da possibilidade de julgamento parcial no ordenamento processual pátrio.

(III) Por fim, a terceira corrente, que hoje se apresenta como aquela com maior número de adeptos, defende a possibilidade de que apenas com a alteração do conceito de sentença surgiu ao operador do Direito pátrio a possibilidade de fracionar o mérito da demanda.¹³⁹ Tanto tal corrente se mostra majoritária, que a maioria esmagadora dos textos nacionais com a temática sentenças parciais/decisões interlocutórias de mérito veio à lume apenas após a Lei 11.232/2005, o que se denota com facilidade por meio da simples observação da bibliografia presente ao final desta dissertação.

Pois bem. Embora de forma quase isolada, adota-se a primeira corrente, tanto pela existência do art. 468 do CPC (cuja redação é igual a do art. 287 do CPC³⁹), em uma interpretação conjunta com o julgamento antecipado da lide, como pelos procedimentos especiais bifásicos, e a liquidação de sentença. O fato de que julgamentos parciais não eram comumente vistos não significa dizer que eram proibidos.

Considerando que o sistema já previa julgamentos independentemente de instrução probatória, por meio do art. 330 do CPC¹⁴⁰, não se enxergava proibição para que a parcela pronta para julgamento fosse resolvida, prosseguindo o procedimento com uma fase instrutória para o restante.

Contudo, há de se reconhecer que a primeira e a segunda correntes, em cotejo com o sistema legal vigente antes da reforma perpetrada pela Lei 11.232/2005, não

¹³⁹ Nesse sentido: AYOUB, Luiz Roberto, *A sentença parcial*, p. 75; CAMPOS, Diones Santos, *A natureza jurídica da decisão que concede a tutela antecipada de evidência e seu papel na entrega tempestiva da prestação jurisdicional*, p. 27; OLIVEIRA, Bruno Silveira de, *Um novo conceito de sentença?*, passim; REDONDO, Bruno Garcia, *Sentença parcial de mérito e apelação em autos suplementares*, p. 148; VARGAS, Jorge de Oliveira, *O novo conceito de sentença e o recurso daquela que não extingue o processo: apelação ou agravo de instrumento*, p. 113; VIEIRA, Rodrigo Lessa, *O cabimento da sentença parcial de mérito após a lei 11.232/2005*, p. 1.

¹⁴⁰ **CPC. Art. 330.** O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença: I - quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência; II - quando ocorrer a revelia (art. 319).

resolve satisfatoriamente o problema da natureza do pronunciamento judicial que veicularia o julgamento parcial de mérito.

Isso porque, antes de 2005, sentença era ato que punha fim ao processo, e decisão interlocutória continuava a ser aquela que resolvia questão incidente. O julgamento parcial, portanto, não tinha uma via adequada, pois não extinguia o procedimento, sendo difícil enxergar o mérito como questão incidente.¹⁴¹

Sendo assim, ou se flexibilizaria o conceito de sentença (que já era muito criticado e não colocava mesmo “fim ao processo”), ou o de decisão interlocutória, reconhecendo-se a existência de decisões interlocutórias de mérito, ideia atualmente vigente para o novo Código de Processo Civil, desde o anteprojeto elaborado pela Comissão de Juristas constituída pelo Senado Federal.

O que faz, mesmo com tal problema, adotar-se a primeira corrente, é o fato de que a resolução fracionada do mérito já era realidade no sistema antes da Lei 11.232/2005, que alterou o conceito legal de sentença, facilitando-o sua compreensão.

Por exemplo, não se tem notícia de qualquer doutrinador nacional que tenha se posicionado contrariamente a acordos que resolvessem apenas parcela do conflito. Ora, a conciliação parcial sempre fez com que fosse proferida decisão de mérito, nos termos do artigo 269, inciso III, do CPC, prosseguindo o processo para a resolução do que restasse pendente. Tal situação é comum na praxe judiciária, muito antes da vinda da Lei 11.232/2005.

Da mesma forma, comum o reconhecimento da decadência de parcela do pedido (ou da prescrição, o que de ofício só se tornou possível com a edição da Lei 11.280/2006, que alterou a redação do art.219, § 5º, do CPC) e o prosseguimento da fase de conhecimento quanto ao objeto do processo restante.

¹⁴¹ Raciocínio que será aprofundado no item 5.1., quando da análise do ordenamento em vigor.

Por isso, mesmo com o problema conceitual explicado anteriormente, entende-se que a possibilidade de resolução fracionada já se fazia presente no ordenamento processual pátrio muito antes da Lei 11.232/2005.¹⁴²

Porém, mesmo com o quadro delineado tanto no capítulo 3, como no início do presente, importantes vozes da doutrina nacional já se posicionaram de forma contrária ao fracionamento do julgamento de mérito no processo civil brasileiro.

O principal objetivo deste capítulo é, justamente, apresentar os principais argumentos contrários à utilização da técnica dos julgamentos parciais no processo civil brasileiro e refutá-los, pois, como exposto, acredita-se na possibilidade de resolução fracionada do mérito. Para facilitar a exposição, cada crítica será tratada em item próprio, e ao final, serão apresentados os benefícios que a utilização da técnica poderá trazer.

4.2. Lei 11.232/2005 e a intenção do legislador reformador

Como visto, a maior parte da doutrina que tratou acerca dos julgamentos parciais de mérito defende que estas seriam possíveis em razão do novo conceito de sentença, introduzido no ordenamento jurídico pela lei 11.232/2005, pois sentença não é mais ato que põe fim ao processo, mas sim, “ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269” do CPC (mudança no § 1º do art. 162).

Tal entendimento, no entanto, pode ser facilmente criticado.

Isto porque a reforma perpetrada pelo legislador nacional através da lei 11.232/2005 não foi elaborada com o intuito de que inúmeras sentenças fossem proferidas

¹⁴² Em sentido contrário, dentre outros: “O nosso sistema não admite, em casos assim, que haja duas sentenças. Explica-se: de fato, a circunstância de o processo estar maduro com relação a uma parte do pedido ou a um dos pedidos não sensibilizou o legislador a ponto de esse permitir que haja julgamento definitivo quanto àquela parte do objeto posto sob sua apreciação, em primeiro lugar” (WAMBIER, Luiz Rodrigues e WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, *Breves comentários à 2ª fase da reforma do código de processo civil*, p. 57, obra anterior à lei 11.232/2005).

em uma mesma fase do processo. Nos textos da exposição de motivos n. 34 do Ministério da Justiça, que acompanhou o projeto de Lei 3.253/2004¹⁴³ em seu encaminhamento à Câmara dos Deputados, e do pertinente parecer da comissão especial da reforma do Judiciário na Câmara dos Deputados, exarado em cinco de maio de 2004, não haveria qualquer menção à possibilidade de prolação de mais de uma sentença no processo de conhecimento.

Da leitura dos textos acima mencionados¹⁴⁴, fica patente que a intenção do legislador foi, apenas, dar concretude à idéia de processo sincrético e acabar com a chamada dicotomia entre execução de sentença e processo de conhecimento. E para tal mister, acreditou ser necessária a revogação da expressão “sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo”, presente na redação anterior do § 1º do artigo 162 do Código de Processo Civil. Apenas isso.¹⁴⁵

Acredita-se, portanto, que, não foi a intenção do legislador pátrio, por meio da Lei 11.232, autorizar a existência de sentenças parciais no processo civil brasileiro.

No entanto, conforme já exposto, adota-se a corrente de que o sistema processual nacional já permitia a resolução parcial de mérito, muito antes da alteração do artigo 162, § 1º, do CPC. Por isso, embora se constate que o legislador reformador não teve a intenção de instituir o fracionamento do julgamento da lide, tal posicionamento não conduz à automática vedação das sentenças parciais.

¹⁴³ Projeto de lei que deu origem à lei 11.232/2005.

¹⁴⁴ Cf. http://www.trf4.jus.br/trf4/upload/arquivos/emagis_prog_cursos/projeto_de_lei_3523-2004.pdf, último acesso em 23 de junho de 2010, às 23:18.

¹⁴⁵ Também nesse sentido: CAMPOS, Diones Santos, *A natureza jurídica da decisão que concede a tutela antecipada de evidência e seu papel na entrega tempestiva da prestação jurisdicional*, p. 19; JORGE, Flávio Cheim; DIDIER JÚNIOR, Fredie; e RODRIGUES, Marcelo Abelha, *A terceira etapa da reforma processual civil*, p. 68; MARTINS, Fernando Dal Bó, *O agravo como recurso cabível contra decisão que, sem extinguir o procedimento ou a fase de cognição em primeiro grau, tem como conteúdo alguma das hipóteses dos arts. 267 e 269 do CPC*, p. 445; MONTEIRO, André Luís, *Primeiras linhas sobre a sentença parcial no processo judicial*, p. 11; v. RIBEIRO, Leonardo Feres, *A definição dos pronunciamentos judiciais (sentença, decisões interlocutórias e despachos) após as últimas alterações legislativas: impacto e efeitos no plano recursal*, p. 381.

Por fim, ainda se poderia dizer que independentemente da intenção do legislador reformador, a carga semântica daquilo que foi positivado em lei não pode ser abandonada pelo intérprete. Logo, mesmo que o objetivo não tenha sido autorizar as sentenças parciais, o novo artigo 162, § 1º, do CPC, ao não colocar mais como requisito para a existência de sentença o encerramento do processo, permitiria a utilização de tal técnica. Essa é a posição de SICA.¹⁴⁶

De fato, como apontado no capítulo inaugural desta dissertação, a possibilidade de resolução fracionada de mérito auxilia na consagração de valores constitucionais como a celeridade e a efetividade, por isso, a norma em comento deve ser interpretada conforme a Lei Maior, e não, a intenção do legislador.

4.3. Princípio da unicidade sentencial

O princípio da unicidade sentencial traduz a idéia de que no ordenamento pátrio cada processo judicial, em sua fase de conhecimento, somente poderia ser resolvido por uma única sentença, afastando por completo a possibilidade do fracionamento do mérito da demanda em mais de um provimento jurisdicional. MONTORO¹⁴⁷, por exemplo, acredita que o art. 318 do CPC¹⁴⁸, ao determinar que ação e reconvenção devem ser julgadas na mesma sentença, ratifica o princípio da unidade sentencial, impedindo os julgamentos parciais de mérito.

¹⁴⁶ Cf. Algumas implicações do novo conceito de sentença no processo civil, de acordo com a Lei n. 11.232/2005.

¹⁴⁷ Cf. *Flexibilidade do procedimento arbitral*, p. 340. Em sentido contrário, externando posicionamento ao qual se adere: “por vezes, nem mesmo a imposição legal de julgamento simultâneo de todo ou de todos os pedidos pela mesma sentença impõe-se como regra inflexível. Assim, v. g., o preceito do art. 315 do CPC, que comanda deverem ser julgadas a ação e a reconvenção na mesma sentença, cede passo à necessidade de julgamento da ação reconvenicional liminarmente nas hipóteses em que esse desfecho torna-se possível, como sucede, entre outras situações, no caso de decadência do direito invocado na tela reconvenicional, circunstância essa que permite, independentemente mesmo da intimação do reconvinido para contestar o pedido, o reconhecimento da improcedência de tal ação” (ARMELIN, Donaldo, *Notas sobre sentença parcial e arbitragem*, p. 279).

¹⁴⁸ CPC. Art. 318. Julgar-se-ão na mesma sentença a ação e a reconvenção.

E DINAMARCO também já se posicionou contrariamente ao fenômeno do fracionamento, por conta do princípio ora em comento.¹⁴⁹

Uma premissa deve ser colocada desde logo, a idéia de unicidade sentencial, ainda que aceita, parece estar muito longe de ser um princípio.¹⁵⁰ Entende-se que a unidade sentencial é, no máximo, uma regra, eis que não se constitui em mandamento nuclear do ordenamento processual. A expressão “princípio da unidade sentencial” é utilizada no texto, apenas, por ser consagrada na doutrina.

Unicidade sentencial (princípio que na Itália ganha o nome de princípio da concentração da sentença) representa a idéia de que todo conteúdo de mérito em determinado processo deve ser resolvido por uma única sentença, o que, à primeira vista, impediria a existência de julgamentos parciais.

Seguindo as lições de Luiz Guilherme Marinoni¹⁵¹, entende-se que tal regra não pode impossibilitar a cisão do julgamento de mérito.

¹⁴⁹ “O CPC não abre a menor possibilidade de cindir o julgamento de mérito mediante a antecipação de algumas questões diretamente ligadas a ele... No sistema de direito processual positivo brasileiro, antecipar o pronunciamento sobre essa causa extintiva (prescrição), fazendo-o mediante uma decisão interlocutória e postergando o exame das demais questões *de meritis* e conclusão pela procedência ou improcedência, significa romper a unidade sentencial, afrontar o princípio da concentração da sentença e transgredir o disposto nos arts. 458 e 459 do CPC. Todas as questões de mérito devem ser julgadas de uma vez só, e sempre na sentença” (Cf. *Nova era do processo civil*, pp. 285-287).

¹⁵⁰ Para BANDEIRA DE MELLO, “princípio é um mandamento nuclear fundamental que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico” (Cf. *Criação de secretarias municipais* in RDP, n. 15, jan./mar. 1971 *apud* SILVA, José Afonso da, *Curso de Direito Constitucional Positivo*, p. 91). Já Humberto Ávila entende que os princípios são normas imediatamente finalísticas que estabelecem um fim a ser atingido, um conteúdo como pretendido. (Cf. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*, passim).

¹⁵¹ “De lado a tutela antecipatória, não é possível a cisão do julgamento dos pedidos cumulados, ou o julgamento antecipado de parcela do pedido, prevalecendo o princípio chiovendiano ‘della unitá e unicità della decisione’. Contudo, este princípio, elaborado há muito, não se concilia com a atual leitura de outros princípios igualmente formulados por Chiovenda, especialmente com o princípio de que o processo não pode prejudicar o autor que tem razão. Se um dos pedidos apresentados pelo autor está maduro para o julgamento, seja porque diz respeito apenas à matéria de direito, seja porque independe de instrução dilatória, a necessidade, cada vez mais premente, de uma prestação jurisdicional célere e efetiva, justifica a quebra do velho princípio da ‘unitá e unicità della decisione’. A tutela antecipada, neste caso, estará antecipando o julgamento do pedido” (Cf. *Tutela antecipatória e julgamento antecipado: parte incontroversa da demanda*, p. 139).

A unidade sentencial é uma ideia geralmente atribuída a CHIOVENDA, em razão da formulação do ‘principio della unità e unicità della decisione’. Deve-se observar, no entanto, que a elaboração chiovendiana deu-se no contexto de um processo marcado pela **oralidade** e pela irrecorribilidade das interlocutórias e em um sistema com tais características, sem dúvida, não seria possível o fracionamento do julgamento do mérito.

A escolha da técnica oral representa uma tentativa de simplificação e aceleração do processo, com a substituição de complexas manifestações escritas (que demandam um bom tempo para elaboração e posterior análise) pelo diálogo entre magistrado, advogados e partes, reduzido, em seus pontos principais, a termo em ata de audiência. CHIOVENDA é comumente mencionado na doutrina como o maior entusiasta do princípio da oralidade no processo civil.¹⁵²

Mas mesmo mencionado doutrinador italiano reconhecia a impossibilidade de um processo completamente oral.¹⁵³ Para ele, os escritos seriam necessários, pelo menos, para: (i) preparar a ação judicial, por meio de manifestações iniciais do autor, que deveria definir por escrito os elementos da demanda e seus meios de prova, e do réu, que teria de anunciar suas alegações de direito, suas exceções, e, da mesma forma, seus meios de prova; e (ii) documentar o que de mais relevante ocorre em audiência.¹⁵⁴

A escolha pela oralidade inserir-se-ia dentro de um contexto imaginado como o ideal para o desenvolvimento de um procedimento, marcado pela **identidade física**

¹⁵² “La experiencia derivada de la historia permite añadir aunque el proceso oral es el mejor y más conforme con la naturaleza y a las exigencias de la vida moderna, porque sin comprometer en lo más mínimo, antes bien garantizando, la bondad intrínseca de la Justicia, la proporciona más económicamente, más simplemente y prontamente” (Cf. *Principios de derecho procesal civil*, tomo II, p. 127).

¹⁵³ A respeito, veja a observação de Victor Fairén Guillén: “No existe en la actualidad un proceso ‘oral puro’ (Cappelletti, VIII Congreso Internacional de Derecho Comparado, 1970); téngase en cuenta que ello comportaría el renunciar a una facultad, privilegio del homo sapiens sapiens: la de “escribir”. Una tentativa contraria, es irracional. (Casi totalmente oral, y por ello mundialmente admirado, es el proceso ante el Tribunal de las Aguas de la Vega de Valencia. Creado hace más de diez siglos, se ha mantenido - puro y “útil”, sin corruptelas; pero hay un elemento escrito: para ejecutar la sentencia proferida oralmente, precisa de un -título ejecutivo”; esto es, un protocolo abreviado de la misma) (Cf. *Teoría general del derecho procesal*, p. 399).

¹⁵⁴ Cf. *Principios de derecho procesal civil*, tomo II, pp. 132-133.

do juiz, entendida como a necessidade de que um único juiz desenvolva todo o procedimento em primeiro grau, pela **irrecorribilidade das decisões interlocutórias** e, em especial, pelo **princípio da concentração**, segundo o qual os atos processuais devem, ao máximo, ser realizados em um único momento (adotada a técnica oral, na menor quantidade possível de audiências)

De fato, a concentração de atos processuais corroboraria para a **celeridade**¹⁵⁵ e a **economia processuais**. Ao permitir que se extraia de uma única audiência, por exemplo, o máximo de providências que ela possa comportar, evitar-se-iam dilações desnecessárias e razoável gasto de recursos com o processo, em razão da diminuição de atos para a finalização do procedimento.

Além disso, CHIOVENDA considerava salutar a aproximação de atos diversos, pois se permitiria que o magistrado julgasse a demanda a partir das impressões obtidas em audiência, que ainda estariam ‘frescas’ na memória.

No entanto, o sistema idealizado por CHIOVENDA não representa o atual estado do processo civil nacional. O ordenamento brasileiro não é delineado dessa forma, pelo contrário, a oralidade tem cada vez mais perdido espaço, em razão do grande volume de processos existentes em nossos Tribunais, que dificultam a realização de longas audiências para cada processo e facilitam a adoção de inúmeras decisões interlocutórias escritas que pulverizam o procedimento e são passíveis de recurso de agravo.

Pois bem, se as raízes da unidade/unicidade sentencial - oralidade e irrecorribilidade de interlocutórias - não se fazem presentes, não há razões para mantê-la no sistema.

Aliás, o próprio CHIOVENDA não parecia ser contrário à possibilidade de existência de sentenças parciais, apenas argumentava que tal técnica era contrária à

¹⁵⁵ Nesse sentido, também, Luiz Rodrigues Wambier: “é importante frisar que a adoção de um mecanismo de concentração dessas atividades processuais, que anteriormente eram realizadas ao longo do procedimento, com a intermitência de prazos entre um e outro ato, representa um sensível avanço em favor da agilização do processo que, como se tem dito, deve buscar resultados mais rápidos e efetivos para quem precisa de soluções da Justiça” (Cf. *A nova audiência preliminar (art. 331 do CPC)*, p. 33).

oralidade e à irrecorribilidade das interlocutórias, duas idéias, como já visto, defendidas pelo autor para que o procedimento pudesse se desenvolver de forma célere.¹⁵⁶

Sendo assim, a regra da unicidade não é óbice aos julgamentos parciais, até porque, como bem observa doutrina, a própria regra de julgamento conjunto da ação principal e da reconvenção na mesma sentença não é absoluta.¹⁵⁷

4.4. Princípio da congruência

Poderia se considerar que a sentença parcial, ao não julgar todos os pedidos formulados pelas partes, seria verdadeira decisão *citra petita*, que desrespeita o princípio da congruência entre pedido e sentença, e não pode ser admitida no ordenamento pátrio.

Inicialmente, cumpre salientar que as mesmas considerações feitas a respeito da expressão “princípio da unidade sentencial” também são aplicáveis ao que comumente se chama de “princípio da congruência”. A correlação não parece ser um princípio, uma idéia que influencia todo o ordenamento processual e que deve ser usada como baliza de interpretação. Trata-se de regra com o intuito de concretizar, e. g., os princípios da demanda¹⁵⁸ e da inércia jurisdicional, que se consubstanciam na idéia de o Estado não conceder qualquer tutela ao cidadão sem requerimento, via Poder Judiciário. O juiz é inerte e precisa ser provocado pelo cidadão. A congruência é uma das regras que ratifica essa idéia.

¹⁵⁶ Cf. *Principios de derecho procesal civil*, tomo II, p. 478. Também observou o ponto SANT’ANNA, Paulo Afonso de Souza, *Sentença parcial*, p. 170.

¹⁵⁷ “Em caso de reconhecimento jurídico do pedido contido na reconvenção é permitido o julgamento antecipado desta ação, permanecendo o processo para discussão de julgamento da ação principal” (Cf. ARAÚJO, José Henrique Mouta, *Tutela antecipada do pedido incontroverso: estamos preparados para a nova sistemática processual?*, p. 213).

¹⁵⁸ Cf. CALAMANDREI, Piero, *Direito processual civil*, p. 319.

BARBOSA MOREIRA¹⁵⁹ explica as finalidades da congruência: proibir o magistrado de agir de ofício, seja pela concessão, seja pela negativa, acerca de algo a respeito do que não se fez pedido; conferir previsibilidade e segurança jurídica ao sistema; obrigar a observância do contraditório e da ampla defesa do réu, dando-se a este o direito de saber, desde o início da demanda, a pior coisa que lhe pode acontecer, caso seja completamente vencido no processo judicial (dessa forma, o réu pode analisar, por exemplo, se não é conveniente permanecer inerte, caso verifique que os esforços e gastos com a defesa judicial seriam maiores do que eventual condenação).

Os julgamentos parciais não se chocam com as finalidades da congruência. Além disso, o aparente problema é facilmente resolvido caso se entenda que a correlação entre pedido e decisão deve ser verificada, apenas, quando da última decisão da fase de conhecimento, observando-se se o pedido foi todo analisado no decorrer das ‘sentenças’ proferidas anteriormente.¹⁶⁰

A questão parece ter contornos semelhantes aos problemas que parte da doutrina visualiza na aplicação dos artigos 461 e 461-A do Código de Processo Civil, dispositivos que tratam sobre a tutela específica das obrigações de fazer, não fazer e dar coisa, merecendo destaque, no presente estudo, a possibilidade da fixação de medidas de apoio ao cumprimento da obrigação de ofício, i. e., independentemente de pedido da parte.¹⁶¹ A pergunta que se deve fazer é: tais artigos desrespeitam a idéia de congruência? Acredita-se que por meio de certo esforço interpretativo, faz-se possível a manutenção dos arts. 461 e 461-A no sistema, permitindo sua aplicação.

¹⁵⁹ Cf. *Correlação entre pedido e sentença*, passim.

¹⁶⁰ No mesmo sentido: ARMELIN, Donaldo, *Notas sobre sentença parcial e arbitragem*, p. 276

¹⁶¹ **CPC. Art. 461. § 4º.** O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito. **5º.** Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial; **§ 6º.** O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva. **Art. 461-A. 3º.** Aplica-se à ação prevista neste artigo o disposto nos §§ 1º a 6º do art. 461.

Partindo-se de uma concepção mais restrita, mais simples de congruência, é possível tentar mostrar que não há choque entre o art. 461 e a regra da correlação. PORTANOVA¹⁶², e. g., define o princípio da congruência como a vinculação do juiz ao pedido feito na inicial. Entendendo pedido apenas como o bem da vida desejado pelo autor, os arts. 461 e 461-A, quando possibilitam a fixação, de ofício, de medidas de apoio, não vão de encontro à congruência, pelo contrário, apenas corroboram para a efetiva concretização daquilo que foi pleiteado pelo autor.

Poder-se-ia, no entanto, rejeitar tal conclusão, pela simples alegação de que a adstrição entre pedido e sentença exigiria pedido para qualquer providência jurisdicional. Da mesma forma, poder-se-ia compreender a adstrição de forma mais ampliativa, considerando que tal idéia exigiria que todos os pedidos fossem julgados na sentença, de uma vez só e de forma única, o que não permitiria a sentença parcial. O problema continuaria o mesmo e, da mesma forma, também comporta solução.

Em primeiro lugar, como bem observa a doutrina, o art. 128 do CPC¹⁶³ que traz consigo a regra da congruência, NÃO esclarece se, na hipótese de formulação, pelo autor, de vários pedidos cumulados, todos eles devem ser decididos no mesmo momento processual¹⁶⁴, o que milita favoravelmente à cisão do julgamento.

Além disso, tanto as regras legais que tratam da congruência, como as que permitem a fixação de ofício de medidas de apoio e os julgamentos parciais (por exemplo, arts. 273, § 6º, e 468 do CPC) estão em nível infraconstitucional, não sendo possível extrair da Constituição Federal regra sobre a correlação.

Dessa forma, o legislador pode perfeitamente elaborar um dispositivo (como o art. 461 do CPC) que entra em choque com a correlação, cabendo ao intérprete, no caso concreto, analisar qual dispositivo deve ser aplicado.

¹⁶² Cf. *Princípios do Processo Civil*, p. 234.

¹⁶³ **CPC. Art. 128.** O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.

¹⁶⁴ Cf. ARMELIN, Donaldo, *Notas sobre sentença parcial e arbitragem*, p. 276; e MONTEIRO, André Luís, *Primeiras linhas sobre a sentença parcial no processo judicial*, p. 12.

Por fim, ainda se poderia dizer não ser possível a convivência dos arts. 461 e 468 com a congruência, eis que os primeiros, se entendidos como regras, não poderiam desrespeitar a segunda, um princípio. Ora, tal argumento não subsiste, pois conforme já explicado anteriormente, adota-se o entendimento de não ser a congruência um princípio, mas uma regra que tenta dar concretude ao princípio da inércia, da mesma forma que medidas de apoio fixadas de ofício e utilização da técnica dos julgamentos parciais são meios de concretizar os princípios da efetividade e da celeridade, cabendo ao intérprete, no caso concreto, dar preferência a uma das possibilidades que o sistema lhe concede e que nele podem permanecer.

4.5. Princípio da adaptabilidade e devido processo legal.

A utilização da técnica dos julgamentos parciais consiste em ferramenta que aumenta os poderes ao magistrado na condução do procedimento, permitindo-lhe dar concretude ao *princípio da flexibilização procedimental ou da adaptabilidade*,¹⁶⁵ que retrata a possibilidade de o juiz adequar o procedimento à realidade do caso concreto, fazendo com que cada demanda possa se desenvolver de forma diferenciada, com vistas a se extrair de cada processo a maior utilidade possível (*case management*).

Poderia se afirmar que mencionada técnica não seria possível, por se constituir em verdadeira alteração do procedimento “padrão”, o que só poderia ser feito se o princípio da adaptabilidade fosse mencionado de forma expressa em nosso ordenamento jurídico.

Realmente, o legislador nacional ainda não trouxe disposição legal a respeito do assunto, cabendo a lembrança de que assim o fez o legislador português, conforme redação do novel artigo 265-A do Código de Processo Civil lusitano, introduzido

165 Sobre tal princípio, para uma análise com maior profundidade, v. GAJARDONI, Fernando da Fonseca, *Flexibilização Procedimental: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual, de acordo com as recentes reformas do CPC*, e DIDIER JÚNIOR, Fredie, *Sobre dois importantes (e esquecidos) princípios do processo: adequação e adaptabilidade do procedimento*.

pelo Decreto-Lei nº 329-A/95, de 12 de Dezembro: “(Princípio da adequação formal) Quando a tramitação processual prevista na lei não se adequar às especificidades da causa, deve o juiz oficiosamente, ouvidas as partes, determinar a prática dos actos que melhor se ajustem ao fim do processo, bem como as necessárias adaptações”.¹⁶⁶⁻¹⁶⁷

Mas não parece haver necessidade de um dispositivo específico acerca do princípio da adaptabilidade para que ele possa ser aplicado no sistema processual pátrio.

De acordo com DINAMARCO, para que se cumpra o princípio da efetividade processual, o procedimento há de afeiçoar-se às peculiaridades de cada litígio, mediante aplicação do princípio da adaptabilidade, estando a efetividade do processo bastante ligada ao modo como se dá curso à participação dos litigantes em contraditório e à participação inquisitiva do juiz.¹⁶⁸

Além disso, a partir do momento que a Lei n. 10.444/2002 incluiu, no art. 331, o parágrafo 3º, que permite ao juiz deixar de designar a audiência preliminar se “as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável” a obtenção da conciliação, o legislador reconheceu expressamente a possibilidade do magistrado adaptar o

¹⁶⁶ Cumpre transcrever excerto da exposição de motivos do Decreto-lei português 329-A/95 a esse respeito: “Procura, por outro lado, obviar-se a que regras rígidas, de natureza estritamente procedimental, possam impedir a efectivação em juízo dos direitos e a plena discussão acerca da matéria relevante para propiciar a justa composição do litígio. Assim, estabelece-se como princípio geral do processo o princípio da adequação, facultando ao juiz, obtido o acordo das partes, e sempre que a tramitação processual prevista na lei não se adeque perfeitamente às exigências da acção proposta, a possibilidade de adaptar o processado à especificidade da causa, através da prática dos actos que melhor se adequem ao apuramento da verdade e acerto da decisão, prescindindo dos que se revelem inidóneos para o fim do processo”.

¹⁶⁷ Posteriormente, o Decreto-Lei nº 180/96, de 25 de Setembro, trouxe pequena mudança ao regime da adequação formal, conforme se depreende também de sua exposição de motivos: “No âmbito do princípio da adequação formal, a que dá guarida o artigo 265º-A, princípio que é expressão do carácter funcional e instrumental da tramitação relativamente à realização do fim essencial do processo, regressa-se à formulação do Projecto, condicionando a adequação à prévia audição - mas não ao acordo - das partes. Efectivamente, a adequação não visa a criação de uma espécie de processo alternativo, da livre discricionariedade dos litigantes, mas possibilitar a ultrapassagem de eventuais desconformidades com as previsões genéricas das normas de direito adjectivo”.

¹⁶⁸ Cf. *A instrumentalidade do processo*, pp. 356 e 359.

procedimento de acordo com o caso concreto, sendo a adaptabilidade verdadeira tendência da doutrina e legislação modernas.¹⁶⁹

Dessa forma, acredita-se que a ausência de disposição exclusiva sobre o princípio da adaptabilidade no Código de Processo Civil brasileiro não impede a prolação de uma sentença parcial (ou de uma decisão interlocutória de mérito) por parte do magistrado responsável pela condução de determinado procedimento. No entanto, não haveria obrigatoriedade. Não parece razoável imaginar, diante da variedade inerente ao processo civil, que em todas as causas em que o fracionamento de mérito for possível, ele também será viável, logo, também dentro da perspectiva da adaptabilidade do procedimento, parece mais prudente deixar nas mãos do magistrado responsável pelo processo a escolha de utilizar, ou não, a técnica de resolução parcial.¹⁷⁰⁻¹⁷¹

Por fim, não se vislumbra qualquer desrespeito ao devido processo legal. Tal conceito jurídico indeterminado tem por finalidade que o processo seja efetivo, tempestivo, adequado e leal, e a técnica do julgamento parcial apenas corrobora para com tais valores. Sendo assim, acredita-se ser possível ao magistrado responsável pela causa adaptar seu procedimento com vistas a um melhor tratamento do objeto discutido no processo. Trata-se de manifestação em concreto da teoria da instrumentalidade das formas.

Em verdade, os julgamentos parciais do mérito, ao ajustarem o processo e o procedimento à realidade do caso concreto, permitindo um julgamento mais célere de determinado ponto, apenas concretizam o devido processo legal.¹⁷²

¹⁶⁹ “A liberdade das formas, deixada ao juiz entre parâmetros razoavelmente definidos e mediante certas garantias fundamentais aos litigantes é que, hoje, caracteriza os procedimentos mais adiantados” (Cf. DINAMARCO, *A instrumentalidade do processo*, p. 155).

¹⁷⁰ Lembre-se ter sido essa a escolha do direito alemão, conforme o já transcrito parágrafo 301 da ZPO.

¹⁷¹ Ao longo de sua obra, manifestou-se contrariamente SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de, defendendo que o fracionamento do julgamento, quando possível, constitui-se em dever para o magistrado, a fim de concretizar o princípio constitucional da duração razoável do processo, plasmado no inciso LXXVIII do art. 5º da Lei Maior nacional (Cf. *Sentenças parciais no processo civil brasileiro: consequências no âmbito recursal*, passim).

¹⁷² Trata-se da mesma conclusão de Luiz Fux, a respeito da tutela dos direitos evidentes, cf. *Tutela de segurança e tutela de evidência*, p. 371

4.6. Tumulto processual

Por fim, poder-se-ia dizer que a adoção do fracionamento do julgamento de mérito levaria ao tumulto processual, em razão dos problemas que poderia gerar para a sistemática recursal, para a contagem de prazos para ação rescisória, para a viabilização da execução de apenas parte do julgado, dentre outros, sendo mais prudente não admitir tal técnica.

É inegável que a resolução fracionada do mérito gera dificuldades práticas, mas conforme visto no início da presente dissertação, os julgamentos parciais apenas representam no curso do procedimento o que os diferentes capítulos representariam em uma mesma sentença, construção complexa que já traz problemas, mas nem por isso deixa de se fazer presente no sistema nacional.

Além disso, já existem recursos no decorrer do procedimento, anteriores à prolação da sentença final, como é o caso do agravo retido, do agravo de instrumento e dos embargos de declaração, que mesmo dificultando o desenvolvimento célere do procedimento em primeiro grau de jurisdição continuam, há muito tempo, previstos no sistema legal.

A burocracia estatal deve ser pré-ordenada a fim de que sejam cumpridos os princípios processuais constitucionais, como a duração razoável do processo. Não se pode permitir que técnicas aceleradoras do procedimento sejam barradas, pelo medo de a burocracia estatal não conseguir concretizá-las, em razão de questões como necessidade de autos em apenso, formação de instrumentos, cartas de sentença etc.

É possível apontar contrariamente à sentença parcial sob o argumento de que o sistema nacional não prevê expressamente uma apelação por instrumento, o que é verdadeiro. No entanto, a necessidade de “instrumento” apenas existe pela demora do Estado brasileiro em implantar de forma efetiva o chamado “processo eletrônico”, já que se existente uma página na internet com todos os dados e peças de um processo, não haveria instrumento a se formar, autos suplementares, ou cartas de sentença. Juiz, Desembargador e Advogados teriam acesso ao mesmo material, de forma integral. Logo, não haveria

qualquer dificuldade, durante o prosseguimento do processo em primeiro grau de jurisdição, na análise de um recurso de apelação pelo Tribunal.

Acredita-se que o raciocínio a ser feito deva ser justamente o contrário daquele feito pelos críticos: o processo eletrônico deve ser estimulado, dentre inúmeras outras razões, a fim de facilitar que determinada técnica seja utilizada, e não, determinada ferramenta ser proibida, pois o processo eletrônico ainda não é regra.

No capítulo seguinte, em que são analisadas as consequências técnicas da adoção da resolução fracionada do mérito, os problemas mencionados no presente tópico serão melhor enfrentados.

4.7. Benefícios advindos da utilização da técnica

Rebatidos os principais argumentos contrários ao fracionamento do julgamento no processo civil brasileiro, cabe listar alguns de seus aspectos positivos, além da concretização de princípios como a efetividade, a celeridade e o acesso à justiça:

1. Permitir que o autor com direito já reconhecido (i. e., não controvertido) no processo não seja prejudicado em razão da existência de pequena divergência com o réu em relação ao restante.¹⁷³

2. Oferecer melhor oportunidade de reflexão aos advogados a respeito de determinada questão, pois em vez de possuir quinze dias para analisar toda a lide para fins de recurso de apelação, terão prazo recursal (agravo ou apelação, a depender da corrente adotada) para estudar, apenas, o ponto julgado.

¹⁷³ Fredie Didier Jr. desenha situação possível: “Exemplos: a) cobra o autor R\$ 100,00; o réu reconhece a dívida, mas afirma dever apenas R\$ 50,00. Pelo sistema tradicional, haver-se-ia de esperar a sentença final para que o réu fosse condenado a pagar aquilo que ele reconhece dever; b) no caso da revisional de aluguel, o locador pede a mudança de 500 para 1.000; o réu reconhece que o aluguel deveria ser fixado em 800; já se pode de logo determinar o pagamento desses 800, discutindo-se apenas a diferença” (Cf. *Inovações na antecipação dos efeitos da tutela e a resolução parcial do mérito*, nota n. 18).

3. Limitar a matéria passível de provas e manifestações, pois a partir do momento em que se dá o julgamento parcial, a preocupação das partes e do juízo na fase de conhecimento não mais será com o todo veiculado na inicial, mas apenas com a parcela ainda pendente de definição.

4. Diminuir o tempo de uma expectativa ingênua (advinda da ignorância, desconhecimento) por parte do leigo, que mantém a esperança de obter um benefício maior do que o merecido (em termos técnicos, de enriquecer sem causa) enquanto perdura sua causa. Quanto mais rápida for sua solução, ainda que parcialmente, maior será a chance de dissipação da falsa noção sobre a realidade.

5. Diminuir o dano marginal do processo, o tempo de espera daquele que tem razão, sempre o mais prejudicado pela existência de uma demanda judicial, o que acaba por representar verdadeira injustiça.

6. Estimular a realização de acordo por aquele que foi derrotado no julgamento parcial, pois uma ‘derrota’ arrefece os ânimos da parte e a deixa ciente de que a continuidade do processo pode levá-la a uma perda ainda maior;¹⁷⁴⁻¹⁷⁵

7. Permitir que a cumulação de pedidos em uma única demanda, postura desejada pelo Estado em razão da economia gerada pela existência de apenas um processo judicial (em vez de dois), não prejudique a parte que tem razão.¹⁷⁶

8. Constituir-se em mais uma ferramenta do magistrado para melhor adaptar o procedimento à realidade do caso concreto.

¹⁷⁴ Andrea Proto Pisani faz afirmação no mesmo sentido ao tratar da *condanna genérica* (figura semelhante à nacional sentença genérica): “La condanna genetica può essere utile strumento di pressione psicologica sul soccombente perché transiga sul quantum” (Cf. *Lezioni di diritto processuale civile*, p. 166).

¹⁷⁵ Entende-se que o vencedor não ficará desestimulado à conciliação, se conscientizado da demora e das dificuldades que terá na satisfação do seu direito na triste situação vivida pelo Poder Judiciário brasileiro.

¹⁷⁶ Simples e exata é a observação de DIDIER JR.: “Uma fruta já madura não precisa esperar o amadurecimento de uma outra, ainda verde, para ser colhida” (Cf. *Inovações na antecipação dos efeitos da tutela e a resolução parcial do mérito*, p. 6). Ver também, supra, nota 48.

CAPÍTULO V – QUESTÕES TÉCNICAS E DECORRÊNCIAS DA CISÃO DO JULGAMENTO

5.1. Natureza do pronunciamento judicial

Decisões parciais de mérito, sentenças parciais, julgamentos parciais e decisões interlocutórias de mérito são expressões que definem um mesmo fenômeno, qual seja, a resolução de parcela do mérito da demanda no curso do procedimento, em momento anterior ao encerramento de determinada fase processual por sentença.

Uma primeira corrente acredita que a resolução parcial do mérito de determinada lide se dá por sentença.¹⁷⁷ Isso, em grande parte, graças à novel redação do artigo 162, § 1º, do Código de Processo Civil, *in verbis*: “sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269”. Cabe lembrar que para o presente estudo é mais importante o art. 269 do CPC, pois é o dispositivo que trata sobre a resolução de mérito, *in verbis*: “Haverá resolução de mérito: I - quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor; II - quando o réu reconhecer a procedência do pedido; III - quando as partes transigirem; IV - quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição; V - quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação”.

Não há como negar que, se utilizados os textos legais dos arts. 162, § 1º e 269, ambos do CPC, o provimento jurisdicional que resolve parte do conflito entre as partes representa verdadeira sentença. Por exemplo, quando o juiz declara a prescrição de parte do crédito exigido em Juízo, decretando a improcedência em relação à metade do valor que se busca cobrar, está a julgar parcela do mérito da demanda. Destarte, nos termos do art. 269, IV, c.c. o art. 162, §1º, estar-se-ia em face de sentença parcial (parcial, pois

¹⁷⁷ “Sentença é o ato pelo qual o juiz ‘diz o direito’, pondo fim ao procedimento, ou pelo menos encerrando a controvérsia a respeito de uma das ações cumuladas (v. g., a primeira sentença na ação de prestação de contas), embora o procedimento continue para tratamento da porção da lide não apreciada pela sentença parcial” (SILVA, Ovídio Araújo Baptista da, *Decisões interlocutórias e sentenças liminares*, pp. 398-399).

não resolve totalmente o litígio posto em Juízo), nomenclatura esta que vem sendo a mais utilizada na doutrina brasileira.¹⁷⁸⁻¹⁷⁹

Por outro lado, existem autores que optam por tratar o fenômeno como “decisões interlocutórias de mérito”¹⁸⁰, sendo essa a corrente atualmente majoritária na jurisprudência pátria.¹⁸¹ De acordo com essa parcela da doutrina, por razões sistemáticas,

¹⁷⁸ Utilizam a nomenclatura sentença parcial, dentre outros, ARAÚJO, *Sentenças parciais?*, passim; AYOUB, Luiz Roberto, *A sentença parcial*, passim; CAMPOS, Diones Santos, *A natureza jurídica da decisão que concede a tutela antecipada de evidência e seu papel na entrega tempestiva da prestação jurisdicional*, passim; CASSOL, Maria Helena, *A superação do princípio da unicidade da sentença e a nova modalidade de julgamento antecipado da lide*, p. 1; LUCCA, Rodrigo Ramina de, *Antecipação da tutela da parcela incontroversa do mérito e o conceito de sentença*, passim; MARTINS, Renato Castro Teixeira, *Apelação por instrumento*, p. 836; MILMAN, Fabio, *O novo conceito legal de sentença e suas repercussões recursais: primeiras experiências com a apelação por instrumento*, passim; MITIDIERO, Daniel Francisco, *Direito fundamental ao julgamento definitivo da parcela incontroversa: uma proposta de compreensão do art. 273, § 6º, do CPC, na perspectiva do direito fundamental a um processo sem dilações indevidas (art. 5º, LXXVIII, da CF/1988)*, p. 105, e *Sentenças parciais de mérito e resolução definitiva-fracionada da causa (lendo um ensaio de Fredie Didier Júnior)*, passim; MONTORO, Marcos André Franco, *Flexibilidade do procedimento arbitral*, passim; OLIVEIRA, Bruno Silveira de, *A ‘interlocutória faz de conta’ e o ‘recurso ornitorrinco’ (ensaio sobre a sentença parcial e o recurso dela cabível)*, passim; POZZA, Pedro Luiz, *A sentença parcial de mérito na perspectiva do formalismo-valorativo*, passim; REDONDO, Bruno Garcia, *Sentença parcial de mérito e apelação em autos suplementares*, passim. SANT’ANNA, Paulo Afonso de Souza, *Sentença parcial*, passim; SCARPARO, Eduardo Kochenborger, *Sentenças parciais? Considerações a partir da reforma do art. 162, § 1º, do Código de Processo Civil*, passim; SICA, Heitor Vitor Mendonça, *Algumas implicações do novo conceito de sentença no processo civil, de acordo com a Lei n. 11.232/2005*, passim; SILVA FILHO, Ricardo de Oliveira, *A sentença parcial de mérito e o processo civil moderno*, passim; SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de, *Sentenças parciais no processo civil brasileiro: consequências no âmbito recursal*, passim; VIEIRA, Rodrigo Lessa, *O cabimento da sentença parcial de mérito após a lei 11.232/2005*, passim; WAMBIER, Luiz Rodrigues, WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, e MEDINA, José Miguel Garcia, *Breves comentários à nova sistemática processual civil, II: Leis 11.187/2005; 11.232/2005; 11.276/2006; 11.277/2006 e 11.280/2006*, p. 37.

¹⁷⁹ A título de exemplo, foi também o termo utilizado na disciplina “Princípios Gerais do Processo Civil”, lecionada no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Marcato, no segundo semestre de 2010, quando da definição dos temas de seminário, dos quais se extraía o seguinte título: “Correlação entre o pedido e a sentença: sentenças parciais e a análise dos problemas suscitados pelos artigos 459, 460, 461 e 461-A do CPC”.

¹⁸⁰ Dentre outros: AMORIM, José Roberto Neves, *Coisa julgada parcial no processo civil*, pp. 144 e 146; ARAÚJO, José Henrique Mouta, *Decisão interlocutória de mérito no projeto do novo CPC: reflexões necessárias*, passim; COSTA, Fábio Nogueira, *A sentença liminar no CPC*, p. 29; DIDIER JÚNIOR, Fredie, BRAGA, Paula Sarno, OLIVEIRA, Rafael, *Curso de direito processual civil*, v. II, p. 343; JORGE, Flávio Cheim, e RODRIGUES, Marcelo Abelha, *A sentença, a interlocutória e os recursos*, pp. 710-711; MARTINS, Fernando Dal Bó, *O agravo como recurso cabível contra decisão que, sem extinguir o procedimento ou a fase de cognição em primeiro grau, tem como conteúdo alguma das hipóteses dos arts. 267 e 269 do CPC*, p. 439; RIBEIRO, Leonardo Feres, *A definição dos pronunciamentos judiciais (sentença, decisões interlocutórias e despachos) após as últimas alterações legislativas: impacto e efeitos no plano recursal*, p. 380; e THEODORO JÚNIOR, Humberto, *Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*, p. 242.

¹⁸¹ Dentre outros: TJ/SP, 36ª Câmara de Direito Privado, Ag 1.155.355-0/3, rel. Des. Romeu Ricupero, j. 24.04.2008; TJ/RS, 5ª Câmara Cível, Ag 70017199902, rel. Des. Paulo Sérgio Scarparo, j. 09.10.2006; TJ/MG, 15ª Câmara Cível, Ag 1.0223.06.201132-3/001, rel. Des. Wagner Wilson, j. 27.03.2008. Fonte: CORTEZ, Cláudia Helena Poggio, *O novo conceito de sentença visto pelos Tribunais*, passim.

seria mais interessante abandonar um pouco a literalidade dos arts. 162, § 1º, e 269 do CPC. Isto porque a compreensão do julgamento parcial como sentença aumenta, e. g., as dificuldades no sistema recursal, gerando infundáveis discussões acerca do meio de impugnação cabível contra o pronunciamento judicial que resolve apenas parcela do litígio. Encarando o fenômeno como decisão interlocutória, será conseqüentemente recorrível por meio de agravo, sem maiores dificuldades.

Além disso, de acordo com a segunda corrente, interpretar a resolução parcial do mérito como sentença seria ir além da singela intenção do legislador pátrio e ignorar o fato de que o art. 269 do CPC situa-se dentro do capítulo intitulado “Da extinção do processo”. Destarte, ainda que o legislador tenha alterado a redação do art. 162, § 1º, do CPC, poderia se defender que, para ser sentença, o ato jurisdicional deveria, ao menos, pôr fim à fase cognitiva do processo em primeiro grau.¹⁸²⁻¹⁸³

Necessário adotar uma posição.¹⁸⁴

¹⁸² “Hoje a definição de sentença... parte de um critério misto, já que esta seria o ato através do qual o juiz põe termo ao processo, e que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 do CPC” (Cf. CORTEZ, Cláudia Helena Poggio, *O novo conceito de sentença visto pelos Tribunais*, p. 288). Também nesse sentido: BUENO, Cássio Scarpinella, *Tutela antecipada*, p. 59; CARNEIRO, Athos Gusmão, *Cumprimento da sentença civil*, pp. 118-119; COSTA MACHADO, Antonio Cláudio da, *Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo: leis processuais civis extravagantes anotadas*, p. 442; JORGE, Flávio Cheim, e RODRIGUES, Marcelo Abelha, *A sentença, a interlocutória e os recursos*, p. 710; JORGE, Flávio Cheim, DIDIER JÚNIOR, Fredie, e RODRIGUES, Marcelo Abelha, *A terceira etapa da reforma processual civil*, p. 68; LUCON, Paulo Henrique dos Santos, *Novas tendências na estrutura fundamental do processo civil*, p. 57, e *Sentença e liquidação no CPC (Lei 11.232/2005)*, passim; MARTINS, Fernando Dal Bó, *O agravo como recurso cabível contra decisão que, sem extinguir o procedimento ou a fase de cognição em primeiro grau, tem como conteúdo alguma das hipóteses dos arts. 267 e 269 do CPC*, p. 446; NERY JÚNIOR, Nelson, e NERY, Rosa Maria de Andrade, *Código de processo civil comentado e legislação extravagante*, p. 427; e RIBEIRO, Leonardo Feres, *A definição dos pronunciamentos judiciais (sentença, decisões interlocutórias e despachos) após as últimas alterações legislativas: impacto e efeitos no plano recursal*, p. 380.

¹⁸³ E nos Tribunais pátrios, também tem sido a posição majoritária, a exemplo de “Ainda que observadas as alterações produzidas no Código de Processo Civil pela Lei 11.232/2005, máxime a redação dada ao art. 162, § 1º, do CPC percebe-se que o legislador manteve a referência as decisões extintivas do processo, com ou sem resolução de mérito” (TJ/SP, 11ª Câmara de Direito Público, Ap. 710.347.5/3-00, rel. Des. Pires de Araújo, j. 12.05.2008, fonte: CORTEZ, Cláudia Helena Poggio, *O novo conceito de sentença visto pelos Tribunais*, p. 287). No mesmo sentido, e. g., STJ, 6ª Turma, REsp 1117144, rel. Min. Celso Limongi, j. 15.04.10.

¹⁸⁴ O Superior Tribunal de Justiça, por exemplo, não apresentou com clareza seu posicionamento. Embora tenha reconhecido a possibilidade de julgamento de mérito em decisão interlocutória, afirmou, também, que decisões como tais seriam falsas interlocutórias, e verdadeiras sentenças de mérito, o que gera certa dificuldade de compreensão ao estudioso do tema, cf. STJ, 3ª Turma, REsp 685.738/PR, rel. Min. Sidnei Beneti, j. 24.11.2009.

Entende-se que a escolha de palavras feita pelo legislador reformador, ao elaborar o novo conceito de sentença - “ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei”¹⁸⁵ -, não foi feliz.¹⁸⁶

No entanto, verdade seja dita, há muito já se apontavam os problemas do conceito anterior se sentença¹⁸⁷ - “ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa”¹⁸⁸ – pois sempre se soube que a sentença não punha fim ao processo, o que se extrai, por exemplo, de célebre narrativa de DINAMARCO, relatada em suas aulas, acerca de quando questionado por um aluno (hoje, o Desembargador Paulista Antonio Rigolin) como considerar que a sentença põe fim ao processo se existe o recurso de apelação?¹⁸⁹

Além de não encerrar o processo e, muitas vezes, sequer terminar com a fase de conhecimento, seja pela existência de procedimentos bifásicos com mais de uma sentença (consignação em pagamento, demarcação de terras, prestação de contas), seja pela continuidade de discussões de cunho cognitivo mesmo após o trânsito em julgado da

¹⁸⁵ Alteração do art. 162, § 1º, do CPC, operada pela Lei 11.232/2005.

¹⁸⁶ “A nova definição de sentença nem é tecnicamente correta, nem clara, nem - menos que tudo - elegante” (Cf. BARBOSA MOREIRA, José Carlos, *A nova definição de sentença*, p.8).

¹⁸⁷ Dentre outros, tratam de forma crítica o antigo conceito de sentença: AYOUB, Luiz Roberto, *A sentença parcial*, p. 87; CAMPOS, Diones Santos, *A natureza jurídica da decisão que concede a tutela antecipada de evidência e seu papel na entrega tempestiva da prestação jurisdicional*, p. 19; CASSOL, Mariana Helena, *A superação do princípio da unidade da sentença e a nova modalidade de julgamento antecipado da lide*, p. 7; MARTINS, Fernando Dal Bó, *O agravo como recurso cabível contra decisão que, sem extinguir o procedimento ou a fase de cognição em primeiro grau, tem como conteúdo alguma das hipóteses dos arts. 267 e 269 do CPC*, p. 444; SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de, *Sentenças parciais no processo civil brasileiro: conseqüências no âmbito recursal*, p. 19; VARGAS, Jorge de Oliveira, *O novo conceito de sentença e o recurso daquela que não extingue o processo: apelação ou agravo de instrumento*, p. 113; WAMBIER, Luiz Rodrigues, WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, e MEDINA, José Miguel Garcia, *Breves comentários à nova sistemática processual civil, II: Leis 11.187/2005; 11.232/2005; 11.276/2006; 11.277/2006 e 11.280/2006*, p. 32.

¹⁸⁸ Redação originária do art. 162, § 1, do CPC73.

¹⁸⁹ No mesmo sentido: “a rigor, não era nesse momento que o processo realmente terminava: ele continuava a fluir enquanto subsistisse a possibilidade de recorrer e - é claro - durante a pendência de recurso” (Cf. BARBOSA MOREIRA, José Carlos, *A nova definição de sentença*, p. 2); “Na verdade a relação processual nunca se encerra com a simples prolação de uma sentença, qualquer que seja ela (basta lembrar a possibilidade sempre existente de recurso e a devolução do conhecimento da causa a outro órgão jurisdicional, e, às vezes, com reabertura de oportunidade ao próprio juiz, autor da sentença, de proferir novo julgamento, como se dá nos embargos de declaração)” (Cf. THEODORO JÚNIOR, Humberto, *Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*, p. 244).

sentença (liquidação por artigos e por arbitramento), o conceito também merecia críticas por definir um ato – sentença – de acordo com seu pretense efeito – extinção do processo –, o que contraria o senso comum, pois, via de regra, busca-se determinar, conceituar determinado fenômeno em razão de seu conteúdo, e não, por conta de possíveis consequências.

Sendo assim, a expressão “Da extinção do processo”, que dá nome ao capítulo do Código de Processo Civil no qual está inserido o art. 269, não deve prevalecer sobre a realidade dos fatos.

Ora, se o legislador, cedendo aos reclamos de prestigiada doutrina¹⁹⁰, abandonou a criticada definição de sentença por seu critério topológico e apresentou um novo conceito legal, fundamentado no conteúdo do ato¹⁹¹, por que insistir em não observá-lo? Por que criar um requisito não previsto em lei – a extinção da fase de conhecimento – para que determinado pronunciamento judicial seja considerado sentença?

A introdução desta dissertação busca mostrar que seu autor não enxerga o Direito apenas como o conjunto de leis de um Estado, mas isso não significa que o ordenamento positivo não faz parte de sua base.

¹⁹⁰ Em especial, Teresa Arruda Alvim Wambier, que defendia a conceituação de sentença com base em seu conteúdo, e não em seu efeito (Cf. *Os agravos no CPC brasileiro*, pp. 102-113).

¹⁹¹ Não parece haver dúvidas, na doutrina pátria, que o legislador originário (1973) utilizou-se do critério topológico para definir sentença e o legislador reformador (2005), o conteúdo do ato. Nesse sentido: AYOUN, Luiz Roberto, *A sentença parcial*, p. 84; BARBOSA MOREIRA, *A nova definição de sentença*, p. 5; CAMPOS, Diones Santos, *A natureza jurídica da decisão que concede a tutela antecipada de evidência e seu papel na entrega tempestiva da prestação jurisdicional*, p. 18; CARNEIRO, Athos Gusmão, *Cumprimento da sentença civil*, pp. 117-118; CORTEZ, Cláudia Helena Poggio, *O novo conceito de sentença visto pelos Tribunais*, p. 282; COSTA MACHADO, Antonio Cláudio da, *Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo: leis processuais civis extravagantes anotadas*, p. 442; DINAMARCO, Cândido Rangel, *Instituições de direito processual civil*, v. II, p. 506; OLIVEIRA, Bruno Silveira de, *Um novo conceito de sentença?*, pp. 2-3; REDONDO, Bruno Garcia, *Sentença parcial de mérito e apelação em autos suplementares*, p. 143; SICA, Heitor Vitor Mendonça, *Algumas implicações do novo conceito de sentença no processo civil, de acordo com a Lei n. 11.232/2005*, p. 188; SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de, *Sentenças parciais no processo civil brasileiro: consequências no âmbito recursal*, p. 203; VARGAS, Jorge de Oliveira, *O novo conceito de sentença e o recurso daquela que não extingue o processo: apelação ou agravo de instrumento*, p. 113.

Não há dúvida de que, historicamente¹⁹²¹⁹³, a ideia de sentença liga-se à decisão sobre as pretensões do autor que se dá ao final do procedimento em primeiro grau de jurisdição. A lei brasileira, no entanto, não seguiu essa ideia. E embora a interpretação literal, conforme lição corrente, não seja a única dentre as possíveis, ignorar a letra da lei, ainda mais quando atual, recém inserida no sistema pela Lei 11.232 do ano de 2005, não parece interessante.¹⁹⁴

Por isso, ainda que o importante seja vislumbrar a possibilidade do fenômeno da resolução parcial do mérito de uma demanda, independentemente do nome a que ele se dê, adota-se a corrente majoritária, i. e., a que identifica o pronunciamento judicial que adota a técnica do fracionamento como sentença parcial, já que, efetivamente, o operador do Direito se depara com “uma das situações do art. 269 do CPC” (cf. o novel conceito legal de sentença do art. 162, § 1º).

E existem outras razões que não se resumem ao art. 162, § 1º. Por exemplo, também é favorável à corrente que entende tratar-se de sentença a alteração do art. 463 do CPC, também promovida pela Lei 11.232/2005. Antes o texto legal dizia que ao publicar a sentença de mérito, o juiz cumpria e acabava com seu ofício jurisdicional.¹⁹⁵

¹⁹² “Segundo Brisson, a sentença é – pronuntiatio judicis, finem controversiae imponens a solutione, vel condemnatione. Segundo Wurfell – determinatio ejus quod justum est, in casu aliquo praesenti, a judice cõgnita causa facta. Segundo Heineck – controversiae decisio a judice facta... Paulo (fr. 19 § 1 Dig. De Recept. Qui arbitr. IV, 8), diz, que a sentença definitiva é a que decide toda a controvérsia... Nós definiremos a sentença – a decisão da causa controvertida em juízo, ou um de seus incidentes, proferida pelo juiz competente” (RIBAS, Antonio Joaquim Ribas (conselheiro) e RIBAS, Julio A., *Consolidação das leis do processo civil commentada*, p. 265).

¹⁹³ “Somente o julgamento do mérito da causa, acolhendo ou repelindo o pedido do autor, define-a (a sentença), como expõem Chiovenda e outros processualistas, inspirados nas fontes romanas, inclusive no fragmento do Digesto, que conceitua a coisa julgada segundo Modestino” (Cf MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu, *Comentários ao Código de Processo Civil, lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973*, v. II., pp. 51-52).

¹⁹⁴ Em sentido contrário, dentre outros: “O correto entendimento dos pronunciamentos judiciais não pode decorrer de uma interpretação literal do texto legal do art. 162, sob pena de malferir gravemente o sistema recursal” (RIBEIRO, Leonardo Feres da Silva, *A definição dos pronunciamentos judiciais*, p. 379); “a interpretação literal do art. 162, § 1º, do CPC não deve prevalecer ante a sistemática processual civil. Por sentença, atualmente, deve ser entendido o pronunciamento do juiz com aptidão de pôr fim à fase de conhecimento ou à fase de execução (antigos processos de conhecimento e execução). Não se extinguindo essas etapas do processo sincrético, inexistirá sentença” (JORGE, Flávio Cheim, e RODRIGUES, Marcelo Abelha, *A sentença, a interlocutória e os recursos*, p. 710)

¹⁹⁵ **CPC. Art. 463 (redação original).** Ao publicar a sentença de mérito, o juiz cumpre e acaba o ofício jurisdicional, só podendo alterá-la: I - para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexactidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo; II - por meio de embargos de declaração.

Dessa forma, dificultava-se o entendimento de que poderia ser proferida mais de uma sentença no curso de um único procedimento.

Hoje, no entanto, não há mais tal ressalva, dizendo o novo texto legal apenas que “publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la: I - para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo; II - por meio de embargos de declaração”. Nota-se, com isso, que a sentença continua com sua rigidez característica, buscando o legislador que não venha a ser alterada ao bel prazer do julgador, no entanto, indubitável não mais existir proibição, pelo menos de acordo com mencionado artigo, de que seja prolatada mais de uma sentença.

E a etimologia da palavra sentença também dá força para a doutrina que enxerga no fracionamento do mérito uma sentença parcial. Isto porque, como o termo advém do verbo latino *sentire*¹⁹⁶, ainda que determinada demanda seja definida apenas em parte, não há como negar que, em relação ao pedido analisado, houve decisão que refletiu o sentimento do magistrado a respeito do *thema decidendum*.

Aliás, não se enxerga benefício real em se contrariar a letra da lei (art. 162, § 1º, do CPC) no tema ora em discussão, pois postura como tal traz maior insegurança ao jurisdicionado e contribui para a falta de confiança nos textos legais, o que deve se buscar evitar, sempre que possível.

Mas por que não seria a decisão parcial de mérito uma interlocutória, eis que o procedimento em primeiro grau de jurisdição continua em desenvolvimento, mesmo após a definição judicial acerca de um dos pedidos?

O CPC traz, em seu art. 162, § 2º, que “decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente”. Embora tal conceito seja

¹⁹⁶ Dentre outros: DINAMARCO, Cândido Rangel, Instituições de direito processual civil, v. II, p. 492; PRADO, Lídia Reis de Almeida, *O juiz e a emoção: aspectos da lógica para decisão judicial*, p. 14; JORGE, Flávio Cheim, e RODRIGUES, Marcelo Abelha, *A sentença, a interlocutória e os recursos*, p. 710. Não se olvide, contudo, que para a doutrina clássica, o elemento essencial e característico da sentença não é esse, mas sim o juízo lógico elaborado pelo magistrado (Cf. ROCCO, Alfredo Rocco, *La Sentencia Civil*, p. 53).

criticado por respeitável doutrina¹⁹⁷, será utilizado como ponto de partida, não só por se acreditar que o intérprete deve partir do ordenamento para sua análise, mas também porque a crítica não prejudica o raciocínio a ser desenvolvido.

Pois bem. Não se concorda com o entendimento de que um dos pedidos formulados pelo autor em sua demanda – e solucionado por meio de julgamento antecipado parcial – possa ser considerado uma questão incidente.¹⁹⁸⁻¹⁹⁹

Entende-se que esta expressão refere-se às questões que devem ser decididas pelo juiz – em razão de dúvida, divergência²⁰⁰ – justamente para que se possa chegar à decisão de mérito, tanto que “a redação primitiva do anteprojeto do Código de Processo Civil, ao conceituar decisões interlocutórias, chegava ao ponto de dizer que estas resolviam as questões incidentes, a fim de preparar a sentença final”.²⁰¹

¹⁹⁷ “É incorreta a definição da decisão interlocutória como o ato com que o juiz decide questões incidentes (CPC, art. 162, § 2º). Nem a sentença nem a interlocutória são proferidas com o objetivo de decidir questões. Em ambas há a solução destas, mas como parte de um *iter* destinado a julgar alguma pretensão. A solução de questões reside na motivação de uma ou de outra – e não em sua parte dispositiva. As decisões interlocutórias contêm pronunciamentos incidentes sobre ponto ou questões, mas sua finalidade é a decisão sobre pretensões que surgem no curso do processo: pretensão de alguma das partes a um meio de prova, ou do autor a uma medida de urgência, ou do réu à extinção do processo etc.; a pretensão à extinção do processo é julgada por sentença, quando acolhida, e por decisão interlocutória, quando rejeitada” (Cf. DINAMARCO, *O conceito de mérito no processo civil*, p. 332, n. 53).

¹⁹⁸ A favor: “Por questão incidente, entende-se aquela categoria de questões que não estão contidas no objeto principal da lide, ou seja, não integram o pedido formulado na demanda. São questões eminentemente processuais” (Cf. MARTINS, Fernando Dal Bó, *O agravo como recurso cabível contra decisão que, sem extinguir o procedimento ou a fase de cognição em primeiro grau, tem como conteúdo alguma das hipóteses dos arts. 267 e 269 do CPC*, p. 447). Da mesma forma: ARAÚJO, Luciano Vianna, *Sentenças parciais?*, p. 106; COSTA MACHADO, Antonio Cláudio da, *Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo: leis processuais civis extravagantes anotadas*, p. 443; MITIDIERO, Daniel Francisco, *Direito fundamental ao julgamento definitivo da parcela incontroversa: uma proposta de compreensão do art. 273, § 6º, do CPC, na perspectiva do direito fundamental a um processo sem dilações indevidas (art. 5º, LXXVIII, da CF/1988)*, p. 109; OLIVEIRA, Bruno Silveira de, *A ‘interlocutória faz de conta’ e o ‘recurso ornitorrinco’ (ensaio sobre a sentença parcial e sobre o recurso dela cabível)*, p. 74; REDONDO, Bruno Garcia, *Sentença parcial de mérito e apelação em autos suplementares*, p. 146; e SICA, Heitor Vitor Mendonça, *Algumas implicações do novo conceito de sentença no processo civil, de acordo com a Lei n. 11.232/2005*, pp. 188-189.

¹⁹⁹ Contra: “O conceito de questão incidente, em verdade, não exclui o conceito de mérito” (Cf. RIBEIRO, Leonardo Feres da Silva, *A definição dos pronunciamentos judiciais*, p. 381).

²⁰⁰ Aqui vale a lembrança: ponto é aquilo que foi afirmado por uma das partes. Quando controvertido por aquele que se encontra no polo contrário da demanda, tem-se o surgimento de uma questão.

²⁰¹ Cf. JORGE, Flávio Cheim, e RODRIGUES, Marcelo Abelha, *A sentença, a interlocutória e os recursos*, p. 711.

Portanto, quando se há, e. g., decisão sobre pedido de realização de prova, ter-se-á interlocutória que decide questão incidente. Agora, se determinada demanda tem parcela de seu mérito julgado, se um dos pedidos cumulados tem seu conteúdo analisado em cognição exauriente pelo magistrado, não se parece tratar de questão incidente, tampouco de interlocutória, mas sim de sentença.²⁰²

E não se deve deixar influenciar, para definição do fenômeno, pela dificuldade eventualmente gerada no sistema recursal no caso de aceitação de sentenças no curso do procedimento de primeiro grau, pois se é corrente a lição na doutrina de que um fenômeno não pode ser conceituado por seus efeitos, com mais razão, não pode ser definido por seus reflexos no sistema recursal.

Dessa forma, está fixada a premissa de que, durante todo o trabalho, se esteve a falar de **sentenças parciais**.

5.2. Recurso cabível

De acordo com a regra (e não princípio)²⁰³ da correspondência, vigente no ordenamento jurídico, considerado o pronunciamento judicial que põe fim apenas a parte do litígio como decisão interlocutória de mérito, o recurso cabível seria o agravo²⁰⁴,

²⁰² “A sentença tem por objeto a definição da questão principal, ou seja, a resolução da questão de mérito; as interlocutórias não decidem sobre o principal, mas apenas sobre questões incidentes” (SILVA, Ovídio Araújo Baptista da, *Decisões interlocutórias e sentenças liminares*, p. 390). No meso sentido: SICA, Heitor Vitor Mendonça, *Algumas implicações do novo conceito de sentença no processo civil, de acordo com a Lei n. 11.232/2005*, p. 196; e VARGAS, Jorge de Oliveira, *O novo conceito de sentença e o recurso daquela que não extingue o processo: apelação ou agravo de instrumento*, p. 112.

²⁰³ Ver item 4.3, supra, eis que os comentários ao ‘princípio’ da unicidade sentencial aplicam-se também à correspondência, para considerá-la apenas uma regra.

²⁰⁴ Art. 522 do CPC. Das decisões interlocutórias caberá agravo... Nesse sentido: AMORIM, José Roberto Neves, *Coisa julgada parcial no processo civil*, pp. 144 e 146; CARNEIRO DA CUNHA, Leonardo José, *O § 6º do art. 273 do CPC: tutela antecipada parcial ou julgamento antecipado parcial da lide?*, passim; DIDIER JÚNIOR, Fredie et. al., *Curso de direito processual civil*, v. II, p. 343; JORGE, Flávio Cheim, e RODRIGUES, Marcelo Abelha, *A sentença, a interlocutória e os recursos*, p. 711; JORGE, Flávio Cheim et. al., *A terceira etapa da reforma processual civil*, p. 70; MARTINS, Fernando Dal Bó, *O agravo como recurso cabível contra decisão que, sem extinguir o procedimento ou a fase de cognição em primeiro grau, tem como conteúdo alguma das hipóteses dos arts. 267 e 269 do CPC*, p. 439; NEVES, Daniel Amorim Assumpção et. al., *Reforma do CPC: leis 11.187/2005, 11.276/2006, 11.277/2006 e 11.280/2006*, p. 85;

sendo essa a escolha do projeto de novo CPC, conforme se verá adiante. Adotado o entendimento de que a cisão no julgamento de mérito tem natureza de sentença parcial, tem-se como decorrência ser a apelação o recurso cabível²⁰⁵, embora r. doutrina defenda a natureza de sentença e o cabimento de agravo de instrumento.²⁰⁶

Mais uma vez, e com apoio na literalidade da lei processual (art. 513), cabível é o recurso de apelação, ainda que na exposição de motivos do CPC73 Alfredo Buzaid tenha demonstrado, aparentemente, posição contrária à ideia de apelação como meio de impugnação de pronunciamento que não seja um julgamento final do processo.

Isto porque a posição adotada, além de respeitar a letra da lei, é mais justa, evita desigualdades, consagra a ideia de ser a apelação um recurso vocacionado para a análise do mérito²⁰⁷ e melhor protege os interesses das partes e o público. Confira-se.

RIBEIRO, Leonardo Feres, *A definição dos pronunciamentos judiciais (sentença, decisões interlocutórias e despachos) após as últimas alterações legislativas: impacto e efeitos no plano recursal*, pp. 382-383.

²⁰⁵ Art. 513 do CPC. Da sentença caberá apelação (arts. 267 e 269). Nesse sentido: AYOUB, Luiz Roberto, *A sentença parcial*, p. 95; CAMPOS, Diones Santos, *A natureza jurídica da decisão que concede a tutela antecipada de evidência e seu papel na entrega tempestiva da prestação jurisdicional*, p. 24; CASSOL, Mariana Helena, *A superação do princípio da unidade da sentença e a nova modalidade de julgamento antecipado da lide*, p. 22; MARTINS, Renato Castro Teixeira, *Apelação por instrumento*, p. 836; OLIVEIRA, Bruno Silveira de, *A 'interlocutória faz de conta' e o 'recurso ornitorrinco' (ensaio sobre a sentença parcial e sobre o recurso dela cabível)*, p. 74 e *Um novo conceito de sentença?*, passim; POZZA, Pedro Luiz, *A sentença parcial de mérito na perspectiva do formalismo-valorativo*, pp. 227-229; REDONDO, Bruno Garcia, *Sentença parcial de mérito e apelação em autos suplementares*, p. 147; SICA, Heitor Vitor Mendonça, *Algumas implicações do novo conceito de sentença no processo civil*, p. 201; SILVA FILHO, Ricardo de Oliveira, *A sentença parcial de mérito e o processo civil moderno*, p. 295; VIEIRA, Rodrigo Lessa, *O cabimento da sentença parcial de mérito após a lei 11.232/2005*, p. 29.

²⁰⁶ Dentre outros: ARAÚJO, Luciano Vianna, *Sentenças parciais?*, p. 168; ARMELIN, Donaldo, *Notas sobre sentença parcial e arbitragem*, p. 280; CORTEZ, Cláudia Helena Poggio, *O novo conceito de sentença visto pelos Tribunais*, p. 283; MITIDIERO, Daniel Francisco, *Direito fundamental ao julgamento definitivo da parcela incontroversa: uma proposta de compreensão do art. 273, § 6º, do CPC, na perspectiva do direito fundamental a um processo sem dilações indevidas (art. 5º, LXXVIII, da CF/1988)*, p. 105; OLIVEIRA, Guilherme Peres de, *Novo conceito de sentença: análise da jurisprudência acerca do recurso cabível nas situações duvidosas e aplicação do princípio da fungibilidade*, p. 297; SANT'ANNA, Paulo Afonso de Souza, *Sentença parcial*, p. 179; SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de, *Sentenças parciais no processo civil brasileiro: consequências no âmbito recursal*, p. 118; WAMBIER, Luiz Rodrigues, WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, e MEDINA, José Miguel Garcia, *Breves comentários à nova sistemática processual civil, II: Leis 11.187/2005; 11.232/2005; 11.276/2006; 11.277/2006 e 11.280/2006*, p. 37; e WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, *Os agravos no CPC brasileiro*, pp. 112-113.

²⁰⁷ Por todos, v. MARTINS, Renato Castro Teixeira, *Apelação por instrumento*, passim.

Conforme o CPC e a doutrina de forma unânime, são inúmeras as diferenças no procedimento entre a apelação e o agravo, existindo maiores oportunidades às partes no procedimento da primeira.²⁰⁸

	Agravo	Apelação
Prazo para o recurso	10 dias	15 dias
Prazo para a resposta	10 dias	15 dias
Sustentação oral	Não prevista	Possível
Revisão	Inexistente	Regra
Recurso adesivo	Não previsto	Previsto
Embargos infringentes	Não previstos (exceção feita à súmula 255 do STJ)	Possível
Efeito suspensivo	<i>Ope iudicis</i> (art. 527, III)	<i>Ex lege</i> (art. 520)
Juízo de retratação (efeito regressivo)	Regra	Exceção
Juízo de admissibilidade	Único	Duplo
Súmula impeditiva de recursos	Não prevista	Aplicável (art. 518, § 1º)
Reexame do juízo de admissibilidade	Não previsto	Previsto (art. 518, § 2º)
Recurso especial e extraordinário	Retido nos autos (art. 542, § 3º)	Não retido
Ação Rescisória	Não prevista	Prevista (art. 485, <i>caput</i>)

De acordo com o quadro delineado, nota-se como o procedimento da apelação é mais longo, complexo, permitindo às partes maior oportunidade de debater a causa e ao Poder Judiciário maior oportunidade de analisá-la, o que parece atender ao interesse público, ressalva feita ao efeito suspensivo *ex lege* da apelação, providência que além de não contribuir para a diminuição do dano marginal gerado pelo processo, desprestigia o juízo de primeiro grau.

²⁰⁸ Nesse sentido, v. MARTINS, Renato Castro Teixeira, *Apelação por instrumento*, p. 839.

Logo, nada mais lógico que, existindo decisão sobre o mérito, entender-se como natural o cabimento da apelação, deixando-se o agravo para atacar decisões interlocutórias, que, via de regra, trazem discussões mais simples, com espectro de cognição horizontal bem menor quando comparadas às sentenças

Mas o mais importante não é a prevalência da apelação ao agravo em termos de garantias processuais às partes, mas sim, que a situações idênticas sejam aplicadas as mesmas regras, conforme obriga o corolário da igualdade/isonomia, princípio basilar de um Estado Democrático de Direito.

Ora, caso se entenda que a decisão de mérito, quando prolatada ao final da fase de conhecimento, deve ser atacada por apelação, e quando prolatada no meio do procedimento, impugnada por agravo de instrumento, estar-se-á conferindo à mesma situação – resolução de um pedido – duas soluções diferentes, o que não é isonômico.²⁰⁹

Adotada tal ideia, aquele que sai derrotado de uma sentença parcial acaba por arcar com um duplo prejuízo: primeiro, perde mais rápido, segundo, não poderá se utilizar da apelação. Já aquele que só é condenado ao final da fase de conhecimento, além de ter tido a oportunidade de gozar por mais tempo de uma situação injusta, ainda terá mais prazo para elaborar seu recurso, que é dotado de efeito suspensivo *ex lege*.

Uma maior celeridade é desejada pelo sistema constitucional (art. 5º, inc. LXXXVIII, da CF, inserido pela EC 45/2004), tanto que o presente estudo apoia a possibilidade do fracionamento do julgamento do mérito. Contudo, a adoção de tal técnica não pode desrespeitar o princípio da igualdade (art. 5º, *caput* e inc. I, da CF), o que ocorrerá caso seja fechada a via da apelação ao derrotado, como vem fazendo, infelizmente, o Colendo Superior Tribunal de Justiça.²¹⁰

²⁰⁹ Também observou o ponto: MARTINS, Renato Castro Teixeira, *Apelação por instrumento*, p. 842.

²¹⁰ Por todos: "Para determinar a apelação como recurso adequado, impõe-se o critério híbrido acerca da classificação da manifestação judicial, qual seja: a) ato relativo ao disposto nos arts. 267 ou 269, ambos do CPC; e b) ultimar-se o processo" (Cf. STJ, 6ª T, REsp 1.117.144, rel. Min. Celso Limongi, j. 15.4.10, fonte: NEGRÃO, Theotônio, *et. al.*, *Código de processo civil e legislação processual em vigor*, p. 372).

Respeitável doutrina²¹¹, a fim de minimizar tal problema, defende o cabimento de agravo de instrumento, mas processado na forma da apelação, com a presença de juiz revisor, possibilidade de sustentação oral etc.²¹²

A preocupação de tal corrente é a seguinte: não se faz possível conciliar a técnica de fracionamento do julgamento de mérito com o recurso de apelação, pois ou haveria a necessidade de diversas remessas dos autos judiciais aos Tribunais – o que contraria a celeridade desejada pela técnica²¹³ – ou obrigar-se-ia a interposição de um recurso de **apelação por instrumento**, o que não está previsto no sistema.²¹⁴⁻²¹⁵

Sendo assim, por razões envolvendo o procedimento recursal, abandonar-se-ia a regra da correspondência, admitindo-se a interposição de agravo contra uma sentença. Em síntese, acreditam os defensores desta linha de pensamento que permitir a interposição de apelação em face de decisão que julga parcela do mérito leva ao tumulto processual, pois os autos sobem ao Tribunal mesmo existindo pedidos que ainda não foram definidos.

Respeitado o entendimento, não se adota tal posição. Primeiramente, há de se observar que o problema procedimental inexistiria caso se estivesse a tratar do processo eletrônico, há muito autorizado pela legislação pátria, e que vem, paulatinamente,

²¹¹ Por todos: “Se há prosseguimento do procedimento em primeiro grau, não há condições materiais de a apelação ser julgada pelo tribunal. Por tudo isso, o agravo de instrumento se mostra o adequado nessas hipóteses, uma vez que terá curso no tribunal correspondente, independentemente do trâmite procedimental em primeiro grau” (JORGE, Flávio Cheim, e RODRIGUES, Marcelo Abelha, *A sentença, a interlocutória e os recursos*, p. 711).

²¹² O que foi denominado de recurso ornitorrinco por: OLIVEIRA, Bruno Silveira de, *A interlocutória faz de conta e o recurso ornitorrinco (ensaio sobre a sentença parcial e sobre o recurso dela cabível)*.

²¹³ Cf. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, *Os agravos no CPC brasileiro*, p. 113.

²¹⁴ Cf., dentre outros, MARTINS, Fernando Dal Bó, *O agravo como recurso cabível contra decisão que, sem extinguir o procedimento ou a fase de cognição em primeiro grau, tem como conteúdo alguma das hipóteses dos arts. 267 e 269 do CPC*, p. 414, e NERY JÚNIOR, Nelson, e NERY, Rosa Maria de Andrade, *Código de processo civil comentado e legislação extravagante*, p. 430.

²¹⁵ “Acidente de veículo. Reparação de danos. Ação regressiva. Decisão que extingue o processo contra um dos litisconsortes passivos. Agravo de instrumento que ainda se apresenta como o recurso cabível. Apelação por instrumento. Recurso não criado pelo legislador federal, competente para a matéria. Recurso recebido como agravo de instrumento pelo princípio da fungibilidade” (TJ/SP, 26ª Câmara de Direito Privado, Ag 1.115.211-00/6, rel. Des. Vianna Cotrim, j. 01.10.2007, fonte: CORTEZ, Cláudia Helena Poggio, *O novo conceito de sentença visto pelos Tribunais*, pp. 285-286)

ganhando espaço no Judiciário nacional. Se existe uma central de dados acessível a todos, primeiro e segundo graus de jurisdição terão oportunidade de analisar os mesmos documentos e ao mesmo tempo, sem necessidade de cópias, formação de instrumentos etc. Enquanto se dá continuidade ao procedimento em primeiro grau, os julgadores de segunda instância acessam a apelação no sistema virtual do respectivo Tribunal e proferem seu julgamento.

Dessa forma, nota-se que complexa construção doutrinária foi criada integralmente em torno de um problema causado por papel.

Mas ainda que se esteja diante de autos físicos, e não virtuais, isso não autoriza a quebra da regra da correspondência. Seria, então, cabível a apelação por instrumento?

Embora não convença o argumento de que se trataria de recurso não previsto no ordenamento, e por isso, inadmissível (eis que se está a falar, apenas, em modalidade de interposição), entende-se, por motivo diverso, também não ser o meio adequado para a impugnação da sentença parcial.

Isso porque, como já bem observado pela doutrina, admitir a interposição de uma apelação diretamente em segundo grau, além de acabar com o importante juízo de admissibilidade da apelação em primeiro grau de jurisdição, permite que o recorrente tenha a chance de “furar a fila”, ou, em termos técnicos embora não tão agradáveis, gere uma situação de possível desrespeito à ordem cronológica dos recursos de apelação em segundo grau de jurisdição.²¹⁶

E tal fato ocorrerá, pois em vez de protocolizar sua petição junto ao Ofício (cartório) de determinada Vara e ter de aguardar a admissibilidade do juiz singular, a intimação da parte contrária para resposta, a juntada de contrarrazões (ou certificação do decurso do prazo) e eventual reexame do juízo de admissibilidade, para só então sua

²¹⁶ Nesse sentido: OLIVEIRA, Bruno Silveira de, *A ‘interlocutória faz de conta’ e o ‘recurso ornitorrinco’ (ensaio sobre a sentença parcial e sobre o recurso dela cabível)*, p. 80.

apelação ser remetida à análise de um colegiado; o recorrente irá, *ab initio*, ter acesso ao segundo grau de jurisdição, o que o beneficia não só pelo fato de os cartórios de segunda instância serem mais rápidos do que os de primeira (tomando-se como exemplo o Tribunal de Justiça de São Paulo), mas também, porque sua apelação chegará às mãos dos julgadores de segundo grau muito antes.

Acredita-se, até, que o legislador pode vir a adotar no futuro, como regra geral, o fim do juízo de admissibilidade da apelação em primeiro grau de jurisdição, eis que a decisão interlocutória a veicular tal conteúdo, além de não merecer, na praxe forense, a devida atenção dos juízes singulares, é impugnável por meio de agravo de instrumento, o que acaba por dar às partes mais uma oportunidade de recurso e, consequentemente, aumento no volume dos Tribunais.

No entanto, a realidade é outra, o procedimento da apelação, hoje, inicia-se em primeiro grau de jurisdição e deve ser aplicado a todos, da mesma forma. Logo, não só o agravo de instrumento, mas também a apelação por instrumento interposta em face de sentença parcial, quebra a isonomia, o que não se pode admitir.

E, embora menos relevante, não parece adequado permitir, em apelação, que o recorrente escolha as peças que serão submetidas ao crivo do segundo grau de jurisdição, pois, via de regra, é mais interessante a vista de todo o processo, ainda mais quando se está julgando o mérito pela segunda vez, no último juízo que pode fazer considerações acerca das provas. Observe-se que, diferentemente do art. 527, V, que traz expressamente a possibilidade de juntada de documentos por parte do agravado em sua resposta, o art. 518, ao tratar da mesma situação em sede de apelação, nada diz a respeito (o que é óbvio, pois o sistema parte do pressuposto que todos os documentos já estarão nos autos físicos em que serão encartadas apelação e contrarrazões).

Sendo assim, a adoção da apelação por instrumento gera mais um inconveniente, a insegurança jurídica decorrente da necessidade de flexibilização do texto legal.

Destarte, o recurso cabível diante da utilização da técnica de fracionamento do julgamento de mérito é a **apelação**, a ser apresentada perante o juízo de primeiro grau, que irá realizar as providências do art. 518 do Código de Processo Civil, e determinar a extração de cópias integrais dos autos, com a formação de autos suplementares²¹⁷ que serão remetidos ao segundo grau de jurisdição, sem prejuízo da continuidade do procedimento para definição dos pedidos restantes, posição que tem se feito presente na doutrina em textos mais recentes, sendo o que já ocorre no processo penal, no recurso em sentido estrito contra a decisão de pronúncia, quando nem todos os acusados se insurgem contra o encaminhamento de seu processo ao Tribunal do Júri (art. 583 do Código de Processo Penal).²¹⁸

E não se diga ser que tal interpretação, por não abandonar o texto legal (art. 513, cabimento do recurso de apelação), seja a mais pobre.²¹⁹

A escolha de posição ora tomada é, de fato, a que segue o texto literal do Código de Processo Civil. Mas não só. Trata-se também da corrente que: menos entra em confronto com o **sistema** processual²²⁰ (postura desejável em termos de segurança jurídica), evita ao máximo o surgimento de situações anti-isonômicas (e como tais, inconstitucionais), e respeita a **história** dos institutos, pois tanto a sentença, como a apelação, são instrumentos vocacionados para a análise de mérito, o que não ocorre com a decisão interlocutória, tampouco com o agravo.

Sendo assim, a discussão não parece ser de interpretação “rica ou pobre”, mas sim, da que melhor se adapta ao ordenamento vigente.

²¹⁷ Nesse sentido: OLIVEIRA, Bruno Silveira de, *A interlocutória faz de conta e o recurso ornitorrinco (ensaio sobre a sentença parcial e sobre o recurso dela cabível)*, passim; REDONDO, Bruno Garcia, *Sentença parcial de mérito e apelação em autos suplementares*, p. 147; e SILVA FILHO, Ricardo de Oliveira, *A sentença parcial de mérito e o processo civil moderno*, p. 296.

²¹⁸ A semelhança foi muito bem observada por VARGAS, Jorge de Oliveira, *O novo conceito de sentença e o recurso daquela que não extingue o processo: apelação ou agravo de instrumento*, p. 114.

²¹⁹ Cf. MARTINS, Renato Castro Teixeira, *Apelação por instrumento*, p. 842.

²²⁰ Embora a corrente contrária (que sustenta o cabimento do agravo de instrumento) arrogue-se o título de “defensora da interpretação sistemática”, não parece ser o caso. O ponto foi bem percebido e explorado por OLIVEIRA, Bruno Silveira de, *A interlocutória faz de conta e o recurso ornitorrinco (ensaio sobre a sentença parcial e sobre o recurso dela cabível)*.

A mesma solução, por sinal, é adotada em outros países em que a lei trata o tema de forma mais extensa, a exemplo de Portugal, onde até a forma de instrução dos autos em que a apelação será remetida ao Tribunal é bem delineada.²²¹

Por óbvio, como decorrência lógica da dúvida instaurada na doutrina acerca do recurso cabível (dúvida objetiva), de rigor a aplicação do princípio da **fungibilidade** recursal,²²²⁻²²³ mesmo que este não tenha sido expressamente previsto no Código de Processo civil vigente.²²⁴

²²¹ **CPC português. Art. 691.** De que decisões pode apelar-se: 1 - Da decisão do tribunal de 1.^a instância que ponha termo ao processo cabe recurso de apelação. 2 - Cabe ainda recurso de apelação das seguintes decisões do tribunal de 1.^a instância: h) Despacho saneador que, sem pôr termo ao processo, decida do mérito da causa; **Art. 691-A.** Modo de subida. 1 - Sobem nos próprios autos as apelações interpostas: a) Das decisões que ponham termo ao processo; b) Das decisões que suspendam a instância; c) Das decisões que indefiram o incidente processado por apenso; d) Das decisões que indefiram liminarmente ou não ordenem a providência cautelar. 2 - Sobem em separado as apelações não compreendidas no número anterior. 3 - Formam um único processo as apelações que subam conjuntamente, em separado dos autos principais. **Art. 691-B.** Instrução do recurso com subida em separado 1 - Na apelação com subida em separado, as partes indicam, após as conclusões das alegações, as peças do processo de que pretendem certidão para instruir o recurso. 2 - No caso previsto no número anterior, os mandatários procedem ao exame do processo através de página informática de acesso público do Ministério da Justiça, nos termos definidos na portaria prevista no n.º 1 do artigo 138.º-A, devendo a secretaria facultar, durante o prazo de cinco dias, as peças processuais, documentos e demais elementos que não estiverem disponíveis na referida página informática. 3 - As peças do processo disponibilizadas por via electrónica valem como certidão para efeitos de instrução do recurso.

²²² A favor: ARAÚJO, Luciano Vianna, *Sentenças parciais?*, p. 167; CAMPOS, Diones Santos, *A natureza jurídica da decisão que concede a tutela antecipada de evidência e seu papel na entrega tempestiva da prestação jurisdicional*, p. 25; NEGRÃO, Theotônio, et. al., *Código de processo civil e legislação processual em vigor*, pp. 372 e 382; NERY JÚNIOR, Nelson, e NERY, Rosa Maria de Andrade, *Código de processo civil comentado e legislação extravagante*, p. 431; NEVES, Daniel Amorim Assumpção et. al., *Reforma do CPC: leis 11.187/2005, 11.276/2006, 11.277/2006 e 11.280/2006*, p. 85; OLIVEIRA, Bruno Silveira de, *A 'interlocutória faz de conta' e o 'recurso ornitorrinco' (ensaio sobre a sentença parcial e sobre o recurso dela cabível)*, p. 80 e *Um novo conceito de sentença?*, p. 20; OLIVEIRA, Guilherme Peres de, *Novo conceito de sentença: análise da jurisprudência acerca do recurso cabível nas situações duvidosas e aplicação do princípio da fungibilidade*, passim; REDONDO, Bruno Garcia, *Sentença parcial de mérito e apelação em autos suplementares*, p. 147; RIBEIRO, Leonardo Feres, *A definição dos pronunciamentos judiciais (sentença, decisões interlocutórias e despachos) após as últimas alterações legislativas: impacto e efeitos no plano recursal*, pp. 383-384; SICA, Heitor Vitor Mendonça, *Algumas implicações do novo conceito de sentença no processo civil*, p. 197; SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de, *Sentenças parciais no processo civil brasileiro: conseqüências no âmbito recursal*, pp. 209-210; e VARGAS, Jorge de Oliveira, *O novo conceito de sentença e o recurso daquela que não extingue o processo: apelação ou agravo de instrumento?*, p. 115.

²²³ Contra: MARTINS, Fernando Dal Bó, *O agravo como recurso cabível contra decisão que, sem extinguir o procedimento ou a fase de cognição em primeiro grau, tem como conteúdo alguma das hipóteses dos arts. 267 e 269 do CPC*, p. 446.

²²⁴ Diferentemente de seu antecessor: **CPC39. Art. 810.** Salvo a hipótese de má-fé ou erro grosseiro, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro, devendo os autos ser enviados à Câmara, ou turma, a que competir o julgamento.

Para tal, não se pode exigir que a parte tenha utilizado o prazo do agravo para veicular seu descontentamento. Mesmo que o julgador entenda ser cabível o recurso de agravo de instrumento contra a prolação de sentença parcial, deverá verificar a tempestividade da apelação de acordo com o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de a fungibilidade recursal transformar-se em mera retórica. Em termos procedimentais, não há dificuldades, o juiz responsável pela causa deverá, dará prosseguimento ao feito, determinando a remessa dos autos suplementares ao segundo grau de jurisdição.

A situação contrária, embora um pouco mais complexa, também não gera maiores problemas. Interposto agravo de instrumento, quando seria o caso de apelação (posição adotada no presente estudo), o Relator designado para o recurso deverá determinar a imediata remessa dos autos ao juiz prolator da decisão atacada, a fim de que realize as providências previstas no art. 518 do CPC. Quando terminarem, os autos retornarão ao segundo grau de jurisdição. Dessa forma, não há quebra na ordem cronológica no julgamento de recursos, tampouco desrespeito ao princípio constitucional da isonomia.

Atente-se, no entanto, para o fato de que, em manifestações referentes a processos em fase de execução, o Superior Tribunal de Justiça²²⁵ tem adotado o cabimento do agravo de instrumento, sem aplicar o princípio da fungibilidade recursal, postura com a qual não se concorda, e que, infelizmente, vem sendo repetida pelos Tribunais inferiores²²⁶, mesmo ante as divergências longamente relatadas anteriormente.

²²⁵ Por todos: “PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO PARCIAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. DECISÃO DE NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. O acórdão recorrido consignou que a decisão agravada se deteve tão-somente na análise acerca do cabimento do recurso interposto e, por esta razão, as demais alegações não seriam analisadas. Entendeu, ainda, que o recurso de apelação não é adequado para impugnar decisão de natureza interlocutória - que reconheceu a prescrição de alguns títulos fiscais e determinou o prosseguimento da execução com relação aos outros... 4. A natureza da decisão que reconhece a prescrição de parte da dívida executada, sem por fim ao processo, é interlocutória. Assim, o recurso que a desafia não é o de apelação, mas de agravo de instrumento. Não se aplica no caso o princípio da fungibilidade recursal” (STJ, 2ª Turma, REsp 1186022, rel. Min. Castro Meira, j. 20.04.2010. No mesmo sentido: STJ, 5ª Turma, REsp 829.992/DF, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJ 07/02/2008).

²²⁶ Dentre outros: TJ/SP, 11ª Câmara de Direito Público, Ap. 710.347.5/3-00, rel. Des. Pires de Araújo, j. 12.05.2008; TJ/MG, 12ª Câmara Cível, Ag 1.0145.06.341478-6, rel. Des. Domingos Coelho, j. 26.09.2007, TJ/RS, 9ª Câmara Cível, Ap 70017868118, rel. Des. Marilene Bonzanini Bernardi, j. 06.06.2007 (fonte: CORTEZ, Cláudia Helena Poggio, *O novo conceito de sentença visto pelos Tribunais*, p. 287); TJ/PR, 10ª Câmara Cível, Ap 0440205-5, rel. Juiz Vitor Roberto Silva, j. 27.03.2008 (fonte: OLIVEIRA, Guilherme

5.3. Art. 267 do CPC

Em termos acadêmicos, poder-se-ia sustentar o encerramento da discussão acerca da natureza da decisão e do recurso cabível, pois em se tratando de uma dissertação de mestrado com o título “julgamentos parciais de mérito no processo civil individual brasileiro”, indubitável ter chegado este estudo à resposta de que a técnica de resolução fracionada de mérito se dá por sentença parcial, a ser impugnada pelo recurso de apelação.

No entanto, não parece correto, na presente dissertação de mestrado, deixar sem resposta a seguinte hipótese: qual é a natureza jurídica da decisão que reconhece situação prevista no art. 267 do CPC, mas não extingue o processo? E, ainda, qual é o recurso cabível contra tal pronunciamento judicial?

O quadro diferencia-se do julgamento parcial de mérito em aspectos relevantes.

Primeiramente, a resolução de determinada questão processual no curso da lide é **historicamente** veiculada em decisão interlocutória, sendo inegável a correção da assertiva de que o conteúdo presente nos incisos do art. 267 do CPC refere-se, em sua maioria, a questões eminentemente processuais (exceção feita às condições da ação e à confusão entre autor e réu). Partindo-se de tal premissa, adotada pelo Código vigente, tem-se, por exemplo, que a exclusão de determinada pessoa da lide não se constitui em análise meritória, mas sim em questão processual, a ser definida por meio de decisão interlocutória, caso o procedimento possa seguir seu curso envolvendo os remanescentes nos pólos ativo e passivo.

Peres de, *Novo conceito de sentença: análise da jurisprudência acerca do recurso cabível nas situações duvidosas e aplicação do princípio da fungibilidade*, p. 306).

Não se desconhece o fato de que nesta Comarca (São Paulo), muitos magistrados de primeiro grau consideram (mesmo antes da Lei 11.232/2005) que a exclusão de determinada pessoa da demanda constitui-se em sentença de “extinção do processo em relação à parte excluída”.

No entanto, e respeitado entendimento contrário, acredita-se que tal postura seja motivada pelo desejo de proferir um número maior de sentenças (o que estatisticamente pode ser interessante perante o Conselho Nacional de Justiça), e não, por uma análise técnica e criteriosa acerca da natureza do pronunciamento judicial que declara a ilegitimidade de parcela de um dos polos da demanda.

Outro exemplo cabível é a litispendência parcial, fenômeno a partir do qual se pode reconhecer que em relação à parcela da demanda já existe outro processo, levando à inviabilidade do prosseguimento do segundo no aspecto repetido. Também é fácil de imaginar que, em determinada petição inicial, o juiz pode se deparar com a situação de que entre inúmeros pedidos feitos pelo autor, um já estaria sendo tratado em processo anterior e, dessa forma, a demanda não poderia prosseguir com a análise de todos os pleitos originariamente formulados pelo autor.

Em segundo lugar, aqui, não se sustenta o argumento de não se estar diante de uma **questão incidente**. Conforme visto, não se acredita que os pedidos do autor possam ser tratados como ‘questão incidente’, a fim de adaptar a resolução fracionada do mérito ao conceito de decisão interlocutória, presente no art. 162, § 2º, do CPC. No entanto, não é esse o caso das situações do art. 267 do CPC.

Uma alegação de convenção de arbitragem feita em sede de contestação possui natureza de questão incidente e pode levar a uma decisão que entenda ser necessário excluir da apreciação do Judiciário parcela da demanda (ex: A litiga contra B e C, mas apenas em relação ao primeiro possuía em seu contrato uma cláusula arbitral).

Terceiro, o **Código de Processo Civil**, mesmo após sua modificação pela Lei 11.232/2005, manteve, no *caput* de seu art. 267, a expressão “extingue-se o

processo”, diferentemente do *caput* do art. 269, que após a reforma legal, passou de “Extingue-se o processo com julgamento de mérito” para “Haverá resolução de mérito”.²²⁷⁻
228

Com base nas três considerações supra, e ainda, lembrando-se a observação feita anteriormente de que sentenças e apelações são vocacionadas para a análise do mérito, concluir-se-ia pela natureza interlocutória da decisão que reconhece a presença de um dos conteúdos do art. 267 do CPC.

Por outro lado, também existem argumentos sólidos na defesa de que tal pronunciamento judicial consistiria em sentença, e não, decisão interlocutória.

Primeiro, partindo-se do pressuposto que o CPC abandonou a concepção topológica e passou a definir sentença por seu **conteúdo** (art. 162, § 1º), uma decisão que reconhece a ilegitimidade de um dos réus da demanda, inegavelmente, veicula conteúdo dos incisos do art. 267 do CPC (ainda que não se adeque perfeitamente ao *caput* do mesmo dispositivo legal, pois o processo não será extinto). Sendo assim, há sentença.

Em segundo lugar, o atual *caput* do art. 267 merece as mesmas críticas que recebia o antigo conceito de sentença, já que, efetivamente, mesmo se proferida, ao final da fase de conhecimento em primeiro grau de jurisdição, decisão que reflita uma das situações do art. 267 do CPC, **não extinguirá o processo** na maioria absoluta dos casos, pois ainda que contra tal decisão não venha a ser interposto recurso, o procedimento

²²⁷ Lembre-se, contudo, como bem observado por BARBOSA MOREIRA, que o art. 329 continua assim redigido: “Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nos arts. 267 e 269, II a V, o juiz declarará extinto o processo”, sendo imperiosa a necessidade de ajuste legislativo, pois o dispositivo é contrário aos objetivos reformistas de sincretismo processual (Cf. *A nova definição de sentença*, p. 5).

²²⁸ Tomando como fundamento o *caput* do art. 267 para concluir que em se tratando “das situações do art. 267, para que seja sentença, continua havendo a necessidade de extinção do processo sem julgamento do mérito”, v. RIBEIRO, Leonardo Feres, *A definição dos pronunciamentos judiciais (sentença, decisões interlocutórias e despachos) após as últimas alterações legislativas: impacto e efeitos no plano recursal*, p. 379, n. 14. No mesmo sentido: COSTA MACHADO, Antonio Cláudio da, *Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo: leis processuais civis extravagantes anotadas*, p. 541; e NEVES, Daniel Amorim Assumpção et. al., *Reforma do CPC: leis 11.187/2005, 11.276/2006, 11.277/2006 e 11.280/2006*, p. 86.

continuará com vistas à execução das verbas de sucumbência.²²⁹ Logo, a definição não atende aos anseios do **sincretismo processual**, desejado pelo legislador reformador, quando da promulgação da Lei 11.232/2005.

Terceiro, encarar como interlocutória a decisão que veicula afirmativamente conteúdo do art. 267 do CPC também leva à situação fática contrária ao princípio constitucional da **isonomia**. Imagine-se demanda em que existam dois autores (A e B), litigando contra um único réu (C). No momento de sanear o feito, o magistrado responsável pela causa entende pela falta de uma das condições da ação para A, considerando-o “carecedor da ação”. Sendo assim, caso se entenda tratar-se de decisão interlocutória, “A” terá dez dias para se utilizar do agravo de instrumento e seu procedimento. No entanto, caso no mesmo processo, posteriormente, o magistrado conclua que B é parte ilegítima, não haverá mais o que se conhecer, logo, ter-se-á sentença, e a concessão de quinze dias de prazo para que B se socorra ao procedimento de apelação.²³⁰

Existem, portanto, no mínimo três argumentos razoáveis para cada uma das correntes.

Entende-se que, do ponto de vista legal, existe um **conflito** entre o conceito de sentença, presente no art. 162, § 1º, do CPC, e o *caput* do art. 267 do mesmo diploma legal, pois enquanto o primeiro acaba com a definição dos pronunciamentos judiciais com base em seus efeitos, o segundo, mesmo alterado pela reforma de 2005, mantém a concepção presente na redação originária do CPC de 1973, de que a decisão judicial é definida em razão do local em que se situa no procedimento.

Via de regra, na existência de um conflito entre dois textos legais, a doutrina, desde SAVIGNY, indica os critérios da hierarquia, especialidade e cronologia

²²⁹ Como bem observa Bruno Silveira de Oliveira, caso esse raciocínio seja levado às últimas consequências, sentença seria, apenas, a decisão que reconhece o fim da execução, cf. *A interlocutória faz de conta e o recurso ornitorrinco (ensaio sobre a sentença parcial e sobre o recurso dela cabível)*, passim. Também percebeu o ponto: MARTINS, Fernando Dal Bó, *O agravo como recurso cabível contra decisão que, sem extinguir o procedimento ou a fase de cognição em primeiro grau, tem como conteúdo alguma das hipóteses dos arts. 267 e 269 do CPC*, p. 446.

²³⁰ Da mesma forma, concedendo exemplo semelhante: VARGAS, Jorge de Oliveira, *O novo conceito de sentença e o recurso daquela que não extingue o processo: apelação ou agravo de instrumento*, p. 114.

para sua resolução. No entanto, no caso ora em estudo, tanto o art. 162, § 1º, quanto o art. 267, foram alterados pela mesma Lei e estão presentes no mesmo Código, sem que se possa apontar alguma especialidade entre os dois textos.

Outra possibilidade, seria a utilização dos métodos clássicos de interpretação – que não o literal – na tentativa de extrair do Código de Processo Civil uma solução harmônica em face do choque entre os dois artigos supramencionados. No entanto, também não se chegaria a uma resposta sem críticas.

Como se disse, **historicamente**, questões processuais resolvidas no curso do processo são externadas em decisões interlocutórias. Além disso, conforme já relatado no item 4.2, supra, a Lei 11.232/2005 não teve como uma de suas **finalidades** a implantação de sentenças parciais no ordenamento. Por outro lado, em termos de **sistema**, não é interessante interpretar o art. 162, § 1º, como válido apenas para as situações de mérito. E, tratar situações iguais de forma diferente, o que ocorrerá caso se entenda ora considerar o conteúdo do art. 267 sentença, ora decisão interlocutória, não atende à **lógica**.

Sendo assim, resta ao operador do Direito buscar outras formas de resolução de conflitos, dando prioridade a uma interpretação que melhor consagre os princípios e valores presentes na Constituição Federal, pautada nos conceitos de proporcionalidade e razoabilidade. E em tais termos, acredita-se que os princípios da segurança jurídica e da isonomia devem prevalecer sobre a história dos institutos e o conceito legal de decisão interlocutória.

Isto porque, entender que as situações do art. 269 configuram sentença, mesmo no curso da fase de conhecimento, e defender contrariamente caso se esteja diante de um dos incisos do art. 267, significa dar aplicação pela metade a um mesmo artigo (162, § 1º), o que não parece razoável, e gera, indubitavelmente, insegurança jurídica ao jurisdicionado (em especial, na hora de impugnar a decisão à instância superior).

E, não bastasse, conforme já explicado, consagrar-se-ia o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia.

Dessa forma, e também como forma de evitar a incoerência por parte do autor do presente estudo, adota-se a linha de que as situações previstas no art. 267, quando resolvidas no curso da demanda, são veiculadas em **sentenças parciais**²³¹, impugnáveis por meio do recurso de **apelação**.

Ressalte-se: o raciocínio vale apenas para quando a questão processual presente no art. 267 for acolhida. Caso rejeitada, continua o entendimento existente antes das reformas de 2005 e 2006: o tema é tratado por decisão interlocutória²³², até porque a rejeição da alegação faz com que não haja configuração do conceito de sentença, presente no novo art. 162, § 1º, do CPC. Não haverá situação do art. 267 do CPC, se o juiz afastar a questão processual.

A esse raciocínio poderia se fazer a seguinte crítica: a isonomia não é alcançada, pois o autor, se acolhida a tese defensiva de extinção do processo sem resolução de mérito, terá 15 dias para apresentar apelação, mas o réu, se tiver sua alegação rejeitada, terá apenas dez, tendo de se socorrer ao agravo.

A crítica é válida, mas além do entendimento anteriormente apresentado respeitar a letra da lei, é fato que o escopo da existência do próprio processo judicial é chegar à decisão de mérito, única apta para por fim ao conflito. E o réu, quando insiste na tese de extinção sem análise de mérito, ainda que com razão e em regular exercício de seu direito, acaba por ir contrariamente à própria finalidade do processo. Sendo assim, opta-se por manter hígido o conceito legal, ainda que isso importe em um desfavorecimento àquele que defende a ausência de análise de mérito no processo judicial.

²³¹ Nesse sentido, dentre outros: “a sentença que exclui do processo um dos litisconsortes, em processo subjetivamente cumulativo, reconhecendo, *prima facie* quanto a ele ausência de pressupostos e condições de admissibilidade e deixando o exame da situação dos demais litisconsortes para oportunidade ulterior, também pode ser qualificada como parcial” (ARMELIN, Donaldo, *Notas sobre sentença parcial e arbitragem*, p. 278). No mesmo sentido: SICA, Heitor Vitor Mendonça, *Algumas implicações do novo conceito de sentença no processo civil*, p. 197.

²³² “a pretensão à extinção do processo é julgada por sentença, quando acolhida, e por decisão interlocutória, quando rejeitada” (Cf. DINAMARCO, *O conceito de mérito no processo civil*, p. 332, n. 53).

Aliás, o problema existe, também, em determinadas alegações de mérito. Se o magistrado responsável pela causa, antes da sentença final, decide por afastar o argumento defensivo acerca da prescrição ou decadência, tratará sobre uma questão de mérito, mas não sobre a pretensão em si (eis que nada falará sobre procedência ou improcedência do pedido).²³³ Logo, caso o réu queira externar seu descontentamento no processo, terá de utilizar o recurso de agravo contra tal pronunciamento, que não ‘implicou’ qualquer situação do art. 267 ou 269 do CPC.

Contudo, se o argumento da prescrição for acolhido, ter-se-á sentença de improcedência, conforme previsão expressa do art. 269, IV, do CPC. O autor, então, terá como meio de impugnação o ‘mais favorável’ recurso de apelação, situação anti-isonômica, com a qual o sistema há muito convive, sem que esta singela dissertação tenha chegado a uma solução para esse vetusto problema.

Por fim, pontue-se que, mesmo adotado o entendimento de que a configuração de situação do art. 267 do CPC leva à sentença parcial, não se está a defender, por exemplo, a ocorrência de ‘extinção do processo em relação a uma das partes’,²³⁴ até porque a sentença, no posicionamento adotado no presente estudo, não possui mais em sua definição o caráter extintivo do procedimento, sendo definida apenas por seu conteúdo (conceito legal, art. 162, § 1º, do CPC).

Pois bem. Por consequência de todo o exposto, e de forma ainda mais patente (eis que a construção teórica ora delineada é mais complexa do que a anterior e, embora adotada por parcela respeitável da doutrina, não tem prevalecido), merece

²³³ Embora tal ocorrência possa ser verificável na prática, Heitor Sica pondera contrariamente a tal postura judicial: “A autorização dada ao juiz para proferir sentenças parciais de mérito não inclui, segundo entendemos, o proferimento de decisões que resolvam apenas questões de mérito, sem aplicação de alguma das hipóteses do artigo 269. Ou seja, o juiz pode pronunciar a decadência com relação a pedido cumulado ou quanto a reconvenção (implicando a ‘situação’ do artigo 269, V, do CPC e, portanto, enquadrando-se como sentença parcial de mérito), mas não pode rejeitar essas mesmas matérias a não ser no mesmo momento de julgar o mérito do pedido cumulado (afinal a rejeição da decadência ou prescrição é questão de mérito, mas não configura nenhuma das hipóteses do artigo 269 do CPC)” (Cf. *Algumas implicações do novo conceito de sentença no processo civil, de acordo com a Lei n. 11.232/2005*, p. 195).

²³⁴ Como bem aponta DINAMARCO, “o processo é sempre um só” (Cf. *Capítulos de sentença*, pp. 82-83). Da mesma forma, José Roberto dos Santos Bedaque, em suas aulas na graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

aplicação o princípio da **fungibilidade recursal**, nos exatos termos já delineados no item “5.2.”, supra, da presente dissertação.

No entanto, e infelizmente, o Superior Tribunal de Justiça, em diversas Turmas, tem-se recusado a aceitar o recurso de apelação contra as sentenças parciais do art. 267. Mencionado Tribunal considera tal prática um erro grosseiro, inadmitindo a aplicação do princípio da fungibilidade recursal, com base em precedentes, inclusive, anteriores à Lei 11.232/2005, o que demonstra falta de atenção para com os reflexos das recentes reformas legislativas no sistema recursal.²³⁵

Dessa forma, ainda que teoricamente se defenda o cabimento do recurso de apelação, faz-se necessário o alerta de não ser essa a postura que se deve adotar na praxe forense, restando ao autor deste estudo, apenas, esperar que o Superior Tribunal de Justiça altere sua posição no futuro para, ao menos, aplicar o princípio da fungibilidade recursal, eis que após a promulgação da Lei 11.232/2005, por conta dos argumentos expostos, não se pode considerar a tese ora defendida como erro grosseiro, já existindo dúvida objetiva.

5.4. Coisa julgada parcial e efeito devolutivo dos recursos

Embora o estudo da coisa julgada não seja um dos escopos da presente dissertação, há de se perquirir se o sistema nacional permite a formação do trânsito em julgado progressivamente no processo civil, o que enseja o reconhecimento de mais de uma decisão acobertada pela qualidade da coisa julgada no curso de um mesmo procedimento.

²³⁵ Por todos: “AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS. EXCLUSÃO DE RÉUS DO POLO PASSIVO DA LIDE SEM EXTINÇÃO DO PROCESSO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO CABÍVEL. 1. O julgado que exclui litisconsorte do polo passivo da lide sem extinguir o processo é decisão interlocutória, recorrível por meio de agravo de instrumento, e não de apelação, cuja interposição, nesse caso, é considerada erro grosseiro. 2. Agravo regimental desprovido” (STJ, **4ª Turma**, AgRg no Ag 1329466, rel. Min. João Otávio de Noronha, j. 10.05.2011). No mesmo sentido: STJ, **3ª Turma**, AgRg nos EDcl no Ag 1303939 rel. Min. Sidnei Beneti, j. 09.08.2011, e STJ, **2ª Turma**, AgRg no AREsp 158.184, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 12.06.2012.

Isto porque, em caso positivo, a sentença parcial poderia transitar em julgado em momento anterior ao da sentença final (a que encerra a fase de conhecimento), o que é relevante para o presente estudo, inserindo-se dentro do tema consequências da adoção da técnica dos julgamentos parciais.

Da mesma forma, estudar tal fenômeno é necessário para que se possa avaliar se a sentença final pode gerar reflexos na sentença parcial contra a qual não mais caiba recurso. Por exemplo, se na segunda sentença for reconhecida a ausência de uma condição da ação, a sentença parcial, já transitada em julgado, será afetada?

A discussão, via de regra, faz-se relacionada ao estudo do **efeito devolutivo dos recursos**, presente no sistema por meio do art. 515 do CPC, *in verbis*: “A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada”.

Diferentemente da postura adotada em quase toda a dissertação (explicada no item 1.4 da presente), o tema efeito devolutivo precisa ser bastante explorado no presente momento, a fim de que restem claras as premissas adotadas para responder aos questionamentos envolvendo a coisa julgada e as sentenças parciais.²³⁶

Consigne-se, por fim, que embora se inicie uma discussão de natureza conceitual, esta não poderia ter sido feita no capítulo II da presente dissertação, pois o efeito devolutivo não está intimamente ligado à compreensão da técnica dos julgamentos parciais de mérito, mas apenas às consequências de sua utilização.

5.4.1. Conceito de efeito devolutivo

(I) BARBOSA MOREIRA²³⁷ justifica a possibilidade de se recorrer de uma decisão em razão do fato de a segunda reflexão acerca de um problema possibilitar

²³⁶ O desenvolvimento do tema, como já dito, foi sugestão expressa do i. Prof. Dr. Marcelo José Magalhães Bonício, na Banca de qualificação do presente trabalho, que o considerou o mais interessante de toda a presente dissertação de mestrado. Por isso, o destaque ora dado.

²³⁷ Cf. *Comentários ao código de processo civil*, v. V, pp. 237-238.

uma conclusão mais exata²³⁸, embora o próprio autor admita que o fenômeno tem, em verdade, um grande cunho sociológico: conceder ao cidadão uma forma de se insurgir contra aquilo que não lhe é favorável. A partir de tal constatação, várias perguntas poderiam ser formuladas: como se dá essa segunda reflexão? O que ela abrange? Quais são seus principais aspectos? Ela é limitada? De que forma? Seria possível, no entanto, resumir todas essas perguntas em apenas uma: **o que é o efeito devolutivo?**

O mesmo autor²³⁹ responde com a seguinte definição: “chama-se devolutivo o efeito do recurso consistente em transferir ao órgão *ad quem* o conhecimento da matéria julgada em grau inferior de jurisdição”. A doutrina, em geral, pouco foge dessa simples ideia para defini-lo.²⁴⁰

Em síntese, é o instituto processual responsável pela demarcação dos limites a que está submetido o Juízo *ad quem* quando da apreciação de um recurso. É o efeito devolutivo que determina se certo aspecto da demanda, discutido em primeiro grau de jurisdição, será também analisado pelo Tribunal quando da apreciação de um apelo.

O conceito, enxuto, permite uma fácil compreensão pelo operador do direito, mas também torna necessário que se proceda a certo aprofundamento.

²³⁸ “Ninguém é perfeito: o erro é próprio da humanidade. E com o erro deve-se ter em conta a possibilidade da corrupção. Esta convicção geral sobre a falibilidade dos julgamentos humanos foi a força criadora dos recursos” (Cf. REZENDE FILHO, Gabriel José Rodrigues de, *Curso de direito processual civil*, v. III, p. 86).

²³⁹ Cf. BARBOSA MOREIRA, *Comentários ao código de processo civil*, v. V, p. 259.

²⁴⁰ Dentre muitos outros: “efeito devolutivo – com o que se quer exprimir a passagem da causa decidida pelo juiz inferior à plena cognição do juiz superior” (CHIOVENDA, Giuseppe, *Instituições de direito processual civil*, v. III, p. 247); “... este art. 515 disciplina o efeito devolutivo da apelação, isto é, o efeito do recurso de transferir competência para o órgão jurisdicional de segunda instância” (COSTA MACHADO, Antonio Cláudio da, *Código de processo civil interpretado*, p. 716); “nota-se a existência de uma idéia central de devolutividade, esta entendida como traslado, reiteração do Judiciário da questão julgado pelo órgão a quo, para revisão pelo órgão ad quem, nos exatos termos do que constar das razões recursais (MELLO, Rogério Licastro Torres de, *Atuação de ofício em grau recursal*, p. 199); “pelo efeito devolutivo, o Tribunal toma pleno conhecimento da causa julgada na instância inferior. É o efeito característico e essencial da apelação, que realiza o duplo grau de jurisdição (REZENDE FILHO, Gabriel José Rodrigues de, *Curso de direito processual civil*, v. III, p. 110). Na doutrina italiana, a linha de pensamento é a mesma: “L’appello, uma volta proposto, produce l’effetto devolutivo, cioè il “passaggio” dell’oggetto e del materiale di causa già esaminati dal giudice di primo grado al giudice d’appello. (ARIETA, Giovanni, DE SANTIS, Francesco, e MONTESANO, Luigi, *Corso base di diritto processuale civile*, p. 486).

(II) Interessante observar que a nomenclatura *devolutivo* tem origem remota. A doutrina pátria²⁴¹ que trata sobre o assunto parece concordar com a ideia segundo a qual na época dos imperadores romanos e da concentração típica do absolutismo, de todo o Poder nas mãos de um único soberano, o poder de julgar uma demanda era inicialmente delegado por seu titular (o governante) a outro cidadão (um pretor, e. g.). Quando da interposição de um recurso, tal poder era *devolvido* ao imperador, por isso falar-se em efeito devolutivo. No entanto, cabe ressaltar que, ainda na época dos imperadores romanos, o soberano, em face do acúmulo de recursos recebidos, passou a delegar também a função de sua análise a outras autoridades, como prefeitos das cidades²⁴², ou outros órgãos, como o Senado.²⁴³

Em razão da origem do nome do instituto, seria possível criticar a manutenção da expressão efeito devolutivo para o efeito recursal ora analisado, que transfere ao Juízo *ad quem* o conhecimento da matéria inicialmente feito pelo Juízo *a quo*. Isto porque, na concepção atual de Estado Democrático de Direito, considera-se que todo o poder emana do povo (art. 1º, p. ún., da Constituição Federal), logo, não haveria devolução do ‘poder originário’ de julgar demandas quando se interpõe um recurso de apelação. Também não se considera que cada Tribunal delegue aos juízes inferiores o poder de julgar, resgatando-o quando da interposição do recurso, pois o que há, na verdade, são diferentes competências atribuídas aos diversos órgãos do Poder Judiciário.²⁴⁴

Ressalte-se, no entanto, que para a compreensão do tema e em razão dos limites do presente estudo, parece mais razoável continuar a se tratar o fenômeno como

²⁴¹ Dentre outros: AZEVEDO, Luiz Carlos de, e COSTA, Moacyr Lobo da, *Estudos de história do processo: recursos*, p. 35; COSTA MACHADO, Antonio Cláudio da, *Código de processo civil interpretado*, p. 717; e BUENO, Cássio Scarpinella, *Curso sistematizado de direito processual civil*, v. V, p. 108.

²⁴² “no tempo porém dos imperadores cresceu a faculdade de apellar, e Augusto delegou o conhecimento das apelações ao prefeito da cidade” (Cf. PINTO, Anotnio Joaquim de Gouvêa, *Manual de apelações e agravos*, p. 13)

²⁴³ Cf. AZEVEDO, Luiz Carlos de, e COSTA, Moacyr Lobo da, *Estudos de história do processo: recursos*, p. 35. Há de se ressaltar que os mesmos autores apontam que D. Diniz, rei de Portugal na época de apogeu do feudalismo na Europa, exigia que as apelações fossem dirigidas ao rei, pois a jurisdição era da Coroa e não dos nobres (p. 78). Tal medida parecia ser indubitável tentativa do monarca de fortalecer o governo central em face do grande poder dos nobres feudais, à época.

²⁴⁴ Ricardo de Carvalho Aprigliano afirma que a expressão efeito devolutivo é imprópria do ponto de vista técnico, baseando-se nas lições de Alcides de Mendonça Lima para defender a expressão efeito de transferência (Cf. *A apelação e seus efeitos*, p. 91)

efeito devolutivo, embora a reflexão acerca da pertinência do nome de vários institutos, mesmo após séculos em que tal expressão perde sua principal razão de ser, é interessante para uma melhor compreensão do Direito.

Pois bem. O conceito de efeito devolutivo só pode ser bem compreendido se enxergadas as duas principais **dimensões do instituto**, em outras palavras, dois diferentes ângulos com características próprias que preenchem seu conteúdo, o da horizontalidade (ou extensão) e o da verticalidade (ou profundidade).²⁴⁵

(III) A ideia de extensão é simples e está no *caput* do artigo 515 do CPC: “a apelação devolverá ao Tribunal o conhecimento da matéria impugnada”. Para BARBOSA MOREIRA²⁴⁶, delimitar a extensão do efeito devolutivo é precisar o que se submete, por força do recurso, ao julgamento do órgão *ad quem*; em outras palavras do mesmo autor, “a extensão do efeito devolutivo determina-se pela extensão da impugnação: *tantum devolutum quantum appellatum*”.²⁴⁷

Mas quem delimita a extensão do efeito devolutivo? Entende-se que é somente a parte que devolve para o Tribunal o conhecimento da matéria em razão de sua impugnação, ou seja, são os particulares que fixam, com exclusividade, a extensão da análise feita pelo Juízo *ad quem*.

²⁴⁵ A divisão segue BARBOSA MOREIRA (Cf. *Comentários ao código de processo civil*, v. V, passim) e BEDAQUE (Cf. *Apelação: admissibilidade e efeitos*, p. 446), embora respeitável doutrina disserte sobre a existência de três dimensões: horizontal, vertical e subjetiva, esta, “representativa dos sujeitos a serem possivelmente beneficiados ou prejudicados pelo novo julgamento” (Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel, *Efeitos dos recursos*, p. 34)

²⁴⁶ Cf. *Comentários ao código de processo civil*, v. V, p. 430.

²⁴⁷ Para Ricardo de Carvalho Aprigliano, a extensão do efeito devolutivo representa um limite para a cognição do tribunal, que encontra seu parâmetro na impugnação oferecida pelo recorrente (Cf. *A apelação e seus efeitos*, p. 97). A ideia é a mesma presente na doutrina francesa, e. g.: “É noto che l'appello produce un effetto devolutivo, cio Che significa Che l'atto d'appello produce un effetto devolutivo, cio significa Che l'atto d'appello – suposto regolare – investe il giudice di secondo grado e l'obbliga a statuire sui punti controversi Che gli sono sottoposti; l'estensione dei duoi poteri avendo per doppio limite l'ambito del processo quale si è presentatio in prima intanza e la volontà delle parti, in applicazione della regola tantum devolutum, quantum appellatum” (PERROT, Roger, *L'effetto devolutivo dell'appello e il diritto di avocazione nel processo civile francese*, p. 391).

(IV) Conforme alegoria de BEDAQUE²⁴⁸, se a horizontalidade do efeito devolutivo pode ser comparada ao comprimento de uma piscina, a verticalidade se relaciona à sua profundidade. Será este ângulo do efeito devolutivo que irá indicar quais serão os fundamentos, o “material de trabalho”,²⁴⁹ com o qual o Tribunal irá analisar os recursos, dentro dos marcos relativos à demanda colocados pela extensão do efeito devolutivo (exemplo: pedido A, quando a parte formulou A, B e C em primeira instância).

A profundidade compreende “todas as questões suscitadas no pedido e na defesa, relacionadas com a matéria impugnada (devolutividade por extensão), além daquelas anteriores à sentença, que foram debatidas pelas partes e que, ainda assim, permaneceram sem pronunciamento judicial”.²⁵⁰

5.4.2. Princípios relacionados ao efeito devolutivo que guardam pertinência com o objeto de estudo

Faz-se mister ter em mente que o importante **princípio dispositivo**²⁵¹⁻²⁵², que ilumina todo o processo civil pátrio, não se faz presente apenas no deduzir, iniciar, propor uma demanda, mas também no insistir, isto é, no recorrer. Quando se dá à parte a possibilidade de limitar aquilo que ela deseja ver analisado em primeiro grau de jurisdição, também se deve conferir a possibilidade de se limitar aquilo que se deseja ver reanalisado

²⁴⁸ Comumente trazida aos alunos do curso de graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no ano de 2006. Em termos mais formais: “Se quisermos traçar um paralelo, a extensão do efeito devolutivo refere-se ao pedido formulado na apelação; já a profundidade diz respeito aos fundamentos do recurso” (BEDAQUE, *Apelação: admissibilidade e efeitos*, p. 460).

²⁴⁹ “medir-lhe a profundidade é determinar com que material há de trabalhar o órgão ad quem para julgar” (Cf. BARBOSA MOREIRA, *Comentários ao código de processo civil*, v. V, p. 430).

²⁵⁰ Cf. BOCCUZZI NETO, Vito Antonio, *Apelação cível: efeito devolutivo e o § 3º do art. 515 do CPC*, p. 353. No mesmo sentido: “poderá o tribunal, em profundidade, analisar todo o material constante dos autos, limitando-se, sempre, à extensão fixada pelo recorrente” (Cf. DIDIER JÚNIOR, Fredie, e CARNEIRO DA CUNHA, Leonardo José, *Curso de direito processual civil*, v. III, p. 106).

²⁵¹ O princípio dispositivo poderia ser traduzido na fórmula de que cabe ao cidadão decidir aquilo que quer levar ao Poder Judiciário, não podendo este limitar ou ampliar o conteúdo fixado pela parte como provimento jurisdicional desejado. Relaciona-se, intimamente, ao princípio da inércia jurisdicional, eis que não deverá o Estado-juiz, salvo raríssimas exceções, iniciar processos sem que haja pedido da parte interessada para tal.

²⁵² De forma simples e correta: “Princípio dispositivo. Respeito às questões deduzidas em juízo, não podendo o juiz conhecer de matéria a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte. Proposta a ação por iniciativa da parte, o processo se desenvolve por impulso oficial (art. 262)” (Cf. NERY JÚNIOR, Nelson, e NERY, Rosa Maria de Andrade, *Código de processo civil comentado e legislação extravagante*, p. 338).

em segundo grau de jurisdição. Assim, o efeito devolutivo apenas dá concretude ao princípio dispositivo em segundo grau de jurisdição. BONÍCIO²⁵³ muito bem percebeu a questão, ao afirmar que a aquiescência com o desfavorável é muito mais nítida no ato de recorrer, no que no de demandar, embora o fenômeno seja o mesmo.

Ideia oposta seria a do chamado benefício comum da apelação (vigente no sistema recursal brasileiro até a promulgação do Código de Processo Civil de 1939)²⁵⁴⁻²⁵⁵, concepção segundo a qual, a partir da existência de um recurso, toda a demanda seria devolvida ao Tribunal, independentemente de ambas as partes terem recorrido ou de uma das partes ter limitado, ou não, o seu recurso.²⁵⁶ Parte da doutrina nacional tenta adaptar o conceito à atual realidade do processo civil brasileiro ao afirmar que tal benefício persistiria no fato de se devolverem os fundamentos e alegações do recorrido em primeiro grau, mesmo que ele não renove isso em recurso próprio, mas tal ideia não representa a construção original sobre o benefício comum da apelação, podendo levar o estudioso do direito a uma confusão desnecessária, motivo pelo qual não é adotada no presente estudo.

E o princípio dispositivo não é o único que merece comentários no presente tópico. Da mesma forma que o juiz, ao sentenciar, não pode extrapolar os limites do pedido inicial, também não pode o órgão *ad quem* ultrapassar os marcos postos pelo recorrente (salvo se aceita a ideia de benefício comum da apelação em sua concepção originária, como visto). O efeito devolutivo é o que permite o cumprimento da **regra da congruência** na reanálise da demanda em segundo grau de jurisdição. Nesse sentido,

²⁵³ Cf. *Capítulos de sentença e efeitos dos recursos*, p. 98.

²⁵⁴ Explica a doutrina que pelo texto das ordenações reconhecia-se, no sistema processual nacional, a presença da regra da comunhão da apelação, mesmo assim, “alguns códigos estaduais estabeleceram que, no provimento da apelação, não era possível piorar a situação do apelante em proveito do apelado, que não houvesse igualmente apelado” (Cf. REZENDE FILHO, Gabriel José Rodrigues de, *Curso de direito processual civil*, v. III, pp. 110-11)

²⁵⁵ Embora o artigo 811 do CPC de 1939 dissesse que a sentença poderia “ser impugnada no todo ou em parte, presumindo-se total a impugnação quando o recorrente não” especificasse a parte de que recorria, a doutrina, à época, já concluía que a falta de especificação não devolvia integralmente ao Tribunal *ad quem* o conhecimento de todas as questões, pois importaria em absurdo atribuir ao recurso do recorrente possibilidade de reformar a parcela da sentença que lhe foi favorável (Cf. MARTINS, Pedro Batista, *Recursos e processos da competência originária dos tribunais*, p. 170).

²⁵⁶ Nesse sentido, dentre outros, NERY JÚNIOR, Nelson, *Teoria geral dos recursos*, p. 430; e DIDIER JÚNIOR, Fredie, e CARNEIRO DA CUNHA, Leonardo José, *Curso de direito processual civil*, v. III, p. 79.

BEDAQUE menciona o princípio da congruência ao dizer que “o Tribunal não pode extrapolar o âmbito fixado pelo apelante para reexame”.²⁵⁷

Da conjugação do princípio dispositivo e da regra da congruência como fortes influências ao efeito devolutivo, fica claro que, em geral, não há possibilidade ao Juízo *ad quem* de sair dos limites horizontais fixados em recurso, i. e., de tratar sobre ponto não veiculado pelo recorrente em seu apelo. A grande exceção ficaria por conta das questões de ordem pública, quando olvidadas pelas partes. No entanto, acredita-se que seu conhecimento seja levado ao Juízo *ad quem* não em razão do efeito devolutivo, mas sim, por conta do disposto no art. 267, § 3º, do CPC.²⁵⁸⁻²⁵⁹ Ressalte-se que a cognoscibilidade das questões de ordem pública é tema deveras complexo, que foge completamente do escopo deste estudo.²⁶⁰

5.4.3. Conclusão parcial.

(I) Delimitado o conceito de efeito devolutivo, suas principais características e os princípios a ele relacionados, já é possível responder aos questionamentos formulados no início do item 5.4.

Das premissas anteriormente adotadas, fica fácil concluir que, no presente estudo, alinha-se à corrente que vislumbra a possibilidade da coisa julgada parcial no processo civil brasileiro.²⁶¹

²⁵⁷ Cf. *Apelação: admissibilidade e efeitos*, p. 447

²⁵⁸ CPC. Art. 267, § 3º. O Juiz conhecerá de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida a sentença de mérito, da matéria constante dos nºs IV, V e VI; todavia, o réu que a não alegar, na primeira oportunidade em que lhe caiba falar nos autos, responderá pelas custas do retardamento.

²⁵⁹ Com a mesma conclusão: APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho, *A apelação e seus efeitos*, p. 185.

²⁶⁰ Para Nelson Nery Júnior, as questões de ordem pública seriam transferidas ao segundo grau de jurisdição em razão do efeito translativo da apelação, cf. *Teoria geral dos recursos*, p. 483. Para um estudo profundo sobre o tema, v. APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho, *Ordem pública e processo: o tratamento das questões de ordem pública no direito processual civil*.

²⁶¹ Embora respeitável doutrina o admita (v., por todos, AMORIM, José Roberto Neves, *Coisa julgada parcial no processo civil*), sendo também esta a posição do autor da presente dissertação, o fracionamento da coisa julgada não tem sido aceito pelo C. STJ, postura ratificada em recente julgado: “A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que o termo inicial para ajuizamento de ação rescisória se inicia com o trânsito em julgado material, o qual somente ocorre quando esgotada a possibilidade de interposição de qualquer recurso, sendo incabível o trânsito em julgado de capítulos da

Isto porque se o conhecimento do Tribunal é limitado pelo recorrente (sendo o efeito devolutivo muito influenciado pelo princípio dispositivo e pela regra da congruência), dá-se, de imediato, o trânsito em julgado em relação à parcela da demanda julgada pelo Juízo *a quo*, mas não questionada perante o Juízo *ad quem*, que não poderá mais ser alterada por meios de impugnação endoprocessuais.²⁶²

Há, assim, indubitável formação de coisa julgada parcial, pois a parcela da sentença cujo conhecimento não foi ‘devolvido’ ao Tribunal pelo(s) recorrente(s) transita imediatamente em julgado, e não poderá ser alterada pelo Juízo *ad quem* em respeito ao princípio dispositivo, à inércia jurisdicional e à regra da congruência.

Também é clara a manifestação da teoria dos capítulos de sentença: o processo prossegue para discussão daquele que foi levado ao segundo grau de jurisdição, mas o capítulo não mais mencionado permanecerá íntegro, adquirindo a qualidade da coisa julgada. Lembre-se que o próprio Código de Processo Civil fala literalmente em possibilidade de impugnação parcial da sentença.²⁶³

(II) Com base nas mesmas premissas, responde-se positivamente ao questionamento acerca da existência de aptidão das sentenças parciais para formar coisa julgada.

Embora r. doutrina vislumbre definitividade apenas na sentença final, entende-se que a decisão, para ser definitiva, tem de ter sido prolatada em sede de cognição exauriente (ainda que parcial, i. e., apenas em relação à parcela do litígio).²⁶⁴

sentença ou do acórdão em momentos diversos. (EREsp 404.777/DF, Rel. Min. Fontes de Alencar, Rel. p/ acórdão Min. Francisco Peçanha Martins, DJ 11/4/2005)” (STJ, 6ª Turma, REsp 1.056.694, rel. Min. Vasco Della Giustina, j. 14.02.2012).

²⁶² No mesmo sentido, v., por todos: OLIANI, José Alexandre Manzano, *Capítulos de sentença, apelação parcial e sentença juridicamente inexistente – breves considerações*, p. 741. Em sentido contrário, diferenciando indiscutibilidade de imutabilidade, v. TEIXEIRA, Guilherme Puchalski, *Sentenças objetivamente complexas: impossibilidade do trânsito em julgado parcial*, passim.

²⁶³ **CPC. Art. 505.** A sentença pode ser impugnada no todo ou em parte.

²⁶⁴ “Redenti afirma que algumas sentenças não são definitivas por serem parciais. Ora, o oposto a definitivo não é o parcial, mas o provisório. É um erro gramatical e lógico dizer que uma sentença não é definitiva por

Sendo assim, o relevante para a existência da possibilidade de se tornar imutável não é o local em que determinado pronunciamento judicial se encontra no curso do procedimento (critério topológico), mas sim, o encerramento da demanda quanto ao ponto decidido, o que ocorre, indubitavelmente, quando prolatada sentença parcial de mérito, que pressupõe cognição exauriente.

Destarte, é possível a formação da coisa julgada material parcial quando apenas parcela do mérito da demanda é resolvido, e a parte sucumbente (autor ou réu), e.g., não tenha recorrido, ou já tenha esgotado os meios endoprocessuais de impugnação. Após o trânsito em julgado da sentença parcial, o processo continuará normalmente, ainda que em graus de jurisdição superiores, apenas no tocante à análise das decisões posteriormente prolatadas.

Em verdade, dentre os defensores da possibilidade de julgamento parcial da demanda - entendam tratar-se de sentença parcial ou decisão interlocutória -, não se encontrou nenhum doutrinador contrário à possibilidade de formação de coisa julgada material em relação a essa decisão.²⁶⁵

(III) Resta, então, um questionamento, provavelmente o mais complexo acerca do tema: a sentença final pode vir a influenciar uma sentença parcial que já tenha transitado em julgado? Acredita-se que a maior preocupação relaciona-se à seguinte

ser uma sentença parcial. Se ela encerrar o litígio quanto ao ponto decidido, deverá ser classificada como definitiva, tanto porque define, quanto porque põe termo àquele ponto apreciado pelo julgador” (Cf. SILVA, Ovídio Araújo Baptista da, *Decisões interlocutórias e sentenças liminares*, p. 16).

²⁶⁵ Nesse sentido: AMORIM, José Roberto Neves, *Coisa julgada parcial no processo civil*, p. 188; ARAÚJO, José Henrique Mouta, *Tutela antecipada do pedido incontroverso: estamos preparados para a nova sistemática processual?*, p. 216; AYOUB, Luiz Roberto, *A sentença parcial*, p. 93; BERALDO, Maria Carolina Silveiro, *A técnica da cisão de julgamento de pedidos cumulados (julgamento parcial de mérito) à luz da instrumentalidade do processo*, pp. 11-12; CAMPOS, Diones Santos, *A natureza jurídica da decisão que concede a tutela antecipada de evidência e seu papel na entrega tempestiva da prestação jurisdicional*, p. 11; CARNEIRO DA CUNHA, Leonardo José, *O § 6º do art. 273 do CPC: tutela antecipada parcial ou julgamento antecipado parcial da lide?*, p. 116; CASSOL, Mariana Helena, *A superação do princípio da unidade da sentença e a nova modalidade de julgamento antecipado da lide*, p. 8; DIDIER JÚNIOR, Fredie, *Inovações na antecipação dos efeitos da tutela e a resolução parcial do mérito*, p. 238; MONTEIRO, André Luís, *Primeiras linhas sobre a sentença parcial no processo judicial*, p. 13; POZZA, Pedro Luiz, *A sentença parcial de mérito na perspectiva do formalismo-valorativo*, p. 237; SILVA, Ovídio Araújo Baptista da, *Decisões interlocutórias e sentenças liminares*, p. 399; e SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de, *Sentenças parciais no processo civil brasileiro: consequências no âmbito recursal*, p. 211.

situação: o que aconteceria se o Poder Judiciário vislumbrasse a ausência de determinada condição da ação apenas após o julgamento parcial da lide?

Pois bem. É fato que se as condições da ação são tratadas como matéria de ordem pública, cognoscíveis a qualquer momento, o juiz pode constatar a ilegitimidade de uma das partes apenas após ter julgado parcela do pedido, o que geraria perplexidade. No entanto, conceder tutela jurisdicional à parte que sequer preenchia os pressupostos de admissibilidade necessários para obter um julgamento de mérito constituiria em um erro, e acredita-se não ser correto tomar como pressuposto a ideia de que o juiz errará para impedir avanços no sistema processual.

Além disso, o “problema” já existe no sistema. Imagine-se que “A” seja condenado, por meio de sentença, a pagar em favor de “B” indenização por danos materiais e morais em determinada demanda. Iniciado seu prazo para apresentar recurso de apelação, “A” deixa de impugnar a sentença no tocante aos supostos prejuízos materiais causados à “B”, mas por não acreditar que sua conduta tenha gerado abalo psicológico à parte contrária, recorre do capítulo da sentença pelo qual foi condenado ao pagamento de indenização por danos morais.

Na situação descrita, haverá, de imediato, o trânsito em julgado da parcela da sentença em relação à qual não houve recurso.²⁶⁶ Se, em grau de apelação, o Tribunal verificar a inexistência de uma condição da ação, ou de qualquer outro pressuposto processual que levaria à extinção de todo o processo sem resolução de mérito, acredita-se que tal decisão não poderia macular aquilo que transitou em julgado anteriormente, i. e., o capítulo não impugnado, até porque, poderia se operar verdadeira *reformatio in peius*.

Na esfera recursal, entende-se a expressão *reformatio in peius* como a possibilidade de o recorrente ter sua situação agravada pelo Juízo *ad quem*, embora a parte contrária, beneficiada com tal alteração na decisão do Juízo *a quo*, não tenha interposto

²⁶⁶ Para um estudo mais aprofundado sobre o tema, com enfoque no pensamento da doutrina brasileira, v. AMORIM, José Roberto Neves, *Coisa julgada parcial*, pp. 208-214.

recurso. A ordem jurídica luso-brasileira admitia²⁶⁷, a partir do momento em que se recorria, o risco de o recorrente ter sua situação piorada. Alguns escopos poderiam ser extraídos de tal possibilidade: desestimular a interposição de recursos por aqueles que tivessem obtido parcial vitória na demanda²⁶⁸ e conceder ao Juízo *ad quem* total liberdade para proferir um julgamento que lhe parecesse o mais correto possível, independentemente de quem tivesse recorrido da primeira decisão.

A tendência atual, no entanto, na evolução dos ordenamentos processuais, é não mais admitir a *reformatio in peius*, pois, caso autorizada, poder-se-ia dizer que ela importaria em desrespeito ao princípio do contraditório, eis que quando se recorre acerca do que se é desfavorável, não se defende a parte favorável do ato atacado²⁶⁹, e ao princípio dispositivo, eis que não se pode dar ao apelado aquilo que não pediu (uma reforma da decisão recorrida em seu favor).

O CPC de 1973, *a priori* e como regra geral, proíbe a *reformatio in peius*, parecendo ser inquestionável o argumento segundo o qual, se assim não fosse, não haveria razão de ser na expressa previsão legal do recurso adesivo.²⁷⁰ Aliás, tecnicamente, entende-se pela incorreção da ideia de que interposto recurso adesivo a *reformatio in peius* seria permitida, já que, se ambas as partes recorreram, pode haver alteração da decisão atacada em favor de qualquer delas. A mudança na decisão favorável ao apelado (que

²⁶⁷ Eis, por exemplo, o teor do art. 1581 da Consolidação do Conselheiro Ribas: “se se conhecer que a sentença apelada fez agravo ao apelado e não ao apelante, a emendarão em favor daquele”.

²⁶⁸ É o que ainda ocorre no processo administrativo brasileiro. Como há expressa autorização à *reformatio in peius* no *caput* do art. 64 da Lei 9784/1999, é possível que, no âmbito administrativo, o cidadão, receoso de ter sua situação piorada, deixe de interpor recurso, mesmo não estando integralmente de acordo com a decisão prolatada por determinada autoridade. A situação é muito comum em fases discursivas de concursos públicos, eis que o candidato, embora insatisfeito com a nota que lhe foi concedida, entende ser melhor dela não recorrer, pelo medo de tê-la diminuída.

²⁶⁹ Bem observou o ponto Ricardo de Carvalho Aprigliano, em sua obra *A apelação e seus efeitos*, p. 136.

²⁷⁰ Para uma análise mais aprofundada, v. LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho, *A reformatio in peius no direito processual civil*, pp. 40-45. A conclusão da doutrina italiana é a mesma, no sentido de vedar o favorecimento do apelado, a não ser que também tenha interposto recurso: “Si discute se, pur in mancanza di esplicita previsione normativa, sussista, per il giudice d'appello, un divieto di *reformatio in peius*, cio'q l'impossibilità di riformare la sentenza in danno dell'appellante, sempre che l'appellato non abbia proposto a sua volta impugnazione incidentale. Riteniamo che, in mancanza di appello incidental (anche tardivo), non sia possibile riformare la sentenza a favore dell'appellato” (Cf. ARIETA, Giovanni, DE SANTIS, Francesco, e MONTESANO, Luigi, *Corso base di diritto processuale civile*, p. 466).

recorreu adesivamente) não se dá por conta de uma reforma para pior possibilitada pelo recurso do apelante (recorrido no recurso adesivo), mas sim pelo próprio recurso adesivo.

Não se olvida que o sistema admite, em determinadas situações, a reforma para pior da situação do único recorrente. O Tribunal, e. g., pode alterar o fundamento da improcedência, mesmo que só o autor tenha recorrido e que o motivo da improcedência seja relevante, como nos processos coletivos em que a coisa julgada se dá *secundum eventum probationis*.²⁷¹ Mas não se trata do padrão, não havendo interesse, em razão dos limites deste estudo, para maior aprofundamento acerca da *reformatio in peius*.

Tem-se, portanto, na esfera recursal, a seguinte situação: ainda que se perceba, na análise da apelação, que o autor era carecedor da ação, os capítulos da sentença não impugnados pelo recorrente não serão afetados, seja porque já transitaram em julgado, seja por não terem sido abrangidos pelo efeito devolutivo da apelação.²⁷²

Ora, o mesmo raciocínio pode ser utilizado para o tema da presente dissertação. Prolatada “sentença parcial procedente”, sem que haja recurso da parte prejudicada, não poderá o Tribunal, em segundo grau de jurisdição quando do julgamento da apelação interposta contra a “sentença final”, alterar a sentença parcial, mesmo que se tenha notado ser o autor carecedor da ação, sob pena de configuração da *reformatio in peius*.

E, ainda que a percepção da carência da ação dê-se em primeiro grau de jurisdição, se já tiver decorrido o prazo para recurso contra a sentença parcial prolatada, esta não poderá ser desconsiderada, em razão da formação da coisa julgada parcial. As

²⁷¹ Poderia se defender que no exemplo citado não haveria *reformatio in peius*, se o ponto de partida para tal análise fosse apenas a conclusão final da sentença, o resultado do julgamento, o que não se alteraria na situação descrita, dado que a decisão continuaria a ser encerrada pela cláusula “ante o exposto, julgo improcedente o pedido”. Já se adianta, no entanto, que não se concorda com tal posição, eis que, seguindo a linha de Bruno Vasconcellos Carrilho Lopes, a análise da existência ou não de *reformatio in peius* deve ter como ponto principal se houve ou não piora ao único recorrente, em termos práticos, o que pode ocorrer quando da alteração de fundamentação da sentença por parte do Juízo *ad quem* (Cf. *A reformatio in peius no direito processual civil*, passim).

²⁷² “a parte não abrangida pela extensão do efeito devolutivo da apelação do autor, ausente recurso do réu, estaria imune ao julgamento realizado em segundo grau” (Cf. BEDAQUE, *Apelação: questões sobre admissibilidade e efeitos*, p. 464). Contra: v. TEIXEIRA, Guilherme Puchalski, *Sentenças objetivamente complexas: impossibilidade do trânsito em julgado parcial*, passim.

conclusões obtidas com a sentença final não poderão influenciar a sentença parcial alcançada pela imutabilidade.

De *lege ferenda*, tal questão poderia ser mais facilmente resolvida se adotada a teoria da asserção na análise das condições da ação ou se aceita a sugestão de José Carlos Barbosa Moreira, em seu *Saneamento do processo e audiência preliminar*, para que as questões processuais sejam consideradas preclusas se não decididas de forma expressa até o momento em que deveria ter sido proferido o ‘despacho’ saneador.

5.5. Prazo para a ação rescisória

A respeito do tema, o ordenamento pátrio convive com dois entendimentos jurisprudenciais importantes em sentidos opostos.

Primeiro, os incisos I e II da Súmula n. 100 do Tribunal Superior do Trabalho, verbete com redação atualizada pela Resolução n. 137 do TST, de 04 de agosto de 2005. *In verbis*:

“Ação rescisória. Decadência. I - O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não. (ex-Súmula nº 100 - alterada pela Res. 109/2001, DJ 20.04.2001); II - Havendo recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se em momentos e em tribunais diferentes, contando-se o prazo decadencial para a ação rescisória do trânsito em julgado de cada decisão, salvo se o recurso tratar de preliminar ou prejudicial que possa tornar insubsistente a decisão recorrida, hipótese em que flui a decadência a partir do trânsito em julgado da decisão que julgar o recurso parcial (ex-Súmula nº 100 - alterada pela Res. 109/2001, DJ 20.04.2001)”.

E, de outro lado, o enunciado n. 401 da súmula de jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, em redação publicada no Diário da Justiça de 13 de outubro de 2009: “O prazo decadencial da ação rescisória se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial”.

Não se olvida que os precedentes ensejadores dos verbetes transcritos não tinham como preocupação a sentença parcial²⁷³, mas sim a suposta formação de coisa julgada progressiva em razão da existência de recursos que não impugnam totalmente a única sentença presente no processo. No entanto, são perfeitamente aplicáveis ao tema estudado na presente dissertação, pois o fenômeno – coisa julgada parcial – acaba sendo o mesmo.

Entende-se que, tecnicamente, o mais correto parece ser considerar o início do prazo de dois anos a partir do trânsito em julgado de cada sentença parcial²⁷⁴, conforme entendimento do TST. O artigo 495 do Código de Processo Civil é bastante claro ao estabelecer que “o direito de propor ação rescisória se extingue em dois anos, contados do trânsito em julgado da decisão”. Logo, admitida a possibilidade de coisa julgada parcial, premissa adotada anteriormente, não haveria dúvidas de que o prazo rescisório haveria de ser contado do trânsito em julgado de cada sentença parcial, considerada individualmente.

Aliás, opção diversa atentaria contra o princípio da igualdade, bastante valorizado no presente trabalho, e cuja concretização, por ordem constitucional, deve ser sempre buscada no processo civil. Isto porque, considerando a existência de decisões desfavoráveis a ambas as partes em uma mesma demanda, a parte derrotada na primeira sentença transitada em julgado ‘ganhará muitos anos’ para analisar a pertinência de utilizar a via rescisória, enquanto a parte ‘derrotada por último’, contaria somente com o prazo bienal.

No entanto, conforme dito anteriormente, há de se ter em mente que o STJ, ao editar sua Súmula, foi coerente, pois ao se perfilhar à corrente que não admite a coisa julgada parcial, o trânsito em julgado é único, sendo da mesma forma único o prazo para ação rescisória.²⁷⁵

²⁷³ Exemplos: TST, Tribunal Pleno, ROAR 575047/1999, rel. Min. João Oreste Dalazen, j. 25.04.2000, e STJ, 5ª Turma, AgRg no Ag 980985, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. 21.08.2008.

²⁷⁴ Também nesse sentido: ARAÚJO, José Henrique Mouta, *Tutela antecipada do pedido incontroverso: estamos preparados para a nova sistemática processual?*, p. 216; e SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de, *Sentenças parciais no processo civil brasileiro: consequências no âmbito recursal*, p. 211.

²⁷⁵ Por todos: “AÇÃO RESCISÓRIA. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PRAZO DECADENCIAL. TERMO INICIAL. COISA JULGADA POR CAPÍTULOS. DESCABIMENTO.

Até porque, se o Superior Tribunal de Justiça admitisse a formação progressiva da coisa julgada, e ao mesmo tempo, estipulasse um único prazo rescisório, estaria inovando no ordenamento jurídico em matéria processual, o que não parece possível ao Poder Judiciário, ante a Separação dos Poderes, presente no art. 2º da Constituição Federal, e tratada como cláusula pétrea pelo art. 60, III, da Lei Maior.

Pois bem. Há de se ter em mente que a Súmula 401 do Superior Tribunal de Justiça existe, não foi anulada tampouco revogada, e como qualquer enunciado, aumenta a segurança e previsibilidade aos cidadãos envolvidos em uma demanda judicial, o que também deve ser permanentemente buscado pelo ordenamento jurídico, não sendo desejável que as instâncias inferiores atuem em discordância com o entendimento dos Tribunais Superiores, ainda mais quando simulados.

Além disso, é fato que mencionado verbete tem o efeito positivo de evitar a multiplicação de ações rescisórias oriundas de uma mesma demanda. Adotado o entendimento do STJ, a parte sucumbente poderá ingressar com apenas uma rescisória, o que não aconteceria caso fosse seguida a Súmula n. 100 do TST.

Destarte, em que pese a opinião anteriormente externada, alinhada com o TST e com a doutrina pátria, cuja tecnicidade prevalece, entende-se que no âmbito do processo civil, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça **também** deve ser aceito, a fim de que não se deixem de conhecer recursos por suposta intempestividade, quando pautados em interpretação sumulada pelo Tribunal da Cidadania.

EXCEÇÃO A RECURSO INTEMPESTIVAMENTE AJUIZADO. CARACTERIZADA OFENSA AO ARTIGO 495 DO CPC. EXISTÊNCIA DE DISSENSO PRETORIANO... 2. Não se admite a coisa julgada por capítulos, uma vez que tal exegese pode resultar em grande conturbação processual, na medida em que se torna possível haver uma numerosa e indeterminável quantidade de coisas julgadas em um mesmo feito, mas em momentos completamente distintos e em relação a cada parte. 3. O trânsito em julgado ensejador do pleito rescisório não se aperfeiçoa em momentos diversos (por capítulos), sendo único para todas as partes, independentemente de haverem elas recorrido ou não. Assim, o interregno autorizativo da ação rescisória (art. 495 do CPC) somente deve ter início após proferida a última decisão na causa, concretizando-se a coisa julgada material... 7. Precedentes: REsp 611.506/SC, DJ 27/09/2004; REsp 415.586/DF, DJ 09/12/2002; REsp 245.175/RS, DJ 23/06/2003; REsp 404.777/DF, DJ 09/06/2003; REsp 441.252/CE, DJ 09/06/2003” (STJ, 1ª Turma, REsp 639.233, rel. Min. José Delgado, j. 06.12.2005).

5.6. Efetivação da parcela da demanda julgada e procedimento dos recursos repetitivos

A título de arremate do presente capítulo, faz-se mister tecer breves comentários acerca destes dois pontos, a respeito dos quais não se enxerga tantas dificuldades e dúvidas quanto nos tópicos anteriores.

(I) A efetivação de determinada tutela enquanto não encerrada a fase de cognição não traz qualquer novidade. Será possível a execução de cada sentença parcial, abrindo-se autos apartados, como se houvesse em apenso aos autos principais uma **carta de sentença**. Da mesma forma que o sistema permite, na pendência do processo de conhecimento, efetivação de tutelas antecipadas e execuções provisórias, também se permite a execução definitiva da sentença parcial, mesmo que ainda pendente de solução parcela restante do mérito da demanda.

Sem dúvida, tal possibilidade irá gerar trabalho para sua operacionalização, em razão da necessidade da abertura de novos volumes, apensos, extração de cópias (dificuldades agravadas pela não utilização do processo eletrônico).

No entanto, como já afirmado anteriormente, a burocracia estatal deve ser pré-ordenada para o cumprimento da Constituição Federal. A execução da sentença parcial, sem dúvida, colabora para a concretização dos postulados da efetividade e da celeridade. Por isso, há de ser buscada sempre que possível.

(II) Tanto o art. 543-B, como o art. 543-C, ao permitirem o sobrestamento de recursos no aguardo de pronunciamentos definitivos das Cortes Superiores (no primeiro caso, o Supremo Tribunal Federal na análise da repercussão geral, no segundo, o Superior Tribunal de Justiça no julgamento de recursos repetitivos) podem gerar indagações na doutrina, quando confrontados com a técnica dos julgamentos parciais de mérito.

Isto porque se a suspensão (ou sobrestamento) de determinado recurso, preconizada no sistema dos arts. 543-B e 543-C²⁷⁶, acabar se transformando em uma suspensão de todo o processo no aguardo da definição das Cortes Superiores, o julgamento parcial - quando relacionado a tema presente em múltiplos recursos - poderia levar ao travamento de todas as demandas cumuladas em um único processo, o que vai de encontro à própria *ratio* da resolução fracionada (imprimir celeridade ao processo).

Para resolver tal dificuldade, deve ser retomada a ideia anteriormente apresentada de descumulação de demandas. A partir do momento em que parcela do mérito é julgada, deverá prosseguir para as instâncias superiores de forma autônoma (inicialmente por meio de apelação), independentemente dos demais pedidos ainda não julgados, cuja análise continuará em primeiro grau de jurisdição, e não deverá ser interrompida.

Da mesma forma, se parcela do processo já tiver sido julgada, e a parte restante envolver tema no qual haja multiplicidade de recursos, o sobrestamento deverá ser relativo apenas à parte não julgada, sem prejuízo de efetivação do que tiver sido anteriormente resolvido.

(III) Mais uma vez, vale o comentário de que se existente uma página na internet com todos os dados e peças do “processo virtual”, não haveria instrumento a se formar, autos suplementares, ou cartas de sentença.

Magistrados em qualquer grau de jurisdição teriam acesso ao mesmo material, de forma integral. Logo, não existiriam tantas dificuldades operacionais para que, durante a análise ou sobrestamento de um recurso, o processo prosseguisse ‘no restante’ em outro grau de jurisdição.

²⁷⁶ **CPC. Art. 543-B.** Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo. § 1º. Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte. **CPC. Art. 543-C.** Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o recurso especial será processado nos termos deste artigo. § 1º. Caberá ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO VI - SENTENÇA PARCIAL ARBITRAL

Embora não esteja entre os objetivos do trabalho tratar sobre arbitragem, eis que seu escopo é, inteiramente, o processo estatal, faz-se mister tecer algumas linhas sobre o tema no âmbito deste meio ‘alternativo’ de resolução de controvérsias, a fim de delinear o atual estado da arte.

E assim se faz, em capítulo próprio e ao final do trabalho, pois a sentença parcial arbitral não poderia ser encaixada entre as hipóteses expressamente previstas no sistema legal (eis que a Lei de Arbitragem não tem dispositivo que autorize literalmente o julgamento parcial), tampouco nos capítulos subsequentes que se limitavam a tratar o tema no processo estatal.

(I) Pois bem. A doutrina pátria que tratou sobre o tema recentemente, colocou-se favoravelmente à possibilidade de fracionamento do mérito no âmbito da arbitragem²⁷⁷, em especial após a promulgação da Lei 11.232/2005²⁷⁸. Embora a Lei de Arbitragem também tenha ideias como a unicidade sentencial e a necessária congruência entre pedido e provimento (o que se extrai de seus arts. 29²⁷⁹ e 32, V²⁸⁰²⁸¹), os

²⁷⁷ Nesse sentido: ARMELIN, Donaldo, *Notas sobre sentença parcial e arbitragem*; BAPTISTA, Luiz Olavo, *Sentença parcial em arbitragem*; CARMONA, Carlos Alberto, *Ensaio sobre a sentença arbitral parcial*; GIUSTI, Gilberto, e MARQUES, Ricardo Tadeu Dalmaso, *Sentenças arbitrais parciais: uma análise prática – parte I*; e MONTORO, Marcos André Franco, *Flexibilidade do procedimento arbitral*, pp. 344-347.

²⁷⁸ Nesse sentido: GIUSTI, Gilberto, e MARQUES, Ricardo Tadeu Dalmaso, *Sentenças arbitrais parciais: uma análise prática – parte I*, p. 4, e CARMONA, Carlos Alberto, *Ensaio sobre a sentença arbitral parcial*, pp. 19 e 28.

²⁷⁹ **L. 9307/96. Art. 29.** Proferida a sentença arbitral, dá-se por finda a arbitragem, devendo o árbitro, ou o presidente do tribunal arbitral, enviar cópia da decisão às partes, por via postal ou por outro meio qualquer de comunicação, mediante comprovação de recebimento, ou, ainda, entregando-a diretamente às partes, mediante recibo.

²⁸⁰ **L. 9307/96. Art. 32.** É nula a sentença arbitral se: V - não decidir todo o litígio submetido à arbitragem.

²⁸¹ A respeito do texto de lei, bem aponta a doutrina: “o que verdadeiramente busca o legislador por meio do referido dispositivo é determinar a invalidade das chamadas sentenças incompletas, isto é, que não aborem tudo o quanto foi submetido aos árbitros. Não se pode interpretar referido dispositivo como impeditivo à emissão de sentenças parciais, uma vez que são sempre seguidas de uma decisão final em que são abrangidas todas as questões ainda pendentes de apreciação” (Cf. GIUSTI, Gilberto, e MARQUES, Ricardo Tadeu Dalmaso, *Sentenças arbitrais parciais: uma análise prática – parte I*, p. 4). No mesmo sentido: “o vício configurado na sentença infra petita apenas se corporifica quando ela deixa de examinar um ou todos os

doutrinadores não enxergam em tais dispositivos um óbice, pautados, e. g., em uma análise de natureza principiológica (toda ela já feita no capítulo III da presente dissertação).

O ponto fulcral do julgamento parcial é possibilitar a redução do dano marginal do processo, i. e., a injusta demora em conceder o bem da vida àquele que tem razão. Considerando que um dos objetivos do procedimento arbitral é ser uma alternativa mais célere ao processo estatal²⁸², entende-se que a técnica do fracionamento pode colaborar para com esse escopo, pelo que deve ser admitida. Além disso, como bem observa ARMELIN, o fato da limitação recursal ser característica da arbitragem nacional faz com que o grande inconveniente para a sentença parcial judicial - recurso cabível e seu procedimento - não apareça na arbitragem.²⁸³

(II) A principal dúvida a respeito do tema atualmente é saber se, no Brasil, o julgamento parcial é possível mesmo quando as partes não tenham tratado sobre o tema na convenção de arbitragem, tampouco adotado procedimento que a autoriza expressamente.²⁸⁴

CARMONA²⁸⁵, GIUSTI e MARQUES²⁸⁶, e MONTORO²⁸⁷ apontam pela possibilidade de utilização da técnica apenas se as partes expressamente acordarem nesse sentido, em razão da ausência de dispositivo legal pátrio que trate sobre o tema,

pedidos formulados pelo autor extinguindo o processo ou a fase deste” (ARMELIN, Donaldo, *Notas sobre sentença parcial e arbitragem*, p. 276).

²⁸² “Em sede arbitral a permissão para que sejam proferidas sentenças pode vir ao encontro do interesse das partes, que eventualmente terão interesse em ver resolvidos rapidamente determinados pleitos, o que facilitará (ou condicionará) o normal desenvolvimento das obrigações contratuais múltiplas” (Cf. CARMONA, Carlos Alberto, *Ensaio sobre a sentença arbitral parcial*, p. 16).

²⁸³ Cf. ARMELIN, Donaldo, *Notas sobre sentença parcial e arbitragem*, p. 283

²⁸⁴ A exemplo do Regulamento de Arbitragem da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional - CCI (**art. 2º, V, e apêndice 4, alínea a**); do Regulamento da *American Arbitration Association* - AAA (**art. 43**); do Regulamento Arbitral da Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional - UNCITRAL (**art. 32, I**); do Regulamento da *London Court of International Arbitration* - LCIA (**art. 26, 7**); e, de origem nacional, do Regulamento da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem (**art. 54**).

²⁸⁵ Cf. *Ensaio sobre a sentença arbitral parcial*, pp. 18-21.

²⁸⁶ Cf. GIUSTI, Gilberto, e MARQUES, Ricardo Tadeu Dalmaso, *Sentenças arbitrais parciais: uma análise prática – parte I*, p. 10.

²⁸⁷ Cf. MONTORO, Marcos André Franco, *Flexibilidade do procedimento arbitral*, p. 348.

cumprindo mencionar que no estrangeiro é comum que os árbitros possam prolatar sentenças parciais arbitrais independentemente de manifestação prévia e favorável das partes, em virtude de expressa autorização legal.²⁸⁸

Em que pese a força dos doutrinadores supra mencionados, não se concorda com tal posicionamento. Acredita-se que a partir do momento em que os litigantes decidem ‘fugir’ do Poder Judiciário por meio de pactuada convenção de arbitragem, estão confiando aos árbitros eleitos poderes para resolver o conflito da melhor forma possível (i. e., célere e efetivamente), o que pode incluir a prolação de uma sentença parcial, caso esta não tenha sido expressamente vedada, pois, como visto, o sistema legal não obsta sua prolação, tampouco impõe a regra da unicidade sentencial na arbitragem.

A ideia encontra respaldo, por exemplo, no apêndice número 4 do novo regulamento da CCI²⁸⁹, relacionando-se com o que comumente vem se chamando de *case management*, i. e., em palavras mais simples, a adaptação do procedimento ao caso concreto, buscando contribuir para uma melhor resolução do conflito.

Entender que os julgamentos parciais só se façam quando expressamente previstos pelos litigantes é aceitar o risco de inviabilizar o instituto, pois como bem observou BEDAQUE²⁹⁰ recentemente, nem todos os operadores do Direito são processualistas, não se podendo exigir conhecimento técnico de tal monta da maioria dos causídicos.

A técnica da resolução fracionada do mérito pode colaborar para a concretização de princípios constitucionais, como o da efetividade e o da celeridade,

²⁸⁸ Exemplos: ESPANHA: *Ley 60, de 23.12.2003. Art. 37. 1*; SUÍÇA: *Estatuto de Direito Internacional Privado. Art. 188*; REINO UNIDO: *Arbitration Act, de 1996. Art. 47*.

²⁸⁹ “The following are examples of case management techniques that can be used by the arbitral tribunal and the parties for controlling time and cost. Appropriate control of time and cost is important in all cases. In cases of low complexity and low value, it is particularly important to ensure that time and costs are proportionate to what is at stake in the dispute. a) Bifurcating the proceedings or rendering one or more partial awards on key issues, when doing so may genuinely be expected to result in a more efficient resolution of the case”.

²⁹⁰ Em palestra intitulada Superação da tutela ordinária, realizada nas IX Jornadas de Direito Processual, em 30.08.2012, na cidade do Rio de Janeiro.

escopos, também, da arbitragem. Por isso, conclui-se que, mesmo não havendo previsão expressa, caberá ao árbitro, cujo mister de conduzir seu litígio foi confiado pelas partes, analisar se o fracionamento do mérito será útil (conveniente) para o procedimento arbitral, podendo utilizá-lo quando concluir positivamente, salvo quando da existência de expressa vedação anterior subscrita pelas partes.²⁹¹

E o mesmo raciocínio há de ser adotado para o magistrado na condução do **processo estatal**. O julgamento parcial pode e deve ser dado de ofício quando viável ao caso concreto, sem necessidade de requerimento ou autorização das partes, aplicando-se, por analogia, o julgamento antecipado da lide, no qual inexistente dever de consulta às partes quando da utilização do art. 330 do CPC.²⁹²

(III) Por fim, deixe-se consignado entender-se que o raciocínio aplicado à ação rescisória a impugnar uma sentença parcial (item 5.5., supra) também deve ser aplicado à ação anulatória que busca desconstituir o laudo arbitral parcial. Tecnicamente, o início do prazo (*in casu*, de 90 dias²⁹³) deve ser iniciado a partir da prolação de cada decisão parcial²⁹⁴, mas a fim de se buscar o conhecimento de mérito das demandas levadas ao Poder Judiciário, também deverão ser aceitas as ações anulatórias cujo prazo esteja em acordo com o entendimento sumulado pelo STJ.

²⁹¹ É, por exemplo, a lógica adotada na Espanha, na lei de arbitragem pátria: **Art. 37.** Plazo, forma, contenido y notificación del laudo. 1. Salvo acuerdo en contrario de las partes, los árbitros decidirán la controversia en un solo laudo o en tantos laudos parciales como estimen necesarios.

²⁹² Nesse sentido: MITIDIERO, Daniel Francisco, *Direito fundamental ao julgamento definitivo da parcela incontroversa: uma proposta de compreensão do art. 273, § 6º, do CPC, na perspectiva do direito fundamental a um processo sem dilações indevidas (art. 5º, LXXVIII, da CF/1988)*, p. 107. Defendendo a prévia intimação das partes, como exigência do contraditório: DIDIER JÚNIOR, Fredie, BRAGA, Paula Sarno, e OLIVEIRA, Rafael, *Curso de direito processual civil*, v. II, p. 5.

²⁹³ **Lei 9.307/96. Art. 33, § 1º.** A demanda para a decretação de nulidade da sentença arbitral seguirá o procedimento comum, previsto no Código de Processo Civil, e deverá ser proposta no prazo de até noventa dias após o recebimento da notificação da sentença arbitral ou de seu aditamento.

²⁹⁴ Cf. MONTORO, Marcos André Franco, *Flexibilidade do procedimento arbitral*, p.349.

CAPÍTULO VII – PERSPECTIVAS ANTE O PROJETO DE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O presente capítulo é dividido em três partes, que seguem ordem cronológica: primeiro, e no contexto do objeto de estudo do presente trabalho, são apresentados os principais dispositivos do anteprojeto elaborado pela i. Comissão de Juristas designada pelo Senado Federal, texto de relatoria da professora Teresa Arruda Alvim Wambier; em segundo lugar, são transcritos excertos do substitutivo apresentado pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) à Câmara dos Deputados, texto elaborado pelos professores Ada Pellegrini Grinover, Carlos Alberto Carmona, Cássio Scarpinella Bueno e Paulo Henrique dos Santos Lucon, datado de 1º de setembro de 2011; por fim, são extraídos artigos da versão mais recente do texto atual que tramita perante o Poder Legislativo, conforme relatório datado de 19 de setembro de 2012, da lavra do Deputado Federal Sérgio Barradas Carneiro, e tratado na Câmara dos Deputados no Projeto de Lei 8.046/2010.

(I) Eis as disposições que parecem ser mais relevantes acerca do tema do presente estudo, retiradas do trabalho da Comissão de Juristas responsável pela entrega do anteprojeto de novo Código de Processo Civil ao Senado:

Excerto da exposição de motivos. Previu-se a sustentação oral em agravo de instrumento de *decisão de mérito*, procurando-se, com isso, alcançar resultado do processo mais rente à realidade dos fatos.

Art. 158. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. § 1º. Ressalvadas as previsões expressas nos procedimentos especiais, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 473 e 475, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como o que extingue a execução. § 2º. Decisão interlocutória é todo pronunciamento judicial de natureza decisória que não se enquadre na descrição do § 1º.

Art. 285. Será dispensada a demonstração de risco de dano irreparável ou de difícil reparação quando: **I** – ficar caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do requerido; **II** – um ou mais dos pedidos cumulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso, caso em que a solução será definitiva; **III** – a inicial for instruída com prova documental irrefutável do direito alegado pelo autor a que o réu não oponha prova inequívoca; ou **IV** – a matéria for unicamente de direito e houver jurisprudência firmada em julgamento de casos repetitivos ou súmula vinculante.

Parágrafo único. Independência igualmente de prévia comprovação de risco de dano a ordem liminar, sob cominação de multa diária, de entrega do objeto custodiado, sempre que o autor fundar seu pedido reipersecutório em prova documental adequada do depósito legal ou convencional”.

Art. 484. A sentença que julgar total ou parcialmente a lide tem força de lei nos limites dos pedidos e das questões prejudiciais expressamente decididas.

Art. 494. Quando a sentença não determinar o valor devido, o processo prosseguirá para que, de imediato, se proceda à sua liquidação, salvo se o credor justificar a impossibilidade ou a inconveniência de sua realização. § 7º. Contra a decisão que definir o valor devido caberá agravo de instrumento.

Art. 884. A sentença ou o acórdão de mérito, transitados em julgado, podem ser rescindidos quando:...

Art. 893. O direito de propor ação rescisória se extingue em um ano contado do trânsito em julgado da decisão.

Art. 923. Da sentença cabe apelação. **Parágrafo único.** As questões resolvidas na fase cognitiva não ficam cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final.

Art. 929. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias: **II** – que versarem sobre o mérito da causa.

Algumas breves observações parecem cabíveis:

1. Foi expressamente reconhecida pelos redatores do anteprojeto a resolução parcial do mérito no curso do processo de conhecimento, quando se disciplinou o recurso de agravo de instrumento.

2. A sentença é definida de acordo com um critério misto para sua definição: topológico e de conteúdo, embora tenha sido incorreta, no projetado art. 158, a referência aos arts. 473 e 475, já que o conteúdo desejado vinha tratado nos arts. 467 e 469.²⁹⁵

²⁹⁵ **Anteprojeto. Art. 467.** O juiz proferirá sentença sem resolução de mérito quando: I – indeferir a petição inicial; II – o processo ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes; III – por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de um mês; IV – se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; V – o juiz acolher a alegação de perempção, de litispendência ou de coisa julgada; VI – o juiz verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; VII – verificar a existência de convenção de arbitragem; VIII – o autor desistir da ação; IX – em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal; X – ocorrer confusão entre autor e réu; e XI – nos demais casos prescritos neste Código... **Art. 469.** Haverá resolução de mérito quando: I – o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor; II – o réu reconhecer a procedência do pedido; III – as partes transigirem; IV – o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição; V – o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação. **Parágrafo único.** A prescrição e a decadência não serão decretadas sem que antes seja dada às partes oportunidade de se manifestar.

3. Decisões de mérito proferidas no curso do procedimento, mas que não possuem o condão de encerrar a fase cognitiva, não seriam vistas como sentenças parciais, mas sim, como decisões interlocutórias de mérito.

4. A decisão acerca de pedido incontroverso (atual 273, § 6º) passa a ser, expressamente, decisão de mérito, definitiva.

5. Como, nos termos do anteprojeto, a sentença é definida por meio de critério misto, poder-se-ia reconhecer na decisão fixadora do *an debeat* a natureza de interlocutória de mérito, deixando-se a nomenclatura de sentença apenas para o pronunciamento que efetivamente encerra a fase cognitiva do processo ao definir o *quantum debeat*. Grande vantagem adviria do fato de que, quando da interposição da apelação e subida dos autos ao Tribunal, toda a matéria cognitiva do processo de conhecimento já estaria resolvida. No entanto, como a decisão a respeito da liquidação continuará a ser atacável via agravo, é provável que o entendimento da doutrina venha a ser justamente o contrário, i. e., a decisão que estipula o *an debeat* é sentença genérica, recorrível por meio de apelação, e a que estipula o *quantum*, interlocutória, a ser impugnada por meio de agravo.

(II) Também merecem transcrição alguns dispositivos do substitutivo apresentado pelo IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual) ao Poder Legislativo:

Exposição de motivos: ...julgamento parcial da lide. Para este instituto, cuja expressa disciplina atende a diversos setores da academia já diante do atual Código, dedicamos uma Seção própria, uma das hipóteses que aparecerão ao magistrado quando do julgamento conforme o estado do processo (art. 341-A)... Considerando nossa proposta em admitir e disciplinar julgamentos *parciais* da lide, pareceu-nos importante, adotando a orientação da Súmula 401 do STJ, prever que o prazo da rescisória (majorado para dois, diferentemente do que consta do art. 928, *caput*, do Projeto) tenha um só *dies a quo*, o do trânsito em julgado da última *decisão* (e não necessariamente sentença) da fase do processo em que tiver sido proferida (art. 928, § 3º).

Art. 170. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. § 1º. Ressalvadas as previsões expressas nos procedimentos especiais, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 472 e 474, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como o que extingue a execução. § 2º. Decisão interlocutória é todo pronunciamento

judicial de natureza decisória que não se enquadre na descrição do § 1º, bem como aquela que julgar parcialmente o mérito (art. 341-A).

Art. 341-A. O juiz poderá decidir parcialmente a lide quando: **I** - um ou mais dos pedidos cumulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso; **II** - qualquer dos pedidos cumulados ou parcela deles estiver em condições de pronto julgamento; **III** - algum dos pedidos ou parcela deles versar sobre matéria unicamente de direito e houver tese firmada em julgamento de recursos repetitivos, em incidente de resolução de demandas repetitivas ou em súmula vinculante. § 1º. A decisão que julgar parcialmente a lide poderá reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida. § 2º. A parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente a lide independentemente de caução, ainda que haja recurso dela interposto. § 3º. A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente a lide poderá ser feita em autos suplementares, a requerimento da parte ou a critério do juiz.

Art. 472. O juiz proferirá sentença sem resolução de mérito quando: **I** - indeferir a petição inicial; **II** - o processo ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes; **III** - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de trinta dias; **IV** - se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; **V** - o juiz acolher a alegação de perempção, de litispendência ou de coisa julgada; **VI** - o juiz verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; **VII** - verificar a existência de convenção de arbitragem; **VIII** - o autor desistir da ação; **IX** - em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal; **X** - ocorrer confusão entre autor e réu; e **XI** - nos demais casos prescritos neste Código.

Art. 474. Haverá resolução de mérito quando: **I** - o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor ou o pedido contraposto do réu; **II** - o réu reconhecer a procedência do pedido; **III** - as partes transigirem; **IV** - o juiz pronunciar, de ofício ou a requerimento, a decadência ou a prescrição; **V** - o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.

Art. 490. A sentença que julgar total ou parcialmente a lide tem força de lei nos limites dos pedidos e das questões prejudiciais expressamente decididas.

Art. 919. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando...

Art. 928. O direito de propor ação rescisória se extingue em dois anos contados do trânsito em julgado da decisão... § 3º. O prazo a que se refere o *caput* só tem início com o trânsito em julgado da última decisão da fase do processo em que tiver sido proferida.

Art. 969. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: **I** - tutelas de urgência ou da evidência; **II** - o mérito da causa, inclusive quando se tratar de julgamento parcial da lide;

Observa-se que, nos pontos fundamentais para a presente dissertação, o substitutivo do IBDP concordou em grande parte com as ideias delineadas no anteprojeto do Senado Federal, tendo avançado substancialmente no tratamento dos julgamentos parciais de mérito:

1. A sentença também é pautada em um critério misto – topológico e de conteúdo.

2. O julgamento parcial de mérito será feito por decisão interlocutória, contra a qual caberá agravo de instrumento.

3. O substitutivo, corretamente, utiliza a expressão decisão de mérito ao tratar sobre as ações rescisórias. Dessa forma, o importante para se verificar o cabimento de tal ação autônoma de impugnação não é o veículo (sentença ou interlocutória), mas sim o conteúdo (mérito).

4. Para fins de contagem de prazo para propositura da rescisória, vale o quanto disposto na Súmula 401 do STJ.

5. Embora sejam previstas hipóteses de cabimento do julgamento parcial, a redação aberta do inciso II do art. 341-A dá bastante liberdade ao juiz, eis que o texto não especifica o que significa a expressão “condições de pronto julgamento”, permitindo, nesse aspecto, a manifestação em concreto do princípio da adaptabilidade.

6. A coisa julgada parcial para a decisão que fraciona o mérito é expressamente prevista e sua forma de efetivação poderá ser feita em autos suplementares. Denota-se, infelizmente, que as preocupações envolvendo ‘papel’ persistem, ante o tímido avanço do processo eletrônico no país.

(III) Por fim, seguem excertos do projeto de novo Código de Processo Civil, em sua versão mais recente perante o Poder Legislativo, conforme relatório do Deputado Federal Sérgio Barradas:

Art. 184. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. § 1º. Ressalvadas as previsões expressas nos procedimentos especiais, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 496 e 498, põe fim ao processo ou a alguma de suas fases. § 2º. Decisão interlocutória é todo pronunciamento judicial de natureza decisória que não se enquadre na descrição do § 1º.

Art. 362. Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nos arts. 496 e 498, incisos II a V, o juiz proferirá sentença. **Parágrafo único.** A decisão a que se refere o *caput* pode dizer respeito a apenas parcela do processo, caso em que poderá ser impugnada por agravo.

Seção III. Do julgamento antecipado parcial do mérito. Art. 364. O juiz decidirá parcialmente o mérito, quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: **I** - mostrar-se incontroverso; **II** - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 363. § 1º. A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida. § 2º. A decisão que julgar parcialmente o mérito é impugnável por agravo. § 3º. A parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, ainda que haja recurso dela interposto. Se houver trânsito em julgado da decisão, a execução será definitiva. § 4º. A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito poderão ser promovidos em autos suplementares, a requerimento da parte ou a critério do juiz.

Art. 496. O órgão jurisdicional não resolverá o mérito quando: **I** - indeferir a petição inicial; **II** - o processo ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes; **III** - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de trinta dias; **IV** - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; **V** - reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada; **VI** - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; **VII** - acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem; **VIII** - o autor desistir da ação; **IX** - em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal; e **X** - nos demais casos prescritos neste Código.

Art. 498. Haverá resolução de mérito quando for: **I** - acolhido ou rejeitado o pedido formulado na ação ou na reconvenção; **II** - homologado o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção; **III** - homologada a transação; **IV** - pronunciada, de ofício ou a requerimento, a decadência ou a prescrição; **V** - homologada a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

Art. 518. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites das questões expressamente decididas.

Art. 987. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando...

Art. 996. O direito de propor ação rescisória se extingue em dois anos contados do trânsito em julgado da decisão.

Art. 1037. Além de outros casos previstos em lei, cabe agravo contra decisão interlocutória que: **II** - versar sobre o mérito da causa; § 1º. Também caberá agravo contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença, cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário. § 2º. A decisão a que se referem o parágrafo único do art. 362 e o art. 364 também serão impugnáveis por agravo.

O PL 8.046/2010 praticamente em nada diverge do quanto ponderado pelo IBDP em seu substitutivo no tocante ao tema objeto da presente dissertação, o que deve ser visto com bons olhos, pois demonstra um alinhamento do Poder Legislativo para com a melhor doutrina processual pátria. A principal crítica fica por conta do não

acolhimento da forma, sugerida pelo IBDP, de contagem do prazo para propositura da ação rescisória.

(IV) Embora algumas das posições externadas nesta dissertação não estejam recebendo acolhida nos textos que formarão o novo Código de Processo Civil, é fato que o estudo partiu do sistema legal ainda vigente para alcançar suas conclusões, buscando harmonizar a realidade existente com os princípios constitucionais, isto porque, não se pode interpretar o ordenamento positivado *ex lege ferenda*. Entende-se que não adiantaria muito uma dissertação de mestrado que não enfrentasse os problemas vivenciados atualmente pelo operador do Direito, escudando-se em projetos ainda não aprovados.

De qualquer forma, dois pontos são fundamentais: primeiro, que o sistema legal possua expressa previsão para o julgamento parcial do mérito, seguindo a tendência de inúmeros outros países, por ser técnica que pode colaborar para a resolução mais célere de grande parcela do litígio em favor daquele que tem razão; segundo, devem ser extirpadas quaisquer dúvidas acerca do meio e dos prazos de impugnação de tais decisões parciais.

Os três textos anteriormente analisados cumprem os dois misteres apontados no parágrafo anterior. Sendo assim, o panorama para o futuro parece ser bem mais favorável do que o atualmente existente, sob a égide do Código de Processo Civil de 1973, no tocante ao objeto de estudo da presente dissertação.

CAPÍTULO VIII - CONCLUSÕES

1. O fracionamento do julgamento de mérito é uma técnica processual que, se bem utilizada, colabora para a concretização de valores (ou princípios) positivados pela Constituição Federal, a exemplo da celeridade (duração razoável do processo), da efetividade e do acesso à justiça.

2. A técnica pode ser formulada nos seguintes termos: se na demanda é veiculada mais de uma pretensão (mérito), ou se a única pretensão existente pode ser decomposta em mais de um fragmento, e em relação a um deles já existe elementos suficientes para decisão em cognição exauriente, resolve-se o que já está pronto para tal, prolatando-se uma sentença que decide parcela do conflito, prosseguido o processo apenas no tocante ao que ainda não há convicção para o julgamento definitivo.

3. A cisão do julgamento é possível mesmo que não haja cumulação de pretensões, basta que o único pedido formulado pelo autor seja decomponível, de parcela dele o juiz já esteja convencido no decorrer do procedimento, e considere conveniente, desde logo, proferir decisão a respeito, para, por exemplo, poder limitar a instrução probatória a ser realizada na sequência.

4. A ideia possui clara aproximação com a possibilidade de cumulação de pedidos em uma mesma petição inicial e a teoria dos capítulos da sentença. O magistrado, em vez de analisar todos os pedidos do autor em uma única sentença com diversos capítulos, ‘fatiará’ o mérito, prolatando mais de uma sentença ao longo do procedimento, na medida em que determinada parcela das pretensões estiver pronta para julgamento antes das demais.

5. Embora seja tratada pela doutrina nacional como novidade, entende-se que o fracionamento do mérito há muito já se faz possível no ordenamento pátrio. Por exemplo, a sentença genérica proferida em processos individuais pode ser vista, com facilidade, como uma sentença parcial, considerando-se que a fase cognitiva do processo

só será efetivamente encerrada em momento posterior (na liquidação), com a decisão a respeito do *quantum debeatur*, momento no qual todos os pedidos do autor veiculados em sua petição inicial terão sido analisados de forma completa.

6. Além da liquidação de sentença, defende-se, na presente dissertação, que procedimentos especiais bifásicos, como a prestação de contas, a divisão e demarcação de terras particulares e a consignação em pagamento, possuem em seu *iter* a prolação de uma sentença parcial de mérito.

7. Já em relação à inserção do art. 273, § 6º, do CPC, dentro das possibilidades de resolução parcial de mérito existe forte divergência doutrinária. O fato é que mencionada disposição legal reforça a crença na possibilidade de cisão do julgamento de mérito em mais de uma decisão no ordenamento processual, sendo que o projeto de novo Código de Processo Civil, se aprovado, resolverá a dúvida, por tratar expressamente esta tutela de evidência como uma decisão de mérito, pautada em cognição exauriente e com possibilidade de formação de coisa julgada.

8. A utilização das sentenças parciais, no entanto, não deve ser esgotada nos procedimentos descritos nos parágrafos anteriores. Ainda que o Código de Processo Civil não a preveja expressamente, também não a proíbe, sendo possível visualizar três correntes que buscam dar fundamento legal ao julgamento parcial de mérito no sistema positivo em vigor.

9. Para a primeira corrente, adotada no presente estudo, a técnica poderia ser utilizada desde a redação original do CPC, em 1973, por conta do quanto dispõe o art. 468 do CPC, em interpretação conjunta com o art. 330. Para a segunda, desde a Lei 10.444/2002, que inseriu o § 6º ao art. 273 da lei processual (tutela antecipada do pedido incontroverso). E para a terceira posição, ora majoritária, somente com a Lei 11.232/2005, quando esta alterou o conceito de sentença, extirpando a concepção legal de que sentença é ato que põe fim ao processo.

10. Em que pese a existência de respeitáveis doutrinadores que se posicionam contrariamente à possibilidade de julgamentos parciais de mérito, entende-se que as objeções devem ser rechaçadas.

11. O fato de os elaboradores da Lei 11.232/2005 (a que alterou o conceito de sentença) não terem externado o desejo de autorizar a prolação de sentenças parciais não altera a possibilidade de utilização da técnica, seja porque o art. 162, § 1º, do CPC, não é seu único fundamento, seja porque a intenção do legislador não é o único critério válido de interpretação da lei.

12. Os “princípios” da unicidade da sentença e da correlação entre pedido e sentença não podem ser utilizados como óbices à aplicação da técnica das sentenças parciais. O primeiro não possui mais razão para ser mantido no sistema e o segundo não é desrespeitado pelo fracionamento do mérito, se todos os pedidos formulados em sede de exordial vierem a ser analisados adequadamente, ainda que não em um único pronunciamento judicial.

13. Também não se vislumbra qualquer desrespeito ao devido processo legal. Tal conceito jurídico indeterminado tem por finalidade que o processo seja efetivo, tempestivo, adequado e leal, e a técnica das sentenças parciais apenas corrobora para com tais valores. Sendo assim, acredita-se ser possível ao magistrado responsável pela causa adaptar seu procedimento de acordo com as peculiaridades de cada caso. Trata-se de manifestação em concreto da teoria da instrumentalidade das formas, colocando o processo civil a serviço do direito material.

14. Não se nega que o fracionamento do mérito pode levar a dificuldades práticas, mas o que se nota é que as objeções relativas a um possível ‘tumulto processual’ são feitas muito mais por questões relativas a ‘papel’ do que processuais. O processo eletrônico resolveria, se não todas, a maior parte das dificuldades operacionais envolvendo a utilização de sentença parcial. Espera-se que continue a avançar no país a chamada ‘virtualização’.

15. Em verdade, a utilização da técnica gera mais benefícios do que dificuldades, por exemplo: (i) concessão mais célere de tutela a quem tem razão, diminuindo o dano marginal do processo; (ii) limitação da instrução; (iii) diminuição do tempo de expectativa das partes acerca de parcela da demanda; (iv) estímulo à realização de acordo etc.

16. A respeito da natureza do pronunciamento judicial que resolve parcela do mérito sem pôr fim à fase de conhecimento, duas são as correntes verificadas na doutrina: tratar-se de decisão interlocutória de mérito (minoritária, mas adotada pelo novo projeto de CPC) ou sentença parcial (majoritária). Adota-se a segunda posição, seja pelo conceito legal de sentença, seja pela ausência histórica de vocação das decisões interlocutórias para o trato do mérito.

17. O recurso cabível contra tal pronunciamento será o de apelação, eis que diante do procedimento do agravo, este teria de sofrer muitas adaptações para que pudesse tratar sobre o mérito sem prejuízo aos recorrentes. A forma de interposição é idêntica à utilizada atualmente para a impugnação da sentença ‘final’, a única diferença é que - caso o processo não seja eletrônico - deverão ser extraídas cópias integrais dos autos para que o andamento do procedimento em primeiro grau de jurisdição não reste obstaculizado pela apelação.

18. Não deverá haver, no entanto, formação de instrumento pelo particular com imediata distribuição em segundo grau de jurisdição, como no caso do agravo de instrumento, sob pena de desrespeito à ordem cronológica dos recursos que deve ser observada pelo Judiciário. O trâmite inicial será feito em primeiro grau de jurisdição, no exato rito da apelação.

19. No tocante ao art. 267 do CPC, as decisões que importarem positivamente em um de seus incisos, mas não colocarem fim à fase de conhecimento em primeiro grau de jurisdição, também serão sentenças parciais apeláveis, a fim de que seja mantida a coerência do sistema e o respeito ao conceito legal de sentença.

20. Com tais posicionamentos, acredita-se que o princípio constitucional da isonomia é mais respeitado, pois tratando todas as decisões sobre mérito (ou ausência dele) como sentenças apeláveis, independentemente do local em que se encontrem no procedimento, as partes recebem o mesmo tratamento, tenha determinado ponto sido analisado em conjunto com o ‘despacho saneador’ ou apenas com a sentença ‘final’.

21. Da mesma forma que, por conta do efeito devolutivo dos recursos, um capítulo de sentença não impugnado transita em julgado, vislumbra-se total possibilidade da formação da coisa julgada parcial em relação à sentença prolatada no decorrer do procedimento de primeiro grau, caso os meios de impugná-la já tenham se esgotado.

22. E a sentença parcial deverá permanecer hígida caso já transitada em julgado, ainda que na sentença ‘final’ se reconheça, por exemplo, a ausência de uma condição da ação. Isto porque não é dado ao Tribunal manifestar-se sobre julgado que não foi levado a seu conhecimento pelo recorrente, seja em razão do efeito devolutivo, seja pelo risco de *reformatio in peius* que de tal postura adviria.

23. No tocante ao prazo para a propositura da ação rescisória, acredita-se ser mais técnico que se inicie a partir de cada trânsito em julgado parcial, conforme entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho. No entanto, também deve ser aceito o quanto disposto no enunciado n. 401 da súmula de jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, i. e., “o prazo decadencial da rescisória se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial”. A opção não é a preferida por este estudo, pois parte da premissa de que o trânsito em julgado parcial não existe, no entanto, como está sumulada, traz segurança a todos os envolvidos no processo, e por isso, enquanto ‘vigente’ o enunciado, sua aplicação também deverá ser aceita.

24. A efetivação da sentença parcial é definitiva e será feita em apartado (em apenso aos autos no qual a fase de conhecimento ainda se desenvolve).

25. Caso parcela do litígio envolva discussão afeita a múltiplos recursos, eventual suspensão advinda do sistema dos arts. 543-B e 543-C deverá ser limitada, apenas, ao que está em discussão perante os Tribunais Superiores, sem prejuízo do que já tiver sido, eventualmente, julgado em momento anterior.

26. Na arbitragem, a doutrina pátria tem afirmado pela possibilidade da resolução fracionada do mérito, por meio da utilização de sentenças parciais arbitrais. A principal dúvida reside na utilização da técnica mesmo quando as partes não a autorizam expressamente (eis que a Lei 9.307/96 não traz artigo específico sobre o tema). Em que pese a força dos posicionamentos contrários, acredita-se que a partir do momento em que os litigantes decidem ‘fugir’ do Poder Judiciário por meio de pactuada convenção de arbitragem, estão confiando aos árbitros eleitos poderes para resolver o conflito da melhor forma possível (i. e., célere e efetivamente), o que pode incluir a prolação de uma sentença parcial, a não ser que esta não tenha sido expressamente vedada.

27. O julgamento parcial de mérito é expressamente reconhecido pelo projeto de novo Código de Processo Civil. O texto, no entanto, por utilizar um critério misto para definição de sentença (de conteúdo e topológico), fixa que o fracionamento seria veiculado por meio de decisão interlocutória de mérito, a ser impugnada por agravo de instrumento.

28. Embora algumas das posições externadas nesta dissertação provavelmente não recebam acolhida na nova lei processual, o importante é: (i) que o novo sistema legal possua expressa previsão para o julgamento parcial do mérito, por ser técnica que colabora para a resolução mais célere de grande parcela do litígio em favor daquele que tem razão; (ii) e que sejam extirpadas quaisquer dúvidas acerca do meio e dos prazos de impugnação.

29. Tanto o anteprojeto da comissão de juristas formada pelo Senado Federal, como o substitutivo do IBDP e o último relatório publicado pela Câmara dos Deputados cumprem os dois misteres apontados no parágrafo anterior. Sendo assim, o

panorama para o futuro parece ser bem mais favorável do que o atualmente existente, sob a égide do Código de Processo Civil de 1973.

CAPÍTULO IX – BIBLIOGRAFIA

AMORIM, José Roberto Neves, *Coisa julgada parcial no processo civil*, São Paulo, Elsevier, 2010.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho, *A apelação e seus efeitos*, 2ª ed., São Paulo, Atlas, 2007.

ARAÚJO, José Henrique Mouta, *Decisão interlocutória de mérito no projeto do novo CPC: reflexões necessárias*, in DIDIER JÚNIOR, Fredie, ARAÚJO, José Henrique Mouta, e KLIPPEL, Rodrigo (org.), *O projeto do novo código de processo civil: estudos em homenagem ao professor José de Albuquerque Rocha*, Salvador, Juspodivm, 2011.

_____, *Tutela antecipada do pedido incontroverso: estamos preparados para a nova sistemática recursal?*, in *Revista de Processo*, n. 116, São Paulo, Revista dos Tribunais, jul. 2004.

ARIETA, Giovanni; DE SANTIS, Francesco; e MONTESANO, Luigi, *Corso base di diritto processuale civile*, 4ª ed., Pdova, Cedam, 2010.

ARMELIN, Donaldo, *Notas sobre sentença parcial e arbitragem*, in *Revista de Arbitragem e Mediação*, n. 18, São Paulo, Revista dos Tribunais, jul./set. 2008.

ARRUDA, Antonio Carlos Matteis de, *Liquidação de sentença (A lide de liquidação)*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1981.

ARRUDA ALVIM, Eduardo, *O perfil da decisão calcada no § 6º do art. 273 do CPC – hipótese de julgamento antecipado parcial da lide*, in *Revista Forense*, n. 398, Rio de Janeiro, Forense, jul./ago. 2008.

ARRUDA ALVIM NETTO, José Manoel de, *A evolução do direito e a tutela de urgência*, in ARMELIN, Donaldo (coord.), *Tutelas de urgência e cautelares: estudos em homenagem a Ovídio A. Baptista da Silva*, São Paulo, Saraiva, 2010.

ASSIS, Araken de, *Cumprimento da sentença*, Rio de Janeiro, Forense, 2009.

ASSIS, Carlos Augusto de, *Os atalhos do processo civil e o julgamento de mérito*, in *Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil*, n. 54, São Paulo, IOB, jul./ago. 2008.

ÁVILA, Humberto Bergman, *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*, 4ª ed., São Paulo, Malheiros, 2005.

AYOUB, Luiz Roberto, e PELLEGRINO, Antônio Pedro, *A sentença parcial*, in *Revista da EMERJ*, n. 44, Rio de Janeiro, EMERJ, 2008.

AZEVEDO, Luiz Carlos de e COSTA, Moacyr Lobo da, *Estudos de história do processo: recursos*, Osasco, FIEO, 1996.

BAPTISTA, Luiz Olavo, *Sentença parcial em arbitragem*, in *Revista de Arbitragem e Mediação*, n. 17, São Paulo, Revista dos Tribunais, abr. 2008.

BARBOSA, Rui, *Oração aos moços*, 17ª ed., Rio de Janeiro, Ediouro, 2000.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos, *A nova definição de sentença*, in *Temas de direito processual: nona série*, São Paulo, Saraiva, 2007.

_____, *Comentários ao Código de Processo Civil, Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973*, vol. V, 15ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2010.

_____, *O problema da duração dos processos: premissas para uma discussão séria* in *Temas de direito processual (nona série)*, São Paulo, Saraiva, 2007.

_____, *O processo civil brasileiro e o procedimento marcado por audiências* in *Temas de direito processual: sexta série*, São Paulo, Saraiva, 1997.

_____, *Saneamento do processo e audiência preliminar* in *Temas de direito processual: quarta série*, São Paulo, Saraiva, 1989.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos, *Apelação: admissibilidade e efeitos*, in WAMBIER, Teresa Arruda Alvim e NERY JÚNIOR, Nelson, *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*, vol. X, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003.

_____, *Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias de urgência (tentativa de sistematização)*, 4ª ed., São Paulo, Malheiros, 2006.

BERALDO, Maria Carolina Silveiro, *A técnica da cisão de julgamento de pedidos cumulados (julgamento parcial de mérito) à luz da instrumentalidade do processo*, estudo inédito.

BERTELLI, Vilson, *Limites objetivos do efeito devolutivo da apelação – relação entre extensão e profundidade*, estudo inédito.

BOCCUZZI NETO, Vito Antonio, *Apelação cível: efeito devolutivo e o § 3º do art. 515 do CPC*, in *Revista de Processo*, n. 162, São Paulo, Revista dos Tribunais, ago. 2008.

BONÍCIO, Marcelo José Magalhães, *Capítulos de sentença e efeitos dos recursos*, São Paulo, RCS, 2006.

BRITO, Fábria Lima de, *Perfil sistemático da tutela antecipada*, Brasília, OAB Editora, 2004.

BUENO, Cassio Scarpinella, *Curso sistematizado de direito processual civil, vol. V: recursos, processos e incidentes nos tribunais, sucedâneos recursais: técnicas de controle de decisões jurisdicionais*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2010.

_____, *Tutela antecipada*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2007.

CALAMANDREI, Piero, *Direito processual civil*, trad. de Luiz Abezia e Sandra Drina Fernandez Barbiery, Campinas, Bookseller, 1999.

CÂMARA, Alexandre Freitas, *Audiência preliminar e saneamento do processo: uma perspectiva luso-brasileira* in TUBENCHLAK, James (coord.), *Doutrina*, 1ª ed., Rio de Janeiro, Instituto de Direito, 1996.

_____, *Lições de Direito Processual Civil*, vol. I, 13º ed., Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2005.

CAMPOS, Diones Santos, *A natureza jurídica da decisão que concede a tutela antecipada de evidência e seu papel na entrega tempestiva da prestação jurisdicional*, in *Revista de Direito do Trabalho*, n. 140, São Paulo, Revista dos Tribunais, out. 2010.

CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant, *Acesso à justiça*, trad. de Ellen Gracie Northfleet, Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris, 1988.

CARMONA, Carlos Alberto, *Ensaio sobre a sentença arbitral parcial*, in *Revista de Processo*, n. 165, São Paulo, Revista dos Tribunais, nov. 2008.

CARNEIRO, Athos Gusmão, *Audiência de instrução e julgamento e audiências preliminares*, Rio de Janeiro, Forense, 2009.

_____, *Cumprimento da Sentença Civil*, Forense, Rio de Janeiro, 2007.

CARNEIRO DA CUNHA, Leonardo José, *O § 6º do art. 273 do CPC: tutela antecipada parcial ou julgamento antecipado parcial da lide?*, in *Revista Dialética de Direito Processual*, n. 1, São Paulo, Dialética, abr. 2003.

CARNELUTTI, Francesco, *Instituciones del proceso civil*, vol. I, 5ª ed., trad. de Santiago Sentis Melendo, Buenos Aires, Ediciones Juridicas Europa-America, 1973.

CARREIRA ALVIM, José Eduardo, *Código de processo civil reformado*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2003.

CARREIRA ALVIM, Luciana, *Tutela antecipada e decisão interlocutória de mérito*, in *Revista de Processo*, n. 112, São Paulo, Revista dos Tribunais, out./dez. 2003.

CASSOL, Mariana Helena, *A superação da unicidade da sentença e a nova modalidade de julgamento antecipado da lide*, disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=13427>, último acesso em 19.09.2010, às 14:15.

CATHARINA, Alexandre, *A tutela de evidência no direito processual civil brasileiro*, disponível em <http://profalexandrecatharina.blogspot.com.br/2012/10/tutela-de-evidencia-no-direito.html>, último acesso em 1º.01.2013, às 23:20.

CAVALCANTI, Lucas Maciel Andersen, *Tutela antecipada com base na evidência*, disponível em: <http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Lucas%20Cavalcanti%20versao%20final.pdf>, último acesso em 1º.01.2013, às 23:29.

CAVALLINI, Cesare, *L'oggetto della sentenza di condanna generica* in *Rivista di Diritto Processuale*, Padova, Cedam, 2002.

CHIOVENDA, Giuseppe, *Principios de derecho procesal civil*, tomo II, 3ª ed., tradução espanhola de José Casáis y Santaló, Madrid, Reus, 1925.

_____, *Instituições de direito processual civil*, vol. III, trad. de J. Guimarães Menegale, 3ª ed., São Paulo, Saraiva, 1969.

CINTRA, Antonio Carlos de Araujo, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. IV, 3.ed., Rio de Janeiro, Forense, 2008.

_____, GRINOVER, Ada Pellegrini, e DINAMARCO, Cândido Rangel, *Teoria geral do processo*, 20ª ed., São Paulo, Malheiros, 2004.

Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração de Anteprojeto de Código de Processo Civil, *Código de Processo Civil: anteprojeto*, Brasília, Senado Federal, Presidência, 2010.

COMOGLIO, Luigi Paolo, FERRI, Corrado, e TARUFFO, Michele, *Lezioni sul processo civile*, vol. I, 4ª ed., Bolonha, il Mulino, 2007.

CORTEZ, Cláudia Helena Poggio, *O novo conceito de sentença visto pelos Tribunais*, in *Revista de Processo*, n. 171, São Paulo, Revista dos Tribunais, mai. 2009.

COSTA, Fábio Nogueira, *A sentença liminar no CPC*, Campo Grande, Contemplar, 2012.

COSTA, Guilherme Recena, *Sentenças parciais na arbitragem*, estudo inédito.

COSTA MACHADO, Antonio Claudio da, *Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo*, 4ª ed., Barueri, Manole, 2004.

_____, *Código de processo civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo: leis processuais civis extravagantes anotadas*, 2ª ed., Barueri, Manole, 2008.

CRUZ, José Raimundo Gomes da, *Anotações sobre a Lei 10.444, de 07.05.2002* in *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo*, n. 12, São Paulo, Revista dos Tribunais, jul./dez. 2003.

DIDIER JÚNIOR, Fredie, *Curso de direito processual civil*, vol. I, 11ª ed., Salvador, Juspodivm, 2009.

_____, BRAGA, Paula Sarno, e OLIVEIRA, Rafael, *Curso de direito processual civil*, vol. II, 4ª ed., Salvador, Juspodivm, 2009.

_____, e CARNEIRO DA CUNHA, Leonardo José, *Curso de direito processual civil*, vol. III, 7ª ed., Salvador, Juspodivm, 2009.

_____, *et. al.*, *Curso de direito processual civil*, vol. V, Salvador, Juspodivm, 2009.

_____, *Inovações na antecipação dos efeitos da tutela e a resolução parcial do mérito*, in *Revista de Processo*, n. 110, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003.

_____, *Sobre dois importantes (e esquecidos) princípios do processo: adequação e adaptabilidade do procedimento*, disponível em: <http://www.abdpc.org.br/textos/artigos/html/Artigo%20formatado%20%20Fredie%20Didier%20%20sobre%20dois%20importantes.htm>, último acesso em 30.11. 2010, às 23:50.

DINAMARCO, Cândido Rangel, *A reforma da reforma*, São Paulo, Malheiros, 2002.

_____, *As três figuras da liquidação de sentença* in WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.), *Repertório de jurisprudência e doutrina – atualidades sobre liquidação de sentença*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1997.

_____, *Capítulos de sentença*, 4ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009.

_____, *Efeitos dos Recursos*, in WAMBIER, Teresa Arruda Alvim e NERY JÚNIOR, Nelson (coord.), *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis*, vol. V, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2002.

_____, *Fundamentos do processo civil moderno*, tomo I, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2010.

_____, *Instituições de Direito Processual Civil*, vol. II, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009.

_____, *Instituições de Direito Processual Civil*, vol. IV, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009.

_____, *Nova era do processo civil*, 2ª ed., São Paulo, Malheiros, 2007.

FLASCH, Daisson, *Comentários aos arts. 475-A a 475-H: liquidação de sentença*, disponível em: <http://tex.pro.br/tex/listagem-de-artigos/200-artigos-nov-2007/5570-comentarios-aos-arts-475-a-a-475-h-liquidacao-de-sentenca>, último acesso em 12.01.2013, às 13:58.

FURLAN, Daniel Borghetti, *A natureza jurídica da decisão liquidatória do decisum e as suas repercussões práticas*, disponível em: <http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/DANIEL%20BORGHETTI%20FURLAN-%20vers%C3%A3o%20final.pdf> , último acesso em 27.09.2012, às 01:43.

FUX, Luiz, *A tutela antecipada nos tribunais superiores*, in FERES, Marcelo Andrade e CARVALHO, Paulo Gustavo M. (Coord.), *Processos nos tribunais superiores: de acordo com a Emenda Constitucional n. 45/2004*, Belo Horizonte, Saraiva, 2006, disponível em <http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/5183>, último acesso em 1º.01.2013, às 23:15.

_____, *A tutela dos direitos evidentes*, in *Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*, ano 2, número 16, Brasília, abr. 2000, disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/894>, último acesso em 1º.01.2013, às 23:20.

_____, *O novo processo de execução (o cumprimento da sentença e a execução extrajudicial)*, Rio de Janeiro, Forense, 2008.

_____, *Tutela de segurança e tutela de evidência*, São Paulo, Saraiva, 1996.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca, *Flexibilização Procedimental: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual, de acordo com as recentes reformas do CPC*, São Paulo, Atlas, 2008.

GIUSTI, Gilberto, e MARQUES, Ricardo Tadeu Dalmaso, *Sentenças arbitrais parciais: uma análise prática – parte I*, disponível em: http://www.pinheironeto.com.br/upload/tb_pinheironeto_artigo/pdf/200110093352anexo_bi2090a.pdf, último acesso em 26.09.2012, às 10:04.

GUILLÉN, Victor Fairén, *Teoría general del derecho procesal*, México, Universidad Nacional Autónoma, 1992.

JORGE, Flávio Cheim, e RODRIGUES, Marcelo Abelha, *A sentença, a interlocutória e os recursos*, in MEDINA, José Miguel Garcia (coord.), *Os poderes do juiz e controle das decisões judiciais: estudos em homenagem à professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008.

_____, DIDIER JÚNIOR, Fredie, e RODRIGUES, Marcelo Abelha, *A terceira etapa da reforma processual civil*, São Paulo, Saraiva, 2006.

LEONEL, Ricardo de Barros, *Tutela jurisdicional diferenciada*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2010.

LIEBMAN, Enrico Tullio, *Processo de execução*, 5ª ed., São Paulo, Saraiva, 1986.

LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho, *A reformatio in peius no direito processual civil*, in WAMBIER, Teresa Arruda Alvim e NERY JÚNIOR, Nelson (coord.), *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*, vol. VIII, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2005.

LOPES, João Batista, *Tutela antecipada no processo civil brasileiro*, 4ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2009.

LUCCA, Rodrigo Ramina de, *Antecipação da Tutela da parcela incontroversa do mérito e o conceito de sentença*, disponível em: www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Rodrigo%20Ramina%20de%20Lucca.pdf, último acesso em 27.06.2010, às 18:47.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos, *Devido Processo Legal Substancial* in DIDIER JÚNIOR, Fredie (org.), *Leituras complementares de processo civil*, 7ª ed. Salvador, Juspodivm, 2009.

_____, *Embargos à execução*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2001.

_____, *Estabilização da tutela antecipada e julgamento parcial do mérito*, disponível em: http://direitoprocessual.org.br/fileManager/Paulo_Lucon___Estabilizacao_da_tutela_antecipa_da_e_julgamento_parcial_do_mrto.doc, último acesso em 08.09.2012, às 02:05.

_____, *Nova execução de títulos judiciais e sua impugnação*, in WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.), *Aspectos polêmicos da Nova Execução*, vol. III, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2006.

_____, *Novas tendências na estrutura fundamental do processo civil*, disponível em: http://direitoprocessual.org.br/fileManager/Paulo_Lucon___Novas_tendncias_na_estrutura_fundamental_do_processo_civil.doc, último acesso em 18.07.2011, às 10:02.

_____, *Sentença e Liquidação no CPC (Lei 11.232/2005)* in FUX, Luiz, NERY JÚNIOR, Nelson e WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.), *Processo e Constituição -*

Estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2006.

MARCATO, Antonio Carlos (coord.), *Código de Processo Civil Interpretado*, 3ª ed., São Paulo, Atlas, 2008.

_____, *Da liquidação da sentença* in CIANCI, Mirna e QUARTIERI, Rita de Cássia Rocha Conte (coord.), *Temas atuais da execução civil: estudos em homenagem ao professor Donald Armelin*, São Paulo, Saraiva, 2007.

_____, *Procedimentos especiais*, 14ª ed., São Paulo, Atlas, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme, *Tutela antecipatória e julgamento antecipado: parte incontroversa da demanda*, 5ª Ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2002.

_____ e MITIDIERO, Daniel, *Código de Processo Civil comentado artigo por artigo*, 2ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2010.

MARQUES, José Frederico, *Instituições de direito processual civil*, vol. V, 1ª ed., Campinas, Millennnium, 1999.

_____, *Manual de direito processual civil*, vol. III, 2ª parte, São Paulo, Saraiva, 1974.

MARTINS, Fernando Dal Bó, *O agravo como recurso cabível contra decisão que, sem extinguir o procedimento ou a fase de cognição em primeiro grau, tem como conteúdo alguma das hipóteses dos arts. 267 e 269 do CPC*, in *Revista de Processo*, n. 195, São Paulo, Revista dos Tribunais, mai. 2011.

MARTINS, Pedro Batista, *Recursos e processos da competência originária dos tribunais*, Rio de Janeiro, Forense, 1957.

MARTINS, Renato Castro Teixeira, *Apelação por instrumento*, in MEDINA, José Miguel Garcia (coord.), *Os poderes do juiz e controle das decisões judiciais: estudos em homenagem à professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008.

MEDINA, José Miguel Garcia, ARAÚJO, Fábio Caldas de, e GAJARDONI, Fernando da Fonseca, *Procedimentos cautelares e especiais*, 2ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2010.

MELLO, Rafael Corte, *Sentenças liminares ou sentenças parciais de mérito?*, in ARMELIN, Donaldo (coord.), *Tutelas de urgência e cautelares: estudos em homenagem a Ovídio A. Baptista da Silva*, São Paulo, Saraiva, 2010.

MELLO, Rogério Licastro Torres de, *Atuação de ofício em grau recursal*, São Paulo, Saraiva, 2010.

MELLO JÚNIOR, Cardozo de, *Liquidação de sentença na causa entre Maynard e Cia e a Companhia Mogyana de estradas de ferro e navegação*, São Paulo, Typografia Brasil de Carlos Gerke e Cia, 1900.

MELO, Gustavo de Medeiros, *O acesso adequado à justiça na perspectiva do justo processo*, in FUX, Luiz; NERY JÚNIOR, Nelson, e WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.), *Processo e Constituição - Estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2006

MILMAN, Fabio, *O novo conceito legal de sentença e suas repercussões recursais: primeiras experiências com a apelação por instrumento* in *Revista de Processo*, n. 150, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2007.

MITIDIERO, Daniel Francisco, *Antecipação da tutela: da tutela cautelar à técnica antecipatória*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013.

_____, *Direito fundamental ao julgamento definitivo da parcela incontroversa: uma proposta de compreensão do art. 273, § 6º, do CPC, na perspectiva do direito fundamental a um processo sem dilações indevidas (art. 5º, LXXVII, da CF/1988)*, in *Revista de Processo*, n. 149, São Paulo, Revista dos Tribunais, jul. 2007.

_____, *Sentenças parciais de mérito e resolução definitiva-fracionada da causa (lendo um ensaio de Fredie Didier Júnior)*, in *Revista da AJURIS*, n. 94, Porto Alegre, AJURIS, jun. 2004.

MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu, *Comentários ao código de processo civil, lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973*, vol. II, 6ª ed, Rio de Janeiro, Forense, 1989.

MONTEIRO, André Luís, *Primeiras linhas sobre a sentença parcial no processo judicial*, in *Revista Dialética de Direito Processual*, n. 84, São Paulo, Dialética, mar. 2010.

MONTORO, Marcos André Franco, *Flexibilidade do procedimento arbitral*, tese apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutor, 2010.

MOTA, Cláudio, *Execução por título judicial – aplicação da lei n. 11.232/2005*, in *Revista Jurídica Unijus*, n. 14, Uberaba, Unijus, mai. 2008.

NADER, Paulo, *Filosofia do Direito*, 20ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2011.

NEGRÃO, Theotônio, *et. al.*, *Código de processo civil e legislação processual em vigor*, 43ª ed., São Paulo, Saraiva, 2011.

NERY JÚNIOR, Nelson, *Teoria Geral dos Recursos*, 6ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2004.

_____, e NERY, Rosa Maria de Andrade, *Código de processo civil comentado e legislação extravagante*, 10ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008.

NEVES, Celso, *Estrutura fundamental do processo civil: tutela jurídica processual, ação, processo e procedimento*, Rio de Janeiro, Forense, 1997.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção *et. al.*, *Reforma do CPC: leis 11.187/2005, 11.276/2006, 11.277/2006 e 11.280/2006*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2006.

NOGUEIRA, Luiz Fernando Valladão, *O projeto do novo CPC e a tutela de evidência*, disponível em <http://www.valladao.com.br/o-projeto-do-novo-cpc-e-a-tutela-de-evidencia/>, último acesso em 1º.01.2013, às 19:43.

NOTARIANO JÚNIOR, Antonio, e BRUSCHI, Gilberto Gomes, *O julgamento antecipado da lide e a antecipação da tutela em caso de pedidos incontroversos*, in ARMELIN, Donaldo (coord.), *Tutelas de urgência e cautelares: estudos em homenagem a Ovídio A. Baptista da Silva*, São Paulo, Saraiva, 2010.

NOVELLI, Giovanni, e PETITTI, Stefano, *Codice di procedura civile annotato con la giurisprudenza*, 6ª Ed., Milão, Giuffré, 2010.

OLIANI, José Alexandre Manzano, *Capítulos de sentença, apelação parcial e sentença juridicamente inexistente – breves considerações*, in MEDINA, José Miguel Garcia (coord.), *Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais: estudos em homenagem à professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008.

OLIVEIRA, Bruno Silveira de, *A interlocutória faz de conta e o recurso ornitorrinco (ensaio sobre a sentença parcial e sobre o recurso dela cabível)*, in *Revista de Processo*, n. 203, São Paulo, Revista dos Tribunais, jan. 2012.

_____, *Um novo conceito de sentença?*, in *Revista de Processo*, n. 149, São Paulo, Revista dos Tribunais, jul. 2007.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de, *O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo* in DIDIER JÚNIOR, Fredie (org.), *Leituras complementares de processo civil*, 7ª ed. Salvador, Juspodivm, 2009.

OLIVEIRA, Celso Marcelo de, *A nova reforma do CPC*, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 2005.

OLIVEIRA, Guilherme Peres de, *Novo conceito de sentença: análise da jurisprudência acerca do recurso cabível nas situações duvidosas e aplicação do princípio da fungibilidade*, in *Revista de Processo*, n. 164, São Paulo, Revista dos Tribunais, out. 2008.

PACHECO, José da Silva, *Tratado das execuções: processo de execução*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1976.

PASSOS, José Joaquim Calmon de, *Inovações no código de processo civil*, Rio de Janeiro, Forense, 1995.

PERROT, Roger, *L'effetto devolutivo dell'appello e il diritto di avocazione nel processo civile francese*, trad. para o italiano de Giuseppe Tarzia, in *Rivista di Diritto Processuale*, Padova, Cedam, 1958.

PINTO, Antonio Joaquim de Gouvêa, *Manual de apelações e agravos*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Laemmert, 1846.

PISANI, Andrea Proto, *Lezioni di diritto processuale civile*, 5ª ed., Nápoles, Jovene, 2006.

PORTANOVA, Rui, *Princípios do processo civil*, 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado, 1999.

POZZA, Pedro Luiz, *A sentença parcial de mérito na perspectiva do formalismo-valorativo*, tese apresentada perante a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de doutor, 2011.

PRADILLO, Juan Carlos Ortiz e RAGONE, Álvaro J. Perez (trad.), *Código Procesal Civil Alemán (ZPO)*, Berlim, Konrad-Adenauer-Stiftung E.V, 2006.

PRADO, Lúcia Reis de Almeida, *O juiz e a emoção: aspectos da lógica para decisão judicial*, 2ª ed., Campinas, Millennium, 2003.

REDONDO, Bruno Garcia, *Sentença parcial de mérito e apelação em autos suplementares*, in *Revista de Processo*, n. 160, Revista dos Tribunais, São Paulo, jun. 2008.

REZENDE FILHO, Gabriel José Rodrigues de, *Curso de direito processual civil*, vol. III, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1951.

RIBAS, Antonio Joaquim Ribas (conselheiro) e RIBAS, Júlio A., *Consolidação das leis do processo civil commentada*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro dos Santos, 1915.

RIBEIRO, Darci Guimarães, *A garantia constitucional do contraditório e as presunções contidas no 6º do art. 273 do CPC*, in ARMELIN, Donaldo (coord.), *Tutelas de urgência e cautelares: estudos em homenagem a Ovídio A. Baptista da Silva*, São Paulo, Saraiva, 2010.

_____, *Audiência preliminar e oralidade* in *Revista dos Tribunais*, n. 759, São Paulo, Revista dos Tribunais, jan. 1999.

RIBEIRO, Leonardo Feres da Silva, *A definição dos pronunciamentos judiciais*, in MEDINA, José Miguel Garcia (coord.), *Os poderes do juiz e controle das decisões judiciais: estudos em homenagem à professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008.

ROCCO, Alfredo, *La sentencia civil y La interpretación de las leyes procesuales*, tradução para o espanhol feita pela Dirección General de Anales de Jurisprudencia y Boletín Judicial, México, Tribunal Superior de Justitia del Distrito Federal, 2003.

RODRIGUES, Marcelo Abelha, *Manual de execução civil*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

RODRIGUES, Ruy Fernando Zoch, *Antecipação de tutela sem o requisito da urgência em ações repetitivas*, tese apresentada perante a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutor, 2009.

SAMPAIO JÚNIOR, José Herval, *Tutelas de urgência no anteprojeto do novo CPC*, in DIDIER JÚNIOR, Fredie, ARAÚJO, José Henrique Mouta, e KLIPPEL, Rodrigo (org.), *O projeto do novo código de processo civil: estudos em homenagem ao professor José de Albuquerque Rocha*, Salvador, Juspodivm, 2011.

SANT'ANNA, Paulo Afonso de Souza, *Sentença parcial*, in *Revista de Processo*, n. 151, São Paulo, Revista dos Tribunais, set. 2007.

SANTOS, Ernane Fidélis dos, *As reformas de 2005 do Código de Processo Civil*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2006.

SCARPARO, Eduardo Kochenborger, *Sentenças parciais? Considerações a partir da reforma do art. 162, § 1º, do Código de Processo Civil*, disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/31929/public/31929-37293-1-PB.pdf>, último acesso em 27.06.2010, às 18:53.

SCHREDER, Karla da Costa Sampaio, *O provimento antecipatório definitivo do artigo 273, parágrafo sexto e a sentença parcial de mérito do art. 162, parágrafo primeiro, do CPC*, disponível em: <http://karlasampaio.adv.br/arquivos/o%20provimento%20antecipatorio.doc>, último acesso em 17.07.2011, à 01:23.

SICA, Heitor Vitor Mendonça, *A nova liquidação de sentença e suas velhas questões* in BUENO, Cássio Scarpinella, e WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.), *Aspectos polêmicos da nova execução*, vol. IV, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008.

_____, *Algumas implicações do novo conceito de sentença no processo civil, de acordo com a Lei n. 11.232/2005*, in CARMONA, Carlos Alberto (coord.), *Reflexões sobre a reforma do Código de Processo Civil: estudos em homenagem à Ada Pellegrini Grinover, Cândido R. Dinamarco e Kazuo Watanabe*, São Paulo, Atlas, 2007.

_____, *Notas críticas ao sistema de pluralidade de partes no processo civil brasileiro*, in *Revista de Processo*, n. 200, São Paulo, Revista dos Tribunais, out. 2011.

SILVA, Hailton Gonçalves da, *O julgamento antecipado parcial do mérito*, in *Revista da ESMAPE*, n. 21, Recife, ESMAPE, jan./jun. 2005.

SILVA, José Afonso da, *Curso de direito constitucional positivo*, 21^a ed., São Paulo, Malheiros, 2002.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da, *Decisões interlocutórias e sentenças liminares*, in *Revista de Processo*, n. 61, São Paulo, Revista dos Tribunais, jan. 1991.

SILVA FILHO, Ricardo de Oliveira, *A sentença parcial de mérito e o processo civil moderno*, in *Revista da AJURIS*, n. 108, Porto Alegre, AJURIS, dez. 2007.

SOUZA, Wilson Alves de, *Tutela antecipada em caso de incontrovérsia parcial da demanda – breves comentários à proposta do Poder Executivo de alteração do § 1º do art. 273 do Código de Processo Civil*, in DIDIER JÚNIOR, Fredie e MARINONI, Luiz Guilherme (org.), *A segunda etapa da reforma processual civil*, São Paulo, Malheiros, 2001.

SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de, *Sentenças parciais no processo civil brasileiro: consequências no âmbito recursal*, São Paulo, Método, 2009.

TEIXEIRA, Guilherme Puchalski, *Sentenças objetivamente complexas: impossibilidade do trânsito em julgado parcial*, in *Revista da AJURIS*, n.110, Porto Alegre, AJURIS, jun. 2008.

TESHEINER, José Maria Rosa (coord.), *Elementos para uma teoria geral do processo*, São Paulo, Saraiva, 1993.

_____, *Nova sistemática processual civil*, Caxias do Sul, Plenum, 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto, *As novas reformas do código de processo civil*, Rio de Janeiro, Forense, 2007.

_____, Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento, 52ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2011.

_____, *Processo de execução e cumprimento de sentença*, 25ª ed., São Paulo, Livraria e editora universitária de direito, 2008.

TOMEI, Giovanni, *La sommarietà delle condanne parziali*, in *Rivista di Diritto Processuale*, Padova, Cedam, 1996.

VARGAS, Jorge de Oliveira, *O novo conceito de sentença e o recurso daquela que não extingue o processo: apelação ou agravo de instrumento?*, in *Revista de Processo*, n. 148, São Paulo, Revista dos Tribunais, jun. 2007.

VIEIRA, Rodrigo Lessa, *O cabimento da sentença parcial de mérito após a lei 11.232/2005*, disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=14092&p=1>, último acesso em 27.06.2010, às 18:55.

WAMBIER, Luiz Rodrigues, *Liquidação da sentença civil: individual e coletiva*, 4ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2009.

_____ e TALAMINI, Eduardo, *Curso avançado de processo civil*, vol. III, 10ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2010.

_____ e WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, *Breves comentários à 2ª fase da reforma do código de processo civil*, 2ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2002.

_____, WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, e MEDINA, José Miguel Garcia, *Breves comentários à nova sistemática processual civil, II: Leis 11.187/2005, 11.232/2005, 11.276/2006, 11.277/2006 e 11.280/2006*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2006.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, *Os agravos no CPC brasileiro*, 4ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2006.

YARSHELL, Flávio Luiz, e BONÍCIO, Marcelo José Magalhães, *Execução civil: novos perfis*, São Paulo, RCS, 2006.

ZAVASCKI, Teori Albino, *Antecipação da tutela*, 7ª ed., São Paulo, Saraiva, 2009.

_____, *Antecipação da tutela em face de pedido incontroverso*, disponível em: http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/186/Antecipa%c3%a7%c3%a3o_da_Tutela_em_Face.pdf?sequence=1, último acesso em 27.06.2010, às 18:58.

_____, *Título executivo e liquidação*, 2ª ed. São Paulo Revista dos Tribunais, 2001.